



Diretoria

Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*

Vice Presidente: *Francisco de Jesus Silva*

Secretária Geral: *Ana Maria de Oliveira Freitas*

Secretário de Finanças e Administração: *José Chatéo Brian Costa Rego*

Secretário de Política Agrária: *Raimundo Machado de Araújo*

Secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente: *Joaquim Alves de Sousa*

Secretário de Formação e Organização Sindical: *Francisco Ivaí da Silva Santos*

Secretária de Políticas Sociais: *Rosmarí Barbosa Malheiros*

Secretaria Estadual de Mulheres: *Maria Adriana Oliveira*

Secretaria Estadual de Jovens: *Ângela Maria de Sousa Silva*

Conselho Fiscal

Antonio Lopes dos Reis

Joana da Cruz Santos

Antonio Rosa Filho

Assessoria

Política Agrária: *Hilton Alves Reis*

Política Agrícola e Meio Ambiente: *José Domingos Cantanhede Silva e Miguel Henrique Pereira Silva*

Formação e Organização Sindical: *Ana Maria Menezes Rodrigues*

Secretaria de Políticas Sociais: *Hélica Araújo Silva*

Secretaria Estadual de Mulheres: *Sueli Cordeiro Abreu*

Secretaria Estadual de Jovens: *Luciane Ferreira Silva*

Assessoria Jurídica: *Luis Antonio Câmara Pedrosa,*

Neusa Maria Duarte e Léia Murback

Assessoria de Comunicação: *Barack Coutinho Fernandes*

Assessoria Contábil: *Hamilton Souza, Martha Isabel Pinto*

Secretária Executiva: *Eliane Cristina Abreu Castro*

Informática - *Zeuxis Rafael Pinto*

Assessoria Regional

Baixada Oriental: *Genilson José Sousa*

Baixada Maranhense: *Raimundo Nonato Castro Filho*

Cocais: *Evandro Araújo Barbosa*

Médio Mearim: *Raimundo Nonato Silva*

Assessoria Jurídica Regional

Baixada Oriental: *Walter Castro e Silva Filho*

Cocais: *Cosmo Alexandre da Silva*

Médio Mearim: *Eveline Dina dos Santos*

Administrativo da FETAEMA

Antonio José Lisboa de Sousa

Carlos Lopes de Sousa

Conceição de Maria Lisboa de Sousa

Diego Fernando Alves Chavier

Dimas Serra dos Santos

Edpo Castro da Silva

Francisca do Carmo Reis

Germana Claudia A Oliveira

Ivanilson Pereira Soares

Ivaldo Malheiros Nunes

João Capistrano Fonseca

João Pedro Silva Martins

Júlia Maria Silva

Mara Freitas Monteiro

Marcio Roberto Oliveira Barros

Neltevir Pereira dos Reis

Vanessa de Araújo Matos

Valbeth Ferreira Chagas

Apresentação

Completando quarenta anos, a FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão recorreu à sua própria história para reconstituir uma síntese de muitos acontecimentos que por si só, explicariam a razão da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão e suas formas de luta, desde a década de 1950 até os dias atuais.

Percebe-se que desde o início as lutas já eram articuladas com outros segmentos da sociedade, inclusive em nível regional e nacional, a exemplo das Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul. Além da influência do Partido Comunista do Brasil-PCB e a forte participação da Igreja Católica. A pauta de reivindicação naquela conjuntura estava mais voltada para a luta pela Reforma Agrária e Trabalhista, o direito à sindicalização, entre outros.

Em 1956 dezenas de associações de trabalhadores agrícolas que existiam em vários Municípios do Maranhão. Por meio de parcerias e participação direta de outras categorias, realizaram em São Luis, a primeira Conferência Agrária Estadual, ocasião em que fundaram sua primeira entidade de coordenação estadual, a Associação dos Trabalhadores Agrícola do Maranhão – ATAM, no contexto de uma articulação com a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB.

Nossa Federação, fundada por oito sindicatos, em 1972, chega aos 40 anos estruturada através de secretarias por frentes de lutas; uma diretoria composta de dez diretores e diretoras; nove Coordenações Sindicais Regionais; congrega 214 sindicatos filiados e aproximadamente 700 mil associados e associadas. A FETAEMA representa cerca de dois milhões e cem mil trabalhadores e trabalhadoras que trabalham em regime de economia familiar e os assalariados e assalariadas rurais.

Esta revista vem fazer um resgate desta luta, relatando os avanços e dificuldades que tivemos para chegarmos até aqui. Traz para a sociedade maranhense o debate acerca da importância das conquistas alcançadas, cujo resultado se configura na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores/trabalhadoras rurais maranhenses. Assim, a sociedade pode conhecer melhor nossa organização, e sua importância no processo de democratização e no desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental do Estado do Maranhão.

Neste momento que nossa Federação completa quarenta anos de existência, recebendo homenagens através de uma sessão solene da Assembleia Legislativa Estadual, estamos também realizando o 7º Congresso Estadual da classe trabalhadora rural, com o propósito de traçarmos novas diretrizes para a continuidade da luta sindical, agora com o foco no aperfeiçoamento das políticas públicas conquistadas e na formulação de outras objetivando o tão sonhado desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Finalmente, na qualidade de presidente, em nome de toda a diretoria, das coordenações regionais e dos sindicatos filiados, reafirmo a alegria em podermos apresentar para a sociedade este documentário histórico da organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão, ao mesmo tempo em que aproveito para agradecer as pessoas e instituições que contribuíram direto e indiretamente nesta construção.

Francisco Sales de Oliveira
Presidente

Sumário

Apresentação	
Introdução	
Fundação da FETAEMA.....	7
Acesso a propriedade da terra no Maranhão.....	10
Surgimento das primeiras lutas por reforma agrária no Brasil	12
A organização dos trabalhadores rurais no Maranhão: antecedentes.....	14
Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM.....	15
A repressão aos trabalhadores rurais no Maranhão no período do golpe militar	17
Conflitos pela posse da terra no Maranhão.....	19
Análise da Violência no campo maranhense.....	20
A participação dos Movimentos Sociais na defesa e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais	21
A FETAEMA Atualidade.....	24
Estrutura Organizacional.....	27
Secretaria Geral	27
Secretaria de Finanças e Administração.....	27
Secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente.....	28
Secretaria de Política Agrária.....	31
Secretaria de Formação e Organização Sindical.....	31
Secretaria de Políticas Sociais	32
Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais	32
Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	34
Política de Assalariados e Assalariadas Rurais.....	36
Assessoria Jurídica.....	37
Assessoria de Comunicação.....	38
As Mobilizações de Massa.....	38
Campanha pela Reforma Agrária.....	38
Jornada de lutas	39
Grito da Terra.....	40
Marcha das Margaridas.....	41
Depoimentos	43
Memória e Imagens	50
Galeria dos presidentes	61
Direções executivas.....	63
Homenagens recebidas	65
Festa de Comemoração dos 40 anos	66
Conquistas e Perspectivas.....	67
Artigos.....	69
A atuação do movimento sindical na transversalidade de gênero, raça/etnia e geração no contexto rural do Maranhão <i>Silvane Magali Vale Nascimento</i>	69
Quarenta anos de lutas sociais no campo maranhense: principais tendências e desafios colocados para o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais. <i>Marcelo Sampaio Carneiro</i>	74
Ruptura com a invisibilidade: a construção da participação das mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais <i>José Domingos Cantanhede Silva</i>	82

Introdução

Esta publicação apresenta parte da história dos 40 anos da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA, comemorados neste ano de 2012.

O desafio de registrar a história dos 40 anos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA foi estimulante para a equipe que realizou o projeto, na medida em que essa também é parte da história do movimento sindical rural maranhense.

A forma escolhida para o registro dos 40 anos da FETAEMA foi por meio de um vídeo documentário e de uma publicação impressa no formato ora apresentado. Mas o projeto resultou ainda em uma exposição fotográfica reproduzida nesta publicação, com 20 (vinte) fotografias recuperadas e tratadas do acervo da FETAEMA, do acervo da CPT-Comissão Pastoral da Terra e dos arquivos pessoais do Sr. Francisco Sales e do Sr. Francisco Garcia.

Um segundo desafio que a equipe enfrentou foi realizar em apenas 04 (quatro) meses o projeto, que consistiu em pesquisa documental, conversas com diretores e alguns assessores; e entrevistas gravadas com pessoas representativas da história da FETAEMA. A indicação dos entrevistados ficou sob a responsabilidade da FETAEMA, resultando nas seguintes personalidades: O primeiro presidente; o primeiro Delegado da CONTAG no Maranhão; o atual presidente; a primeira mulher diretora; a atual coordenadora de mulheres; a primeira coordenadora de jovens; o ex-presidente com quatro mandatos e o olhar externo de um pesquisador da Universidade Federal do Maranhão que acompanha o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Estado.

A revista, ao modo de um almanaque, conta a história da constituição da FETAEMA; contempla breve caracterização da problemática do acesso à propriedade de terras no Maranhão; um quadro com a memória revelada em imagens e depoimentos; um painel breve que trata dos conflitos por terra no passado e no presente; matérias apresentando o avanço da Federação, conquistas, mobilizações de massas, frentes de luta; sua estrutura organizacional e sua consolidação no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Compondo um espaço de reflexão para os 40 anos da FETAEMA encontram-se os artigos intitulados “A atuação do movimento sindical na transversalidade de gênero, raça/etnia e geração no contexto rural do Maranhão”, de autoria da Professora Dr^a Silvane Magali Vale Nascimento, o artigo “Quarenta anos de lutas sociais no campo maranhense: principais tendências e desafios colocados para o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais” do Prof. Dr^o Marcelo Sampaio Carneiro e “Ruptura com a invisibilidade: a construção da participação das mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais”, do Sociólogo, Mestre em Políticas Públicas e Assessor Político da FETAEMA, Domingos Cantanhede Silva.

A concretização deste projeto se deu graças à confiança e corresponsabilidade assumidas pela FETAEMA e a Equipe. Portanto, é necessário agradecer a colaboração de todas as pessoas que direta e indiretamente contribuíram nesta empreitada. Entretanto, a Equipe não poderia deixar de expressar (ou registrar) os seus agradecimentos especiais a Comissão Pastoral da Terra, por ter permitido a consulta aos seus arquivos; aos Professores Marcelo Carneiro e Silvane Magali, pela disponibilidade em refletir e escrever na forma de artigo para a revista; ao Professor Murilo Santos pelas gravuras e fotos cedidas do seu arquivo pessoal e aos Diretores e Assessores da FETAEMA, fica o nosso muito obrigado.

A Equipe

Direitos exclusivos para esta edição

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

Realização

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

Autoras

Maria Suely Dias Cardoso

Ruthiane Silva Pereira

Projeto Gráfico e Diagramação Visual

Roberto Kzau

Nazareno Almeida

Fotos Cedidas

Arquivo CPT

Arquivo FETAEMA

Arquivo Murilo Santos

Arquivo Roberto Kzau

Gravuras de Joaquim Santos

Arquivo Murilo Santos

Colaboradores

Adriana Tobias

Murilo Santos

Projeto FETAEMA 40 anos

Revista, vídeo documentário e exposição

Realização: *Kzau Produções Artísticas*

Equipe

Coordenação geral: *Maria Suely Dias Cardoso*

Cineasta e Roteirista: *Murilo Santos*

Foto Still: *Roberto Kzau*

Pesquisadora: *Ruthiane Pereira*



Fundação da FETAEMA

Em meio ao período do regime da ditadura militar e sob sua intervenção, a CONTAG, orientada legalmente pelo Estatuto do Trabalhador, instalou em 1967 uma Delegacia Regional no Maranhão. Para isso, contou com o apoio da Igreja e o arcebispo metropolitano Dom João da Mota Albuquerque indicou o jovem Francisco Augusto Garcia para ser o Delegado.

Natural do município de Arari, trabalhador rural, estudante e participante do Movimento de Educação de Base – MEB, da Igreja Católica.

A instalação da Delegacia ocorreu em solenidade restrita no Seminário Santo Antonio, em São Luís, com a presença de Dom Edmilson, Bispo auxiliar que fazia críticas ao regime militar e por isso, não era bem visto pelos militares.

Nesse período, sempre com apoio da Igreja, a Delegacia Regional da CONTAG no Maranhão, organizou e fundou muitos sindicatos, que segundo exigência do Ministério do Trabalho, deveriam ter a denominação de “Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. No entanto, nem sempre a criação de um sindicato acompanhava o ritmo do reconhecimento pelo

O ATO FUNDADOR

A meio ao período do regime da ditadura militar e sob sua intervenção, a CONTAG, orientada legalmente pelo Estatuto do Trabalhador, instalou em 1967 uma Delegacia Regional no Maranhão. Para isso, contou com o apoio da Igreja e o arcebispo metropolitano Dom João da Mota Albuquerque indicou o jovem Francisco Augusto Garcia para ser o Delegado. Natural do município de Arari, trabalhador rural, estudante e participante do Movimento de Educação de Base – MEB, da Igreja Católica.

A instalação da Delegacia ocorreu em solenidade restrita no Seminário Santo Antonio, em São Luís, com a presença de Dom Edmilson, Bispo auxiliar que fazia críticas ao regime militar e por isso, não era bem visto pelos militares.

Nesse período, sempre com apoio da Igreja, a Delegacia Regional da CONTAG no Maranhão, organizou e fundou muitos sindicatos, que segundo exigência do Ministério do Trabalho, deveriam ter a denominação de “Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. No entanto, nem sempre a criação de um sindicato acompanhava o ritmo do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, que em muitos casos demorava alguns anos, a exemplo do sindicato de Imperatriz, fundando em 29 de janeiro de 1967 e só reconhecido em 31 de dezembro de 1973.

A instalação da Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG no Maranhão teve como objetivo organizar os trabalhadores rurais por meio da criação de sindicatos e formar a Federação Estadual e isso só foi possível com a existência de um número suficiente de sindicatos fundados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho segundo a legislação da época.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão – FETAEMA foi constituída no ano

de 1972, no dia 2 de abril, em Assembléia Geral realizada no Seminário Santo Antonio, em São Luís e presidida por Francisco Augusto Marques Garcia, Delegado Regional e Acácio Fernandes dos Santos, Diretor da CONTAG.

Fizeram parte da sua fundação os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Arari, Balsas, Chapadinha, Imperatriz, Mirador, Rosário, São Bernardo, Santa Inês, Sucupira do Norte, Urbano Santos e Tutóia. Estiveram presentes também, mas sem direito a voto, os representantes dos sindicatos de Barra do Corda e Pindaré – Mirim. A Federação foi reconhecida oficialmente em 25 de maio de 1973, no entanto na Carta Sindical, documento de reconhecimento legal emitido pelo Ministério do Trabalho, não constam os sindicatos de Imperatriz, Santa Inês e Urbano Santos, que participaram do ato de fundação.

Neste ato, importantes autoridades da época se fizeram presentes: o Sr. Lourenço Vieira da Silva, Secretário de Agricultura, o Deputado Estadual Bernardo Coelho de Almeida, o Diretor do FUNRURAL, Álvaro Baima Barbosa, o Tenente do 24º Batalhão de Caçadores e os Presidentes das Federações Estaduais do Piauí, Ceará e Goiás.

Cumprida sua missão, a Delegacia encerra suas atividades no Maranhão no mesmo ano.

Até o início de 1972 existiam doze sindicatos no Estado, mas apenas oito fizeram parte da fundação da Federação e um ano e dois meses após sua fundação, somavam um total de 87 sindicatos, 37 desses reconhecidos oficialmente e 50 em processo de reconhecimento. Havia naquele período um total de 64.728 trabalhadores rurais associados.

Primeira Diretoria efetiva para o triênio 1973-1976

Presidente

Antonio José de Azevedo
STR Buriti

Secretário Geral

Manoel Nascimento de Jesus
STR Bacabal
Tesoureiro
Edgar Ribeiro
STR Mirador

Primeira Diretoria eleita na fundação em 1972

Presidente

João Batista Araújo da Silva
STR Tutóia

Secretário

Domingos Cunha Araújo
STR Chapadinha
Tesoureiro:
Geraldo Gonçalo Costa
STR Arari

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense – Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Vol.5, CPT-MA, São Luís, 1981.

CARTA SINDICAL DE RECONHECIMENTO DA FETAEMA



O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho e Previdência Social

Faz saber a quantos esta **Carta** virem que atendendo ao que REQUERERAM OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARARI, BALSAS, CHAPADINHA, MIRADOR, ROSÁRIO, SÃO BERNARDO, SUCUPIRA DO NORTE e

resolve aprovar o respectivo estatuto e reconhecer, de acôrdo com o regime instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho, a **Federação** DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO

como entidade coordenadora DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DE TRABALHADORES RURAIS DO PLANO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA,

na base territorial DO ESTADO DO MARANHÃO,

com sede em SÃO LUIZ, no ESTADO DO MARANHÃO.

E, para firmeza, mandou passar a presente **Carta**, que vai por êle assinada.

Em 25 de maio de 1973

ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA NO MARANHÃO

A concentração de terras no Brasil perdurou ao longo do tempo, e em diferentes momentos foi se remodelando ao sabor dos interesses das elites dominantes, mesmo com mudança de regimes políticos e sistemas econômicos – Império, Colônia, República, Nova República, Ditadura Militar, Democracia, persistindo até os nossos dias.

Segundo Manuel Correia de Andrade, um grande estudioso da questão agrária brasileira, na Primeira República (1889-1930) predominava as grandes propriedades, principalmente com os senhores de engenho e os grandes fazendeiros do café, conforme o mapa.

O Maranhão, fiel representante da história agrária brasileira, perpetua essa estrutura caracterizada por uma alta concentração de terras.

Primeiro, com a grande lavoura de arroz e algodão, depois o sistema da pecuária extensiva. Por outro lado, em período mais recente, na década de 1960, o Maranhão recebeu grandes



fluxos migratórios de famílias oriundas do Piauí, Ceará e Pernambuco, expulsas de seus locais de origem, principalmente pela seca e buscavam novas oportunidades econômicas nas terras livres da Pré-Amazônia Maranhense.

Nos vales do Pindaré, Turiaçu, Grajaú e Tocantins, verificavam-se a formação de fronteira agrícola de ocupação espontânea, possibilitada pela construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010, passando por Imperatriz), da Transamazônica (cortando o sul do estado) e da BR-222 (ligando Santa Inês a Açailândia) e pela grande massa de pequenos agricultores nordestinos e maranhenses, procedentes das tradicionais regiões agro-pastoris extrativas do Itapecuru e Parnaíba.

Nessa década, a concentração de terras foi favorecida ainda mais com a chamada “Lei Sarney de Terras” de 1969. Em seu Primeiro Programa de Governo, José Sarney apresenta para o Maranhão um projeto no qual o Estado deveria estar atrelado ao setor industrial do Nordeste e defendeu a ideia de que as fronteiras agrícolas deveriam ser abertas, não para a pequena produção, mas para as grandes empresas agropecuárias.

Nesse sentido, a criação dessa Lei de Nº2979 de 1969, teve a intenção de garantir a implementação desse projeto, permitindo a venda de grandes extensões de terras, superiores a 3.000 hectares, para sociedades anônimas. Abrindo as fronteiras do Estado para as empresas agropecuárias do Centro-Sul do país, beneficiadas com as leis de incentivos fiscais.

Essa lei intensificou o processo de grilagem, agravando os conflitos agrários e o latifúndio foi assim renovado com o apoio do Estado resultando numa estrutura agrária profundamente desigual.

No governo seguinte de Pedro Neiva de Santana - 1971 a 1975 -, persiste o projeto do desenvolvimento via industrialização e o incentivo continua sendo para os grandes proprietários, com o foco na **pecuária de corte para exportação**.

O novo governo propõe a modernização do setor primário, bem como pretendeu corrigir as ocupações espontâneas das fronteiras agrícolas da Pré-Amazônia Maranhense, abrindo as terras para projetos de colonização e cria a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, para a qual foi destinada uma área de 2 milhões e 100 mil hectares de terra para a execução de dois projetos de colonização nos municípios hoje denominados Zé Doca e Buriticupu, que atraiu para o Maranhão grupos empresariais para a implantação de projetos agropecuários.

Somente no município de Santa Luzia, a partir dessa iniciativa, foram instaladas 36 empresas que ocuparam um total de 694 mil 183 hectares, correspondente a 56% da área do município.

Em verdade, o projeto de colonização tinha embutido a ideia de afastar cada vez mais o camponês para o interior, liberando as áreas de maior valor para o grande capital.

Tais projetos contaram com generosos benefícios do Fundo de Incen-

tivo da Amazônia (FINAM) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e contribuíram para o aumento da concentração de terras e dos conflitos agrários na região.

Nos governos seguintes, final da década de 70, décadas de 1980 e 1990, o Estado intensifica ainda mais o projeto desenvolvimentista e abre as portas para o capital estrangeiro e os grandes projetos são implantados, a exemplo do Programa Grande Carajás; o Centro de Lançamento de artefatos espaciais de Alcântara; as indústrias do alumínio com a instalação da Alcoa em São Luís; o pólo guseiro com seis indústrias de ferro gusa em Açailândia; empreendimentos econômicos voltados para a exportação, como a soja, no Sul do Maranhão.

Atualmente sob o signo do agro-negócio, esses grandes empreendimentos seguem se expandindo para outras regiões do Estado, no caso da soja, as indústrias de papel e celulose com o monocultivo de eucalipto, para a região chamada Baixo Parnaíba, formando grandes latifúndios.

Com isso, trabalhadores\trabalhadoras rurais e\ou os agricultores\agricultoras familiares e também os denominados quilombolas continuam sendo expulsos de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Algumas conseqüências dessa política têm sido denunciadas por parte dos movimentos sociais e ambientais do Estado, como o aumento da concentração fundiária, a devastação das matas e uso indiscriminado de agrotóxicos.

Referências:

ANDRADE, ManuelCorreia de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004.
ARAÚJO, Helciane; SANTOS, Murilo. Texto elaborado para roteiro de documentário, sem título e não publicado.

SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS LUTAS POR REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

O governo brasileiro na Primeira República não solucionou a questão da terra, os governos não responderam às pressões populares por reforma agrária e os trabalhadores rurais não conseguiram se organizar para obter o acesso à terra, viveram à mercê dos grandes proprietários e grandes posseiros.

Porém, os conflitos entre trabalhadores e proprietários existiam e apresentaram duas faces: ora em confrontos pessoais, ora com movimentos populares revestidos de posições messiânicas

(proféticas, religiosas), como a Guerra dos Canudos, 1896-97, na Bahia e a Guerra do Contestado, 1912-16, no Paraná e em Santa Catarina (Andrade, 2004, p.58).

A idéia de reforma agrária nos moldes atuais, enquanto reivindicação de um grupo surge ainda na Primeira República, anos 1920, com os “tenentes”, que lutavam contra um latifúndio intimamente relacionado ao ‘voto de cabresto’, ao coronelismo (Medeiros, 1993).

A partir de então, a luta em prol da reforma agrária vai se consolidando e se tornando uma demanda crescente junto ao segmento camponês.

Na década de 1950 transforma-se na sua principal bandeira de luta pelo Brasil afora, impulsionada não somente pelos conflitos existentes, mas também pela intervenção do Partido Comunista, que pressupunha aliança com a burguesia industrial interessada em mudanças estruturais que favoreceriam o mercado interno (MEDEIROS, 1993).



A União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil – ULTAB, é instituída sob a direção do Partido Comunista que incentiva a criação de Associações de Lavradores e Trabalhadores em âmbito estadual, regional e municipal por todo o Brasil. Ressalta-se que a orientação política não é predominante entre as Associações locais, que mantêm uma dinâmica própria de organização e o enfrentamento aos conflitos são os principais impulsionadores dessas Associações.

É nesse cenário que surgem as Ligas Camponesas, liderada por Francisco Julião que tinha uma concepção diferente para a reforma agrária. Embora se assemelhasse à concepção do Partido Comunista, acreditava que o poder do latifúndio deveria ser quebrado sem alianças com nenhum setor da burguesia, o camponês deveria se tornar o ator político decisivo para se atingir a revolução socialista.

A Igreja Católica, que já mantinha atuação na área rural, mas de natureza confessional, mudou sua intervenção, visto que as suas ações de reforma agrária não apresentaram resultado satisfatório, então a CNBB, propõe ainda na década de 1960, uma aproximação com o sindicalismo rural, porém, se contrapondo às Ligas Camponesas e às Associações de Lavradores e Trabalhadores. Cria o Movimento de Educação de Base que propõe a educação sindical e envolve os católicos leigos na efetivação desse projeto.

A partir dos anos de 1970, passou a incentivar e apoiar com mais ênfase os trabalhadores rurais no enfrentamento e luta pela terra.

Cria o Movimento de Comunidades Eclesiais de Base e daí surge, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que atua em defesa dos trabalhadores rurais e torna público muitos conflitos, fazendo denúncias, mas também tem uma atuação voltada para o crescimento político dos trabalhadores, fazendo análise de conjuntura e a crítica da ideologia dominante (MEDEIROS, 1993).

O movimento pela reforma agrária continua sua caminhada e se renova com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, em que camponeses e trabalhadores rurais sem-terra no Brasil organizaram-se e mobilizaram-se para enfrentar a mais recente incursão do capitalismo no campo.

Referências:

- ANDRADE, Manuel Correia de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. 1993. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm> Acesso em março de 2008.

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO MARANHÃO: ANTECEDENTES

A partir da Campanha Nacional para cinco milhões de assinaturas por uma Reforma Agrária Democrática, desencadeada na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo no ano de 1954 tem início a criação das primeiras organizações de trabalhadores rurais no Maranhão, designados naquele período de lavradores e trabalhadores agrícolas.

Vale ressaltar que a Campanha em prol da reforma agrária contava com a participação de diferentes categorias de profissionais, estudantes, advogados, agrônomos

e representantes da Igreja Católica. A Reforma Agrária tornara-se uma bandeira de luta de todos.

É criada, então, a Comissão Estadual de Reforma Agrária que tinha como objetivo levar a Campanha para todos os municípios que também deveriam criar as comissões municipais, a exemplo da Comissão Central Pró-reforma Agrária do município de Caxias, que em 1955 funda a Associação de Defesa dos Lavradores e Agricultores do 3º Distrito de Caxias, e assim muitas outras vão se constituindo nas regiões do Itapecuru, Mearim, Pindaré.

Todas essas associações faziam parte da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, organização incentivada pelo partido Comunista. Deve-se ressaltar que as associações tinham autonomia político partidário e suas lutas não podem ser vistas como somente orientadas pelo viés partidário, pois significa perder de vista a própria dinâmica das lutas travadas efetivamente pelas Associações, assim como, as contradições reais em questão e as formas específicas e originais que os camponeses lançaram mão para se organizar, segundo o estudioso ALMEIDA (1981).



ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO MARANHÃO – ATAM

Em 1956, essas Associações realizam a primeira Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, oportunidade em que fundam a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM. Sendo seu primeiro presidente, um lavrador do 3º Distrito de Caxias, Sr. Augusto José do Nascimento

A partir de então, muitas associações foram se constituindo com o apoio da ATAM e em 1958 realizou sua Assembléia Geral com a participação de 36 Associações de lavradores de várias regiões do Estado. Duas pautas importantes da Assembléia eram a eleição de nova diretoria e convocação da II Conferência Agrária do Maranhão.

Diretoria eleita em 1958

Presidente
Augusto José do Nascimento
3º Distrito de Caxias
1º Vice-Presidente
José Vieira Lima
Capinzal-Codó
2º Vice-Presidente
Maria da Glória
Bacabal
1º Secretário
Amadeu Rodrigues de Souza
Bacabal
2º Secretário
Raimundo Justino
Itapecuraiá - São Luís
1º Tesoureiro
Antonio José Cardoso
Quebra-Pote/São Luís
2º Tesoureiro
José Pereira da Silva
3º Distrito de Caxias

Na formação dessa diretoria, observa-se a participação feminina, a reafirmação da liderança do Sr Augusto para a condução da Associação e predominância das representações dos municípios de Bacabal e Caxias na condução da organização, possivelmente pelos intensos conflitos nessas áreas.

A II Conferência Agrária do Maranhão foi realizada em agosto de 1958 e contou com 115 delegados e a participação de muitas autoridades, políticos e da Igreja Católica.

Embora tenha conseguido se expandir, em menos de dois anos já contava com 50 filiadas, em várias regiões do Estado, apoiando a criação de muitas Associações de Lavradores, denunciando e defendendo seus representados; e tendo o reconhecimento das autoridades, os conflitos não se atenuaram e continuavam a crescer.

Os grandes proprietários, apoiados pelo poder local e regional, usaram de muita violência na repressão aos lavradores e suas Associações. A força policial e os jagunços não permitiam a realização das assembléias, dispersando os lavradores com tiros, fato que se repetia por vários lugares onde os trabalhadores se organizavam.

Em 1961, a ATAM participa do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no qual se fazem presentes a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, as Ligas Camponesas e o Movimento de Agricultores Sem Terra – MASTER, do Rio Grande do Sul.

Neste Congresso foi lançada a “Declaração de Belo Horizon-

te” reivindicando uma reforma agrária radical, exigindo plena garantia à sindicalização e o reconhecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A ULTAB lança a Campanha de Sindicalização Rural, transformando as Associações de Lavradores em Sindicatos de Produtores Autônomos e criando sindicatos de assalariados rurais.

Em 1963, um importante instrumento legal deu amparo ao reconhecimento de sindicatos rurais, o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei de Nº 4.214 de 1963, entretanto, os sindicatos foram obrigados a se fixarem numa legislação que os vinculava aos aparelhos de Estado, com isso perderam a autonomia característica das Associações de Lavradores.

No mesmo ano, no mês de dezembro a ULTAB é sucedida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – CONTAG. No Maranhão, dois meses depois, no dia 16 de fevereiro, foi fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão. Toda a estrutura da ATAM, que é desativada, passa para a nova organização, presidida por Augusto José do Nascimento, presidente da recém extinta ATAM.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense – Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Vol.5, CPT-MA, São Luís, 1981.

A Igreja Católica cria o Movimento de Educação de Base (MEB), como forma de intervenção na organização sindical rural e apóia a fundação de inúmeros sindicatos, conhecidos como os “Sindicatos dos Padres”.

Ressalta-se que inicialmente a atuação da Igreja foi marcada pelos programas de ação social na área rural, não havia preocupação com a organização dos trabalhadores rurais para o enfrentamento aos grandes fazendeiros. A orientação da Igreja era a de “estreita colaboração entre os grandes proprietários e os lavradores”, havia uma clara

oposição às Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, bem como às Ligas Camponesas, que no Maranhão não tiveram muita expressão.

A atuação da Igreja se restringia ao domínio comunitário e confessional. Porém, com o MEB a Igreja muda seu foco e volta-se para a questão do sindicalismo rural e no interior da Igreja, existiam por parte do clero, aqueles mais conservadores, que se opunham às Ligas Camponesas e às Associações de Lavradores, e os considerados progressistas, que propunham atuação conjunta das diversas organizações dos trabalhadores rurais.

No Maranhão, o Padre Alípio de Freitas, lançou inclusive a “Carta Aberta aos Lavradores” na qual reproduzia a palavra de ordem das Ligas Camponesas: “Reforma Agrária na lei ou na marra” e apoiou a organização das Ligas no Estado.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense – Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Vol.5, CPT-MA, São Luís, 1981.

VOCÊ SABIA....

Que em 1958 foi realizada Passeata da Fome, numa mobilização de massa na qual reuniu diversas categorias de trabalhadores: trabalhadores rurais, carpinteiros navais, trabalhadores nas indústrias de calçados, motoristas da Marinha Mercante, Comerciantes, jornalistas, ferroviários, têxteis e trabalhadores nas indústrias de curtimento de couro. A iniciativa partiu do sindicato da construção civil, sendo firmado o chamado “Pacto de Unidade Sindical”. Os trabalhadores maranhenses de se uniram para lutarem por melhores condições de vida, ao final da passeata, entregaram ao governador do Estado o Memorial dos Trabalhadores, com as principais reivindicações dos trabalhadores. O Pacto fortaleceu todas as categorias resultando na realização do I Congresso dos Trabalhadores Maranhenses em 1959.

Que dois lavradores do município de Caxias, os senhores Domingos Soares da Silva e Firmino Ezequiel de Souza, presidentes das Associações de Lavradores de Maria Preta e Coiteziinho, viajaram a pé e em “pau de arara”, saindo de Caxias no dia 7 de janeiro de 1959 e chegando ao Rio de Janeiro, então capital federal, um mês e cinco dias depois, em 12 de fevereiro, para denunciar a situação de conflitos e perseguições vividos por suas comunidades em que as autoridades locais não tomavam providências em sua defesa.

Conseguiram audiências com os Ministros da Agricultura e da educação e Saúde. Receberam medicamentos para distribuírem aos lavradores e as passagens de regresso a São Luís. O Ministro da Agricultura, à época, Mário Meneghetti, realizou uma reunião com a presença dos dois lavradores, o governador do Maranhão, Matos Carvalho e o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC, para tratar das invasões dos roçados pelo gado e da violência promovida pelos proprietários contra os lavradores.

tomada, em Pindaré-Mirim, os trabalhadores rurais se reuniram e fundaram um sindicato independente que ficou conhecido como “Sindicato Clandestino”. Seus principais dirigentes foram Manoel da Conceição e Antonio Lisboa Brito, o primeiro, foi presidente do sindicato de Produtores Autônomos de Pindaré - Mirim extinto com o Golpe em 64. Esses trabalhadores haviam participado dos cursos do MEB em Santa Inês e bem orientados conseguiram reerguer o movimento enfrentando organizadamente conflitos naquela região (65). Essa organização se estendeu a outros municípios dessa região, Santa Luzia e Bom Jardim e tinham como características, além do enfrentamento aos latifundiários e aos agentes do regime ditatorial, a promoção da alfabetização em vários povoados (65).

Esse foi um período de intensos conflitos, de violenta repressão policial contra os trabalhadores rurais, contudo a resistência se manteve com o enfrentamento à sistemática ação das forças policiais.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense – Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Vol.5, CPT-MA, São Luís, 1981.

"MANOEL DA CONCEIÇÃO" MANOEL DA CONCEIÇÃO SANTOS

Líder nas lutas camponesas no Maranhão, por suas ações frente à organização dos camponeses na região do Vale do Pindaré, foi perseguido, preso várias vezes e torturado física e psicologicamente pelo regime militar.

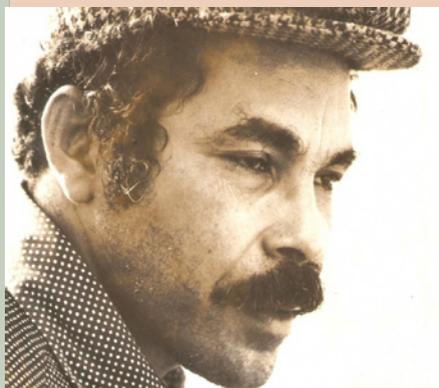
Ficou desaparecido por um longo tempo, após ter sido seqüestrado e levado para o Rio de Janeiro, o ano era 1972. Foi julgado criminoso pelo tribunal militar, função quando foi levado pelos militares estava ferido na perna em função de um tiro que levou de um soldado durante um confronto; teve a perna amputada por falta de cuidados médicos durante o período em que esteve preso.

Com a solidariedade da Igreja Católica e entidades, buscou apoio da anistia internacional e conseguiu exílio em Genebra, na Suíça, de onde se engaja, juntamente com outros exilados, na luta



contra governos repressivos. Após três anos fora do Brasil, retorna e dá continuidade, até os dias atuais, a luta em favor de uma sociedade justa.

No seu retorno ao Brasil em 1979, contribuiu na organização de entidades importantes no cenário nacional como a Central Única dos Trabalhadores - CUT, o Partido dos Trabalhadores - PT e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU.



Referências:

SANTOS, R. MANOEL CONCEIÇÃO SANTOS: de camponês a líder político. Revista Eletrônica História em Reflexão, América do Norte, 4, jun. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/742/458>. Acesso em: 05 Mai. 2012.



CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA NO MARANHÃO

Os conflitos agrários no Maranhão são resultantes da sua estrutura agrária concentradora e apresentam diferentes configurações:

Na antiga colonização predominavam as elevadas cobranças de renda aos agricultores e a exploração dos produtos extrativistas pelos proprietários.

Na década de 60, os conflitos são frutos da grilagem e dos investimentos em largas extensões de terras realizados por grupos econômicos. No bojo do modelo desenvolvimentista, os conflitos são intensificados com a instalação de grandes empresas agropecuárias, de exploração de minérios e agroflorestais.

Atualmente os conflitos estão relacionados principalmente à implantação do agronegócio da soja e celulose.

Historicamente, as situações de conflitos de terra no Maranhão estão relacionadas especialmente, às questões de uso e posse da terra. Segundo levantamento realizado pela SMDH, os principais litígios são:

“Invasão dos roçados dos trabalhadores pelo gado dos proprietários ou pretensos proprietários; a des-

truição de recursos naturais pelos búfalos; ao ataque de búfalos aos trabalhadores; à destruição dos recursos florestais por madeireiros; ao não cumprimento por parte de órgãos oficiais dos deveres do Estado; a destruição dos babaçuais e ao impedimento aos trabalhadores do acesso a este recurso; a exploração do trabalho via cobrança de renda; a confrontos entre índios e não índios em disputa pelos territórios e\ ou por recursos naturais neles contidos”. (SMDH, 1993).

Outras situações que levaram e ainda levam aos conflitos agrários no Maranhão, estão diretamente relacionados aos chamados grandes projetos, já mencionados nessa publicação, que historicamente foram e ainda são incentivados com aportes financeiros do Estado e que vêm

promovendo uma série de distúrbios, tensões e violências junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao longo da história agrária do Maranhão.

Ressalta-se que nos conflitos por terra, os homens são as principais vítimas da violência no campo quando se trata de assassinatos, conforme vemos nas relações descritas nessa publicação. No entanto, a violência atinge também as mulheres (viúvas) e as crianças (órfãs) e para compreender essa realidade, em 1991, no âmbito do projeto “Violências contra Mulheres e Crianças Camponesas”, coordenado pela Professora Maristela de Paula Andrade, foi criado o Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais Assassinados em Conflitos de Terra – NAV, que teve atuação entre 1992 e 1996.

Relação de alguns trabalhadores rurais e\ou lideranças sindicais assassinados nos conflitos de terras no ano de 1964 e na década de 1970

- 1964 – Antônio Fernandes de Sousa – Tuntum
- 1972 – João Maranhão – Joselândia
- 1973 – Gil de Oliveira Campos – Caxias
- 1975 – João Palmeira Sobrinho – Imperatriz
- 1975 – José Viana de Souza – Imperatriz
- 1975 – Teodoro José dos Santos – Barra do Corda
- 1976 – Francisco Cirqueira – Imperatriz
- 1977 – José Ribamar Souza – Imperatriz
- 1978 – Enoc Pessoa – Imperatriz
- 1978 – Antônio Batista da Rocha – Timbiras
- 1978 – Amadeu Manoel de Melo – Santa Luzia
- 1978 – Hermínio Alves da Luz, Fazenda Maguary – Santa Luzia
- 1979 – Firmino Guerreiro dos Santos – São João do Caru
- 1979 – José Barroso – Tuntum
- 1979 – Eliseu Possione – Esperantinópolis
- 1979 – Eduardo Resende de Souza – Tuntum

Referência:

Conflitos de terra registrados no Maranhão de 01 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991; SMDH, São Luís, 1993.

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA NO CAMPO MARANHENSE

Por Luís Antônio Pedrosa*

A concentração de renda e a expulsão do trabalhador do campo têm um componente institucional fortíssimo no Estado do Maranhão. O sistema de justiça criminal (o aparato da segurança pública, o Ministério Pública e o Poder Judiciário), ainda funciona como instância de legitimação da violência no campo.

Mais recentemente, dois episódios, envolvendo a morte de trabalhadores rurais, nos fizeram lembrar a década de oitenta e início da década de noventa. Em 30 de outubro de 2010, tombou morto Flaviano Pinto Neto, liderança da comunidade quilombola de Charco, em São Vicente de Férrer. Neste último caso, o fazendeiro, acusado de mandante do crime, passou menos de 24 horas preso. Foi solto por um habeas corpus impetrado perante o Tribunal de Justiça.

O fazendeiro Adelson Veras Araújo, 67 anos, acusado, juntamente com os dois filhos, Francisco Maciel de Araújo, 29 anos, e Macione Silva de Araújo, 30 anos, de mandar matar dois trabalhadores rurais, no ano de 2008, no município de Centro Novo do Maranhão, também acaba de ser solto pelo Tribunal de Justiça do Maranhão. Esse fazendeiro foi retratado alvo da reportagem do Fantástico, no mês de fevereiro, que denunciou a situação de descalabro nas delegacias de polícia do interior do Maranhão e casos de impunidade. Adelson Veras Araújo estava com prisão temporária decretada há mais de um ano, sem cumprimento pelo sistema de segurança.

Logo em seguida, as ossadas das vítimas foram encontradas em uma fazenda, que era de sua propriedade, dentro da Reserva Biológica do Gurupi. O fazendeiro foi preso, junto com os dois filhos, mas o Tribunal mandou soltar.

No ano de 2003, Antônio G. da Conceição e Raimundo A. Filho, foram assassinados, na estrada que dá acesso a Bom Lugar, em razão de um conflito pela posse da terra, envolvendo os proprietários

da fazenda Comboio, em Bacabal. Os acusados estão soltos e até hoje o Poder Judiciário não realizou o julgamento.

Outros nomes de trabalhadores maranhenses mortos na luta pela terra, também podemos lembrar: Zé Machado, de Pio XII (morto em 1984), Antenor Sena Freitas, de Santa Luzia (1985), Nonatinho, Santa Luzia (1984), Francisco Fernandes Amorim, o Baixinho, de Bacabal (1989), Elias Zi, de Santa Luzia (1982), Manoel da Conceição, de Olho d'Água das Cunhãs (1991), Trasibe Rodrigues de Lima e Manuel Quintino, ambos de Bacabal, do povoado Aldeia (1985 e 1988), Gonçalo Ferreira Campos, o Ferreirinha, de Lago da Pedra (1985). São vítimas de violência fundiária, mas principalmente, da impunidade.

Casos como o de Flaviano Pinto (São Vicente de Férrer), Antônio G. da Conceição e Raimundo Nonato Sousa (Bacabal) estão sendo acompanhados pela assessoria jurídica da FETAEMA.

*Luís Antônio Pedrosa, advogado da FETAEMA e da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos e presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB\MA.

“Nós perdemos, aqui no Maranhão, não dá pra dizer aqui a quantidade de trabalhadores que foram assassinados, mas eu lembro muito bem de companheiros nossos. Dirigentes sindicais como Zé Machado presidente do sindicato Pio XII, do Nonatinho lá em Santa Luzia, o Zizi, são companheiros, das lideranças principais que a gente tinha, que foram assassinados exatamente nesses anos da década de 1980, por enfrentar o latifúndio. (Depoimento Chico Sales, em 08\02\2012).”

A participação dos Movimentos Sociais na defesa e luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

A FETAEMA participou junto com as entidades dos movimentos sociais de diversas mobilizações populares a exemplo do movimento para a redemocratização do País e na Assembleia Nacional Constituinte, atuou nas manifestações pelo Impeachment do Presidente da República Collor de Melo; e participou da Caravana da Cidadania e outros.

Atuou em conjunto com diversas entidades confessionais e dos Movimentos Sociais, como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH; Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Comissão Pastoral da Terra–CPT.

Na década de 1980, período do enfrentamento à repressão do regime militar e a violência dos grileiros e latifundiários, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais contou com o apoio de entidades confessionais e de entidades não governamentais e do movimento sindical.

Destacam-se aqui, entre outras, a Comissão Pastoral da Terra–CPT, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH e a Central Única dos Trabalhadores – CUT\MA.

Comissão Pastoral da Terra - CPT

Na comemoração dos seus 40 anos, a FETAEMA prestou homenagem à Igreja Católica, representada pelo Arcebispo Dom José

Belisário da Silva, pela sua atuação em defesa dos direitos e da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais e a participação de bispos e padres na organização comunitária para a luta pela posse da terra.

A Igreja Católica através de padres e missionários das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra - CPT, historicamente teve um papel importante na luta dos camponeses pela terra. Além de realizarem atividades de formação junto a trabalhadores rurais, os apoiavam nos conflitos de terra. A ação da Igreja foi fundamental, pois, com o seu apoio, havia situações nas quais os trabalhadores rurais eram poupados de maiores violências, e suas mobilizações e denúncias tinham maior visibilidade.

Diversos membros da Igreja tiveram forte atuação no meio rural, constituindo parte integrante das comunidades. Criada a partir do Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal, a CPT passou a fazer parte das próprias comunidades, assessorando e dinamizando o trabalho dos que atuavam em favor dos sem-terra e trabalhadores rurais na luta pela terra.

Contudo, a questão dos conflitos não ficou para trás, ao contrário, têm se manifestado com muita força na atualidade. E a CPT permanece atuando junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, acompanhando-os e defendendo-os, atualmente, junto a outras entidades e à própria FETAEMA, tem acompanhado a situação dos quilombolas.

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH

A sociedade Maranhense de Direitos Humanos tem participação significativa na defesa dos trabalhadores rurais maranhenses na sua luta e resistência frente à violência sofrida no campo.

A entidade cria em 1986 o Projeto de Assessoria Jurídica a Comunidades Rurais (PAJ), com o objetivo de garantir o direito de posseiros/as e o exercício da cidadania na luta pela conquista da terra, por meio da assistência jurídica, fortalecimento das organizações dos/as trabalhadores/as e da formação de opinião.

Em 1988 é criada o Projeto Vida de Negro (PVN), em parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA), cujo objetivo era garantir a concretização do preceito que reconhece o direito à terra para comunidades quilombolas.

Nas décadas de 1980 e 1990, a principal ação posta para a entidade era basicamente a intervenção junto aos conflitos fundiários, marcados por confrontos violentos com grileiros e latifundiários.

Foi a entidade pioneira no Maranhão na implantação de projetos de tecnologias alternativas para a produção agrícola e criou em 1985 o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), estabelecido em parceria com FASE, objetivando o levantamento de experiências em tecnologia agrícola alternativa e o incentivo à articulação de uma rede constituída por técnicos, trabalhadores, sindicatos e comunidades rurais.

Referências:

Disponível em: www.smdh.org.br Acesso em 03/03/2012

Central Única dos Trabalhadores – CUT/MA

Enquanto a CUT-Brasil foi construído dos operários do pólo industrial na região do ABC paulista, berço do Novo Sindicalismo, atribuindo-lhe uma face industrial, no Maranhão a CUT-MA nasce no município de Caxias no mês de julho de 1984 com característica mais rural.

Significa dizer que a fundação da CUT-MA encontrou, como justificativa para sua criação, o grande número de conflitos de terras, nos quais centenas de trabalhadores eram vitimizados. É importante destacar que, nas áreas conflituosas, organizações como a Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH, Cáritas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STTR'S tiveram papel fundamental no que se refere à articulação e à mobilização de trabalhadores em defesa de direitos

humanos. No Maranhão, os construtores da CUT-MA relacionam a base social à área rural e aos profissionais liberais. Desta forma, os primeiros sindicatos filiados foram SENGE (Sindicato dos Engenheiros) e SAS (Sindicato dos Assistentes Sociais).

À época, o Novo Sindicalismo configurado na CUT-MA foi uma expressão da insatisfação com a prática engessada que pairava no interior dos sindicatos, durante o regime militar. Tais sindicatos não atendiam realmente aos interesses da classe trabalhadora. O contexto socioeconômico de trabalhadores urbanos e rurais no Estado impulsionou as condições reais para a organização e a mobilização desses trabalhadores e movimentos populares, aqui o papel da Igreja se sobressaiu no processo de construção e reconstrução de um pensamento crítico-político em torno das questões socioeconômicas das massas.

A CUT-MA, segundo um de seus

fundadores, obteve legitimidade no campo onde a questão fundiária sempre foi bastante acentuada, além do mais no Maranhão não havia sindicatos da indústria com características de entidades marcantes, como foi no ABC paulista.

Na CUT-MA, a atuação da Igreja ocorreu de forma significativa para com as lutas dos trabalhadores, contribuindo junto com os movimentos sociais na constituição de uma identidade coletiva. Logo, o Maranhão durante a década de 80 apresentou um cenário socioeconômico e político que propiciou o desenvolvimento de uma consciência crítico-política dos trabalhadores do campo e da cidade e segmentos da sociedade civil articulados e organizados nas lutas gerais da CUT.

Referências:

Texto transcrito. Disponível em: < <http://www.cut-ma.org.br/conteudo/1/historico> >
Acesso em: 02/06/2012



FALTA AQUI PALAVRA-PRIMA

Com precisão e clareza
Que em suficiência diga
Sobre a tamanha riqueza
Do homem plantando a terra
Em paz com natureza
Mas a sanha da grilagem

Envergonha a nação
Quando chega o grileiro
Vai cercando todo o chão
Tomando a vez do plantio:
Mandioca, arroz, feijão

O grileiro rouba terra
Garantindo e apoiando
Que atuam do mesmo lado
Depois registra em cartório
De juízo rasureado

Quanto mais a cerca cresce
Diminui a agricultura
Cresce o capim na fazenda
e o boi do rico em fatura
mas pro lavrador só cresce
seu rosário de amargura

Triste manhã de domingo
Sete horas desse dia
Quando Elias comprava
De comer para a família
No Mercado Municipal
Feira de Santa Luzia

Com dois tiros de revólver
Trinta e oito reforçado
Elias Zi Costa Lima
Caiu no chão fulminado
Deram mais um de espingarda
Vinte de cano serrado

Elias Zi Costa Lima
Combatia a tirania
À frente do Sindicato
Rural de Santa Luzia
Onde deu-se o velório
De um dia pro outro dia

Tua morte companheiro
Que foi a bem da razão
O teu sangue derramado
Sobre a frieza do chão
Não nos deixará calado
Perante as leis do barão

Tua presença fica viva
Nos aclarando a memória
Profetizando que a luta
É o caminho da vitória
Pois não há bala ou açoite
Que cale a boca da história
Este caso meus senhores
Que causa indignação
Não é coisa imaginada
Ou filme de ficção
É história brasileira
Sofrida do Maranhão

Santa Luzia inteira
Na feira pode assistir
E aponta os assassinos
Que o poema canta aqui
Mas indaga para justiça
Quem matou Elias Zi?

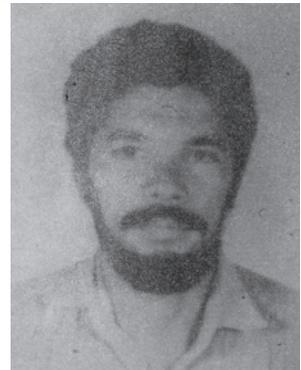
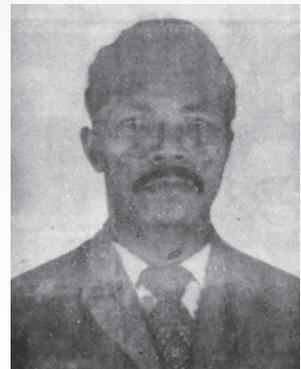
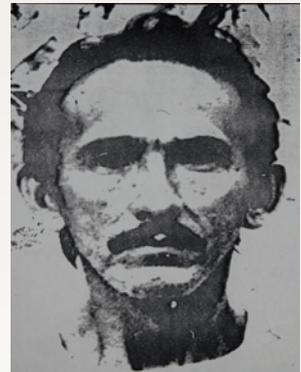
Trecho do Cordel de Sabiá da Mata

Santa Luzia inteira
Na feira pode assistir
E aponta os assassinos
Que o poema conta aqui
Mas indaga para justiça:
Quem matou ELIAS ZÍ?

Sabiá da Mata



desenho - Joaquim Santos



Morte ronda trabalhadores rurais

LAVRADORES MARANHENSES ESTÃO AMEAÇADOS DE MORTE DEVIDO A CONFLITOS NO CAMPO QUE, SEGUNDO A CPT, ESTÃO AUMENTANDO

ITEVALDO JUNIOR

RAMÉ R. Alfredo Pereira, 27 anos, fazendeiro, Assaí, estado com seis meses de idade, morreu em uma emboscada...



Trabalhadores cam, alguns foram feridos durante por conflito no campo...

Segundo Ligia, o sindicato da CPT põe o trabalho em segundo lugar no momento de negociações de conflitos no campo...

...onde que desde um período de um mês...

Violência - O advogado Ricardo Masson, que atua no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia...

...fazem da água, fumaça, amoníaco...

...basta como afirmou o advogado Sabiá da Mata...

A FETAEMA ATUALIDADE

A FETAEMA NO MSTTR

A FETAEMA compõe o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR que está estruturado em entidades no âmbito nacional, estadual e municipal.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, representação nacional, sediada em Brasília, representa cerca de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o Brasil.

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura, presentes em todos os Estados do Brasil. No Maranhão, a FETAEMA.

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, localizados nos municípios e compõem a Federação Estadual.

A FETAEMA é composta por 214 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e conta com mais de 4.000 Delegacias Sindicais. Estrutura-se por meio da Direção Executiva definida por área de atuação, formando as Secretarias; Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Organiza-se por meio de Delegacias e Polos Sindicais Regionais, denominados a partir do 7º Congresso em 2102 de Coordenações Sindicais Regionais.

Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS

Os debates acerca dos impactos dos sucessivos modelos de desenvolvimento postos em prática no Brasil, os quais possibilitaram a expansão do latifúndio e o empobrecimento da maior parte da classe trabalhadora rural, motivou os/as participantes do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 1995, a deliberar pela formulação de um projeto político de desenvolvimento alternativo para o Brasil rural, denominado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Nessa perspectiva, em 1996 a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura promoveu seminários regionais dedicados à reflexão relativa ao papel da agricultura familiar no desenvolvimento das regiões e

do país, olhando também para a diversidade desta categoria no imenso mosaico cultural que é o Brasil. Além destas iniciativas, segundo (Santos, 2001, p. 225), “a realização do projeto de pesquisa e formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT/CONTAG foram momentos ímpares de elaboração e sistematização de propostas”.

A formulação e a implementação do PADRSS fez surgir um tempo de desconstrução e reconstrução da pauta política do MSTTR e da “emergência de novos sujeitos de base que se organizaram dentro da estrutura sindical com pautas específicas, como as mulheres trabalhadoras rurais que fizeram a opção de articular a luta feminina com a luta sindical, bem como a juventude e as pessoas da terceira idade”. (CONTAG, 2005, p. 21). Assim, fica nítida a tendência de crescimento político deste movimento e os avanços nas conquistas de políticas públicas associadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário vem sendo construído e aperfeiçoado constantemente, é o fio condutor que orienta as ações

cotidianas no MSTTR. No entanto, a sua formulação primeira resultou de várias iniciativas nos estados, nos municípios e na instância nacional deste movimento.

O 7º Congresso da FETAEMA, realizado em junho de 2012, reafirma sua posição diante dos modelos de desenvolvimento implantados no Brasil caracterizando-os de excludentes, con-

centradores de terra e renda, agressores do meio ambiente e “entremeados pelas diversas modalidades de violência, com impactos negativos na qualidade de vida dos diversos grupamentos sociais que vivem e trabalham no campo.”

Este projeto segue a ideia de que o desenvolvimento deve servir para suprir as necessidades do ser humano. Esta noção ficou evidenciada quando a FETAEMA afirma no seu 7º Congresso Estadual que no “PADRSS o crescimento econômico articula-se com os direitos sociais, políticos e culturais; com o meio ambiente; a equidade de gênero e a integração das gerações e dos grupos étnicos”.

A reforma agrária ampla e massiva, o fortalecimento e a expansão da agricultura familiar são os dois eixos prin-

cipais do PADRSS. Desse modo, o desenvolvimento do Brasil e do Maranhão rural, segundo o que preceitua o PADRSS, deve vislumbrar a desconcentração da propriedade fundiária através de processos de desapropriação, regularização fundiária, aquisição através de compra de terra e garantia das condições objetivas para a plena expansão da agricultura familiar levando em consideração da sua multifuncionalidade.

Ao propor um projeto alternativo para o Brasil e o Maranhão rural, o MSTTR apresenta a sua concepção de sustentabilidade. Para além da repetição casual da palavra sustentável, o PADRSS apreende a noção de desenvolvimento sustentável associada à democratização da propriedade da terra; à política agrícola diferenciada para a agricultura familiar; ao reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores rurais assalariados; valorização do salário mínimo; erradicação do trabalho escravo e infantil; educação do campo e saúde de boa qualidade; superação das desigualdades de gênero, geração e etnia.

Pelo visto, há necessidade de o Estado do Maranhão adotar um modelo de desenvolvimento pautado nos eixos preceituados pelo PADRSS, particularmente quando testemunhamos um novo ciclo de desenvolvimento conservador e concentrador de terra, tomar conta do espaço rural maranhense com o apoio do Governo do Estado. Assim, os espaços de reivindicações criados pelo MSTTR ao longo da construção do PADRSS, como o Grito da Terra Maranhão, Marcha Estadual das Trabalhadoras Rurais e o Festival da Juventude, são fundamentais no processo de disputa de projetos políticos de desenvolvimento.

Portanto, a estrutura organizativa da FETAEMA tem a finalidade de potencializar a luta sindical a partir da implementação das políticas estruturantes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Referências:

Disponível em <www.contag.br> Acesso em 05 de julho de 2012.

FETAEMA. 7º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão: Documento Base. São Luis-MA, 2012.

FETAEMA. Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão: ANAIS. São Luis-MA, 2008.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. In: Estudos Avançados/USP. Instituto de Estudos Avançados, vol 15, nº 43 – setembro/dezembro, 2011.

FRENTES DE LUTA

Para consolidar a sua luta permanente contra o modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de rendas e de riquezas, a FETAEMA vem mobilizando a classe trabalhadora rural maranhense para avançar na consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário priorizando as seguintes frentes de lutas:

Reforma Agrária ampla e massiva

Agricultura Familiar forte e valorizada

Previdência Social com regras de contribuição e de acesso aos Benefícios no Regime Geral da Previdência

Saúde de qualidade para trabalhadores e trabalhadoras do meio rural

Educação do Campo, apropriada à realidade das comunidades rurais

Melhores condições de vida e de trabalho para Assalariados Rurais, tendo os seus direitos trabalhistas garantidos

Fortalecimento da luta das mulheres trabalhadoras rurais

Capacitação e a geração de trabalho e renda para a juventude do campo

Segurança e Paz no campo

Vida digna e de qualidade às famílias do campo

Os Congressos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

A realização dos Congressos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais representa um avanço significativo para o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Maranhão no seu processo de democratização interna a partir das deliberações do seu primeiro Congresso em 1991, quando a FETAEMA, seguindo a orientação da CONTAG, adotou como princípio a ampla participação das suas bases no processo eleitoral. E os Congressos passaram a ser o espaço para a realização das eleições para a direção da FETAEMA.

Dessa forma, modificou o procedimento vigente, no qual as eleições eram restritivas, sendo que somente dois representantes de cada sindicato participavam das votações e o processo não era legitimado em plenária como o Congresso, que não existiam. Com essa mudança, a nova organização sindical permite que seja eleito um número maior de delegados em cada sindicato, todos participando das votações em igualdade de condições. Então, os Congressos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da FETAEMA se constituíram em espaços de democratização do MSTTR, nos quais se garante a participação de expressiva representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Até o ano de 1997, os Congressos eram realizados a cada três anos, a partir do ano 2000, a periodicidade aumentou para quatro anos. Porém, na metade do período entre os Congressos, é realizada a Plenária Estadual.

O congresso é o momento para avaliação das conjunturas nacional e estadual; avaliação do projeto político do MSTTR e das discussões de propostas para as ações do MSTTR e deliberações.

No Estatuto da FETAEMA, o Art. 22 define as atribuições do Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais:

- I. avaliar o desempenho do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR); analisar as condições de vida e de trabalho no campo;
- II. analisar a situação política, social e econômica do Brasil e do Maranhão;
- III. definir diretrizes para a atuação do MSTTR no Maranhão;
- IV. deliberar por formas de lutas unitárias que visem fortalecer a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, assegurar o acesso coletivo destes à terra, melhorar as condições de

vida e de trabalho da categoria e assegurar o pleno exercício da atividade sindical;

- V. eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da FETAEMA.

Cronologia dos Congressos

1991: *1º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*

1994: *2º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*

1997: *3º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*

2000: *4º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*

2004: *5º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*

2008: *6º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*

2012: *7º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão*



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

SECRETARIA GERAL

A Secretaria Geral faz parte da estrutura organizativa da FETAEMA desde a sua fundação e tem como papel ser articuladora entre as demais Secretarias. Este é o setor responsável pela organização interna da entidade, ficando encarregada pela comunicação, seja expedindo ou recebendo documentos, bem como no controle de materiais, protocolo, transporte e recursos humanos.

É possível afirmar que a Secretaria Geral tem cunho administrativo, e coordena as ações para a realização do Plano Anual de Atividades da FETAEMA. E ainda, deve viabilizar as condições necessárias para a operacionalização do referido Plano e oferecer suporte para a efetivação das ações de todas as Secretarias.

A partir da construção e inauguração do CESIR - Centro de Estudos Sindicais Rurais, a Secretaria Geral assume também a Administração desse Centro, desenvolvendo diversas atividades de rotinas: manutenção da estrutura física, agendamento de eventos; gestão dos contratos de prestadores de serviços, aquisição de bens e utensílios em geral, dentre outras atividades.

Segundo Ana Maria de Oliveira Freitas, responsável pela Secretaria Geral, além da função administrativa, esta secretaria desenvolve ainda um papel político participando ativamente das atividades de formação e na

implementação de uma proposta de Comunicação Social enquanto instrumento estratégico para divulgação e ampliação das propostas e ações do MSTTR. Tem ainda, participação ativa na coordenação dos trabalhos necessários a realização das eleições das Coordenações dos Polos Sindicais Regionais, que a partir do 7º Congresso passam a ser denominadas Coordenações Sindicais Regionais.

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

A gestão e autossustentação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais vêm sendo construída historicamente e tem avançado significativamente, a exemplo da implantação do orçamento participativo, iniciado em 2003 pela FETAEMA.

O Orçamento participativo é um importante instrumento para a democratização e a FETAEMA vem discutindo essa questão a cada exercício, difundindo essa estratégia com os Pólos Regionais, por meio das plenárias. É importante ressaltar que o modelo adotado pela FETAEMA é uma referência para o movimento nacional, pois se apresenta mais transparente e democrático.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAL RURAL - CESIR

A FETAEMA se consolidou como a representante dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e alcançou sua autonomia política e financeira. Hoje o movimento sindical conta com o Centro de Estudos Sindical Rural - CESIR, com a infraestrutura necessária para as atividades de formação e organização, realização de congressos e outros eventos.

As instalações físicas do CESIR foram ampliadas e melhoradas na atual gestão e hoje compreende dois auditórios, o principal com capacidade para de 630 pessoas sentadas, climatizado e confortável, e outro com menor capacidade. Um alojamento para 700 pessoas, um refeitório e uma cozinha equipada.

Para o Sr. Chico Sales, atual presidente, essas são conquistas relevantes: “Não iremos mais depender de locais alheios, nem de recursos para pagar hospedagem, vamos realizar nossas reuniões a qualquer momento que for necessário, isto significa libertação, autonomia da FETAEMA” (Jornal da FETAEMA, ano VI, Nº18, dez.2010)



O fortalecimento e ampliação da Ação Sindical; a integração das ações das Secretarias; o planejamento voltado para o projeto político, respeitando a receita disponível e a construção de uma política de autossustentação são as diretrizes adotadas na implementação do orçamento participativo na Federação. (JORNAL DA FETAEMA, 2010, Ano VI, N°18).

Segundo o Sr. José Chateo Brian, Secretário de Finanças e Administração, “a democratização sindical vem sendo incentivada e exercida na Federação, na medida em que potencializa as plenárias Regionais de orçamento participativo, transformando-as em Fóruns Sindicais de planejamento e escola de gestão das finanças do MSTTR”. (JORNAL DA FETAEMA, 2012, Ano VIII, N°21, p.4).

Ao mesmo tempo em que garante a boa gestão e a autossustentação, a experiência do orçamento participativo também tem sido um espaço de formação para uma nova prática político administrativa, democrática e transparente para o Movimento.

A autonomia e a autogestão são conquistas do MSTTR possibilitadas principalmente pelo planejamento e a construção do orçamento em conjunto com todos os representantes dos pólos e todas as Secretarias.



SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E DO MEIO AMBIENTE



A Secretaria de Política Agrícola e do Meio Ambiente surgiu a partir da construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRRS. De acordo com o Estatuto da FETAEMA, esta Secretaria tem como principais atribuições:

- coordenar a implementação das atividades relativas às lutas dos agricultores familiares pela efetivação de uma política agrícola e ambiental diferenciada para o setor, em cumprimento às decisões das instâncias deliberativas do MSTTR em âmbito estadual e nacional;
- coordenar os processos de organização da produção dos/das agricultores/agricultoras familiares, buscando a execução dos instrumentos de política agrícola: planejamento agrícola; crédito rural; assistência técnica e extensão rural; comercialização; habitação rural; associativismo e cooperativismo; agroindustrialização e seguro agrícola.

Para tanto, orienta para a adoção da agroecologia como princípio norteador dos sistemas produtivos da agricultura familiar, fomenta o cooperativismo e o associativismo como instrumentos de gestão da produção rural familiar.

Segundo Joaquim Alves de Sousa, responsável pela secretaria, o MSTTR busca alternativas ao atual modelo de desenvolvimento brasileiro, no qual o processo de modernização da agricultura, excludente e ecologicamente insustentável, acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro.

O MSTTR buscou propostas alternativas de um projeto para o movimento e para fora do movimento, quer dizer, pensar num sistema de produção em que a transição agroecológica fosse contemplada; a organi-

zação da produção para além do crédito; pensar a organização cooperativista e o associativismo dos trabalhadores e trabalhadoras; a organização da matéria prima; a diversidade da produção; a agregação de valor, agroindustrialização, a economia solidária. Mas Joaquim Alves ressalta que “até hoje é difícil, ainda temos que avançar muito sobre essas questões... pensar a solidariedade na economia não é o mesmo que assistencialista, a economia solidária é um modelo de economia, e a secretaria agrícola tem um grande papel”.

Outros fatores foram citados por Joaquim Alves como importantes eixos a se considerar na construção desse projeto, a exemplo da questão da moradia, que deve ser incluída nas propostas de melhoria de vida dos trabalhadores do campo; a questão ambiental deve ser pensada como um eixo transver-

sal dentro da organização produtiva e os aspectos hídricos, ecológicos e da biodiversidade.

Segundo ele esses são componentes importantes para a sustentabilidade somados ao tema da sucessão rural; tem-se que pensar em todas as gerações e em todas as condições para uma vida digna: moradia, saúde, educação, meio ambiente, produção, organização, a prática agrícola e a não agrícola.

O sindicalista diz ainda: “Dentro da organização do sistema de produção, o serviço de ATER, é muito maior do que foi feito até agora. O papel da secretaria é trabalhar a agricultura familiar como um sistema”.

A referida Secretaria executa ações em conjunto com outras Secretarias da Federação, assim como, havendo necessidade e pontos em comum, estabelece parcerias com organismos governamentais e não governamentais.



SISATER - SISTEMA SISCOP DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

O ato de criação da Rede SISATER data de 22 de janeiro de 2010. Entretanto, é importante ressaltar que este ato foi antecedido de um amplo debate entre a FETAEMA e as entidades de Assessoria Técnica que se identificam com o projeto político do MSTTR.

A SISATER - MA é uma rede que faz parte da SISATER – Nordeste e da SISATER – Brasil, está inserida no Sistema SISCOP de Assistência Técnica e Extensão Rural – SISATER e compõe o Sistema CONTAG de Organização da Produção – SISCOP, eixo estratégico para a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

Sob a coordenação da FETAEMA, a Rede SISATER - MA foi constituída inicialmente por 10 (dez) organizações de assistência técnica e extensão rural que se identificam com os princípios norteadores do PADRSS. São elas:

Associação Agroecológica Tijupá

ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

COOSERT - Cooperativa de Serviços Técnicos
COOSPAT - Cooperativa de Serviços, Pesquisa e Assessoria Técnica

COODESU - Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável

ETHOS - Assessoria e Capacitação em Desenvolvimento Local Sustentável

INAP - Instituto Nacional de Apoio Profissional

Instituto Territorium

Planeja Consultoria e Assessoria em Desenvolvimento Sustentável

Ao longo desses dois anos a Rede SISATER - MA vem se consolidando e criando espaços de discussão e execução da Política de ATER, a exemplo da realização da I Jornada de Estudos, capacitando cerca de 300 dirigentes e profissionais ligados à rede.

Constitui-se em um ambiente de articulação política, de gestão coletiva, de formulação e implementação de projetos e políticas para o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das estratégias para garantir boa qualidade aos serviços prestados pelas entidades que formam a rede é o controle social instituído por meio dos Conselhos Regionais, sendo um em cada Pólo Sindical e o Conselho Gestor Estadual.



SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÁRIA

A estrutura inicial da FETAEMA era composta por três diretores e o conselho fiscal. Com o decorrer do tempo, a Federação foi avançando e sua estrutura organizacional interna foi se redefinindo.

Em 1996, durante o 3º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão, foi deliberado pela criação da Secretaria de Política Agrícola, responsável pelas discussões e articulações das questões agrária, agrícola e de meio ambiente. No processo de reestruturação interna, foi definido a criação de duas Secretarias: a de Política Agrária e de Política Agrícola e de Meio Ambiente.

Atualmente, o Senhor Raimundo Machado é quem responde pela Secretaria.

O MSTTR definiu como competência dessa Secretaria, a coordenação e a implementação das ações de luta pela implantação de políticas que garantam a reforma agrária ampla e massiva, com a participação dos homens e mulheres trabalhadores rurais. (Relatório de Atividades FETAEMA, 2011).

Dentre as suas atribuições estatutárias, é papel desta Secretaria: “coordenar e implementar as ações da FETAEMA, relativas à luta pela implantação de uma política de reforma agrária ampla massiva, completa e com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais” (Estatuto da FETAEMA, art. 39, inciso I). E ainda, lutar contra a violência no campo; participar ativamente do controle social dos programas de reforma agrária; fazer gestão junto aos órgãos fundiários estaduais, dentre outras atribuições.



SECRETARIA DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A formação e organização sindical são aspectos essenciais para a consolidação do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desde 1996, quando foi criada a Secretaria de Formação e Organização Sindical, que a FETAEMA vem investindo na realização de ações formativas de acordo com as diretrizes do MSTTR.



Segundo o Senhor Ivaí Santos, Secretário de Formação e Organização Social, na parte da organização, a Secretaria presta orientações de natureza administrativa, na qualificação dos planejamentos anuais, assim como coordena o processo de discussão e execução de alterações dos estatutos dos STTR's e da FETAEMA. Outra ação importante diz respeito ao assessoramento oferecido para a atualização dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho frente às modificações nas legislações que lhes são pertinentes.

A Secretaria tem ainda como responsabilidade a qualificação do processo eleitoral nos STTR's, os quais são orientados conforme o estatuto da FETAEMA. Sobre este aspecto, o Sr. Ivaí assinala que: “É devido a estas ações que atualmente, de forma gradativa, tem se observado a diminuição de comportamentos inadequados nas eleições sindicais, a exemplo do nepotismo na composição das chapas e na contratação de funcionários.” (JORNAL DA FETAEMA, Ano VIII, nº21, 2012).

A partir de 2009, a FETAEMA, através da Secretaria de Formação e Organização Social deu início a implementação da Política Nacional de Formação Sindical, coordenada pela CONTAG, desde 2006. Trata-se de atividades desenvolvidas para a formação de lideranças sindicais, por meio da Escola Nacional de Formação – ENFOC com eventos nacionais.

No Maranhão são realizados os encontros de formação, coordenados pela Federação. Além disso, a FETAEMA priorizou a formação nas áreas específicas: formação de secretários e secretárias das políticas de Juventude, da Secretaria Geral, das Secretarias Agrárias, Agrícola e Meio Ambiente, Finanças e Administração e também a formação para os Conselheiros Fiscais.

Nesse sentido, a FETAEMA orientou a formação dos Grupos de Estudos Sindicais – GES nos Pólos Regionais, fomentando importante espaço de conhecimento e qualificação para as lideranças sindicais.

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

A luta dos trabalhadores rurais se caracteriza por duas frentes: uma por regularização e posse de terra e a outra por direitos sociais.

Essas lutas andam juntas, não há como lutar por terra e não lutar por condições adequadas de educação, saúde, previdência, enfim todos os direitos de cidadania. Nesse sentido a Secretaria de Políticas Sociais trabalha para ampliar o acesso às políticas públicas para o campo e para consolidar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PADRSS.

A Secretaria de Políticas Sociais da FETAEMA vem atuando em várias frentes. De acordo com Rosmarí Barbosa Malheiros, Secretária da pasta, alguns desafios estão postos para o MSTTR, como “o fortalecimento e a ampliação do Programa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária – PRONERA, outro, é abrir uma agenda de discussão nos municípios para negociação da melhoria do ensino das escolas do campo”. (JORNAL DA FETAEMA, ano VI, nº 18, 2010).

Em relação aos direitos previdenciários, a FETAEMA vem discutindo e negociando com o INSS



visando à desburocratização do processo de concessão dos benefícios previdenciários, especialmente aos homens e mulheres do campo, historicamente alijados dos seus direitos.

Com o objetivo de divulgar as políticas públicas direcionadas aos idosos e de fortalecimento das ações para esse segmento, esta Secretaria tem promovido encontros e discussões com enfoque às pessoas dessa faixa etária. Entretanto, Rosmarí ressalta que ainda faltam políticas nas áreas de saúde e educação específicas, assim o propósito é o fortalecimento das ações para esse segmento no MSTTR.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

O resultado das reivindicações das mulheres do movimento de trabalhadoras rurais vem se consolidando desde o 4º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, no ano de 2000, quando foi criada a Coordenação Estadual de Mulheres da FETAEMA, para depois ser transformada em Secretaria, adquirindo assim igual importância das demais Secretarias da FETAEMA.



A Secretaria compõe a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - CNMTR da CONTAG e tem como finalidade a coordenação das políticas e estratégias para enfrentamento de todas as formas de discriminação e desigualdades fundadas no gênero, existentes no meio rural; e promover ações de capacitação das mulheres trabalhadoras rurais, qualificando-as para participação no MSTTR e nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

A maior mobilização do movimento das mulheres rurais é a Marcha das Margaridas, espaço de denúncia, reivindicação, proposição e negociação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Maria Adriana, que responde atualmente por esta Secretaria, destaca algumas conquistas alcançadas no Estado, como a participação nos Conselhos Estaduais de Saúde, da Mulher, de Segurança Alimentar. Mas Adriana ressalta que “ainda há muito que se alcançar na perspectiva da autonomia e do empoderamento das mulheres do campo”. (JORNAL DA FETAEMA, ano VIII, nº21, 2011).



EVENTOS IMPORTANTES DO MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NO MARANHÃO

No Maranhão, a luta das trabalhadoras rurais teve início na década de 1980, onde questionavam o porquê de não poderem ser associadas junto aos sindicatos de trabalhadores rurais e não terem acesso aos seus benefícios. Mobilizações culminaram com a conquista do direito associativo das trabalhadoras rurais e com a extensão dos seus direitos a partir da Constituição de 1988: licença-maternidade e aposentadoria.

Em 1991, a FETAEMA inseriu-se nas discussões das trabalhadoras rurais que estavam ocorrendo em algumas regiões do Estado, a exemplo da região do Médio Mearim. Nesta região, se destaca a atuação de Constância Clementina de Sousa Barros, uma das primeiras trabalhadoras rurais a se filiar no STR e questionar o porquê das mulheres serem sócias dependentes dos maridos.

Em 1992, a FETAEMA apoiou a realização do I Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. O debate ampliou as lutas das mulheres dentro e fora do MSTTR. Em 1994, ocorreu o II Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais do Maranhão, que elegeu: Clementina de Sousa Barros para a diretoria de Política Agrária, Agrícola e Meio Ambiente e Maria da Graça Amorim para Coordenação de Mulheres, ligada à Secretaria de Política e Formação Sindical.

O trabalho destas protagonistas na FETAEMA se voltou para a criação de comissões de mulheres nos municípios, objetivando a sindicalização e sua or-

ganização política dentro dos sindicatos. Nas eleições para a Diretoria Executiva da FETAEMA, em 1997, Constância Barros assumiu a Coordenação Estadual de Mulheres e Maria da Graça Amorim, a Secretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente.

A Coordenação Estadual de Mulheres da FETAEMA foi posteriormente coordenada por Mariana Santos em 2000; Rosimarí Barbosa Malheiros em 2004 e Maria Adriana Oliveira em 2008.

Em 1998 é aprovada a cota de 30% de mulheres nas instancias do MSTTR garantindo maior participação das mulheres nos diversos espaços movimentos sindicais.

O MSTTR garantiu a participação das mulheres trabalhadoras rurais na I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário; na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ocupando espaços de controle social e de construção das políticas para as mulheres

A Secretaria de Mulheres da FETAEMA faz parte do Conselho Estadual da Mulher; Conselho Estadual da Condição Feminina; Conselho Estadual de Segurança Alimentar, Conselho Estadual de Saúde e Conselho Estadual da Igualdade Racial.

Participa da Rede de Mulher Empreendedora da Amazônia – REMERA; Comitê da Marcha Mundial de Mulheres, além de Grupos de Trabalhos.

SECRETARIA DE JOVENS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

A Secretaria da Juventude é a mais recente na estrutura organizacional da FETAEMA, foi criada em 2011, sendo Ângela Maria de Sousa Silva, a sua primeira coordenadora. A principal atribuição da Secretaria da Juventude é a organização e capacitação da juventude rural para garantir a sua participação ativa no MST-TR. A capacitação é o eixo das ações voltadas para os jovens e Programa Jovem Saber

Embora a criação desta Secretaria seja recente, é importante ressaltar que a discussão e luta pela inclusão e participação da juventude no movimento sindical é bem anterior. Com a democratização interna do MST-TR a juventude rural passa ser temática de discussão constante com o objetivo de definir estratégias que pudessem dar visibilidade a esse segmento social relevante.

Antes de se tornar Secretaria, as ações voltadas ao fortalecimento da juventude no MST-TR eram desenvolvidas pela Coordenação Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que se empenhava em garantir à implementação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da juventude do campo.

Através desta Coordenação a FETAEMA tem promovido eventos, como o Festival da Juventude, reunindo um número expressivo de jovens.

A realização dos Festivais Nacionais e Estaduais da Juventude Rural é uma demanda da juventude que se caracteriza pela sua mobilização para a promoção de eventos que tratem da Educação, do Esporte e da Cultura.

O Maranhão se destaca pela intensa participação do movimento sindical e da sua juventude rural. A seguir destaca-se a participação em espaços de controle social e político:

- Fórum Estadual de Juventude do Maranhão – FEJMA
- Conferências de juventude
- Conselho Fiscal do SENAR
- Conselho Estadual de Juventude
- Conselho de Igualdade Racial
- SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- Rede Jovem Nordeste e Rede SISATER
- Coordenação da Regional Nordeste da CONTAG
- Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CNJTTR da CONTAG



AVANÇOS E CONQUISTAS

- Participação da juventude maranhense no Salão Nacional da Juventude Rural em Brasília (2003): construção da carta proposta da juventude rural, que tratava de reivindicações para o MSTTR e Governo a fim de inserir nas políticas públicas demandas voltadas a juventude do campo.
- Execução do Programa “Jovem Saber” com o objetivo de capacitar à distância jovens rurais na faixa etária de 16 a 32 anos. No Maranhão existem 459 grupos, envolvendo 3.517 jovens, em cerca de 100 municípios;
- Implementação do Consórcio Social da Juventude Rural mobilizando e articulando esforços da sociedade civil organizada e dos setores público e privado nos anos de 2005 a 2007;
- Atualmente a secretaria de jovens em conjunto a secretaria de mulheres coordena o Projeto Juventude e Gênero no Campo e tem como objetivo promover ações de formação política e capacitação, que assegurem a permanência da juventude no ambiente rural. O projeto hoje atende 162 jovens de 19 a 32 anos dos municípios de Vargem Grande, Pinheiro, Esperantinópolis e Açailândia;
- Participação de jovens maranhenses no Festival da Juventude Rural, desde 2007. Esse evento vem se consolidando enquanto ação de massa estratégica do MSTTR e assegurando maior visibilidade e demandas da juventude rural
- Realização de seminários e encontros a nível regional e municipal desde o ano 2000, visando o empoderamento e uma participação qualificada das coordenações municipais de jovens.

Festival Nacional da Juventude Rural

A participação da juventude rural na organização sindical é mais um avanço na democratização interna do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A realização dos Festivais Nacionais e Estaduais da Juventude Rural é uma demanda da juventude que se caracteriza pela sua mobilização para a promoção de eventos que tratem da Educação, do Esporte e da Cultura.

No 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em 2005, houve a primeira deliberação para a realização dos Festivais Nacionais da Juventude Rural e no 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ficou estabelecida a realização dos Festivais Nacionais da Juventude Rural, a cada 03 (três) anos.

Os Festivais da Juventude Rural buscam o fortalecimento da organização dos jovens no âmbito do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e são espaços de debates e de valorização das produções culturais juvenis e das suas vivências esportivas.

No Maranhão, há uma intensa participação do movimento sindical e da sua juventude rural nos festivais estaduais e nacionais. No 2º Festival Nacional ocorrido em 2010, a FETAEMA, por meio da Coordenação de Jovens, garantiu a participação de aproximadamente 300 jovens lideranças dos nove pólos sindicais regionais.



Política de Assalariados e Assalariadas Rurais

A coordenação das discussões que envolvem assalariados e assalariadas rurais na FETAEMA ficam a cargo da vice Presidência, exercida por Francisco de Jesus Silva, conhecido como Chico Miguel, que acompanha e monitora as reivindicações e conquistas dos direitos dos assalariados e assalariadas rurais.

Na avaliação do Sr. Chico Miguel (Jornal da FETAEMA, ano VIII, nº 21), a assinatura de Acordos Trabalhistas e Convenções Coletivas de Trabalho têm provocado ganhos positivos para os trabalhadores e trabalhadoras.

Compreendendo que o acesso aos direitos está atrelado ao conhecimento, a FETAEMA tem priorizado a promoção de eventos de formação e capacitação, com a realização de palestras, cursos, seminários, oficinas e encontros abordando diversas temáticas, dentre as quais:

Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho;

Erradicação do Trabalho Escravo;

Expansão dos Grandes Projetos no Maranhão.

Para assegurar as conquistas e denunciar situações de exploração a que ficam submetidos trabalhadores e trabalhadoras rurais que vivem em condições subumanas, a FETAEMA garante assento em espaços de gestão de políticas públicas, a exemplo do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

No dia 20 de março de 2012, aconteceu em Brasília, a Primeira Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, mobilização Coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Federações de Trabalhadores na Agricultura - FETAGs e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs de todo o país, reunindo cerca de cinco mil trabalhadores rurais.

A principal reivindicação do MSTTR é a criação da Política Nacional para os Assalariados e Assalariadas Rurais, pautada no combate à informalidade, a geração de emprego, renda, educação e requalificação, levando à plena cidadania do trabalhador.

Outro objetivo da mobilização foi o questionamento ao modelo de desenvolvimento agrícola predominante no Brasil, integralmente baseado no latifúndio, mecanização desordenada, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, mas que não tem se pautado pela geração de emprego de qualidade. (www.contag.org.br)

COORDENAÇÕES SINDICAIS REGIONAIS



ASSESSORIAS

Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica da FETAEMA nasceu junto com sua fundação e ao longo da história tem sido fundamental para o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais relativas principalmente aos conflitos fundiários.

Estatutariamente a finalidade da assessoria jurídica da FETAEMA é garantir e reivindicar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. É responsável dentre outras aspectos, pela celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras assalariadas; assistência jurídica, sobretudo, em questões coletivas, envolvendo a posse e a aquisição da propriedade da terra.

Proporciona assistência jurídica a comunidades tradicionais, no tocante a regularização de territórios, a exemplo, dos territórios quilombolas.

De acordo com os estatutos a Assessoria jurídica da Federação deve ser acionada tanto em questões trabalhistas quanto agrária (regularização fundiária) e tem como finalidade também assessorar nas questões administrativas aos STTRs perante aos órgãos fundiários, como solicitar ao órgão competente agilidade dos processos.

Segundo Neusa Duarte, que faz parte da equipe de Assesores Jurídicos, quando nos STTRs não existe esse serviço, a FETAEMA os assiste juridicamente em questões dos processos eleitorais; em questões individuais de membros da categoria, independente de ser associado ou não. Ela informa ainda que “a rigor, as ações dos STTRs que de fato são de responsabilidade da Federação, seriam as demandas em 2º grau, ou seja, aquelas ações em fase recursal, como os STTRs não têm a assessoria jurídica, a Fetaema assume”.

A equipe de assessoria jurídica da FETAEMA é composta por 06 (seis) advogados, sendo 03 (três) pertencentes à sede e 03 (três) distribuídos nos Pólos Regionais da Baixa da Oriental, Mearim e Cocais.

Assessoria de Comunicação

Somente a partir da redemocratização do Brasil foi possível para o movimento sindical como um todo pensar na comunicação e nas tecnologias da informação como instrumentos a serem utilizados nas suas lutas.

Pode-se dizer que, no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a utilização dessas ferramentas ainda está em processo de construção.

A FETAEMA constituiu sua política institucional voltada para a comunicação e informação no ano de 2004, com a criação da Assessoria de Comunicação Social, vinculada a Secretaria Geral.

Foi a partir do 6º Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão que a política de comunicação foi inserida como temática a ser discutida e aprofundada enquanto uma ferramenta estratégica para a consolidação do MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Segundo Barack Fernandes, atual assessor de comunicação da Entidade:

Pensando na grande barreira que está à frente, convocamos as direções sindicais dos trabalhadores (as) rurais no Maranhão, a valorizar e se envolverem nos debates referentes à Comunicação. Pois, apesar dos instrumentos trabalhados, entendemos que o MSTTR do Maranhão precisa avançar mais no quesito comunicação e vislumbrar essa importante ferramenta como parte imprescindível.

Em 2011, foi realizado o Encontro de Comunicação e Informatização voltado para as lideranças sindicais dos STTRs, diretores da FETAEMA, coordenadores de Pólos. Neste evento discutiu-se sobre a importância da comunicação e suas ferramentas para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Maranhão, principalmente, como uma forma de enfrentamento aos meios de comunicação excludentes e de propriedade dos grupos que estão no poder.

O setor de informatização da FETAEMA também é o responsável pela implantação do SIGA – Sistema de Informação e Gerenciamento Administrativo que prevê a informatização de todos os seus sindicatos. Atualmente, registra-se que 40% dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais encontram-se no Sistema. (Relatório de Atividades FETAEMA, 2011). O SIGA tem permitido a utilização de outras ferramentas de trabalho, como o Banco de Dados de Informações dos Sindicatos, que permitirá o acompanhamento de variadas ou diversas informações no interior do MSTTR, como número de associados; filiações; eleições sindicais e a memória administrativa, conforme salienta o profissional que desenvolve esse trabalho, Sr. Zeuxis Rafael Pinto.

Referências:

Relatório de Atividades FETAEMA, 2011
 Texto informativo: “É Preciso comunicar” de Barack Fernandes, Assessor de Comunicação

A FETAEMA possui vários instrumentos de comunicação, sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação:

- Jornal da FETAEMA – tiragem trimestral e circulação nacional
- Site www.fetaema.org.br (atualização semanal) e Portal (em fase de conclusão)
- Jornal eletrônico “A semente” (circular interna, com tiragem a cada quinze dias)
- Programa TV Tribuna Sindical (programa exibido na Rede TV, canal 8, semanalmente)
- Programa Rádio Tribuna Sindical (programa diário na rádio São Luis)
- Programas de Rádio dos STTRs (horários usados pelos sindicatos para divulgar ações locais do movimento)
- Seminários de Comunicação e Informatização (qualificação dos dirigentes com conhecimentos específicos);
- Arquivo com registros audiovisuais, recortes de jornais e revistas; documentação fotográfica e audiovisual dos eventos
- Identidade Visual (aplicação da logomarca da FETAEMA em papel timbrado, cartazes, bandeiras, folders, faixas, brindes, fachadas, sinalização interna e externa dos prédios)
- Murais (espaço na Fetaema e nos STTRs para fixação de avisos, cartazes, notas)
- Assessoria de imprensa (contato permanente com os meios de comunicação do Estado)
- Meios alternativos nos STTRs (Sistema alto falante, carros de som, sons montados em bicicletas)
- Comunicação Interna, através do envio de email's, postagens via correio, telefonemas.

AS MOBILIZAÇÕES DE MASSA

CAMPANHA PELA REFORMA AGRÁRIA 1984

Uma das maiores mobilizações realizadas no Maranhão. Milhares de trabalhadores do campo e da cidade. Era 1984, o lançamento da Campanha pela Reforma Agrária no Maranhão. Evento realizado pela FETAEMA, CUT, CONCLAT, CPT, CIMI, CEB's.



JORNADA DE LUTAS

Em junho de 1993, aconteceu uma das mais importantes mobilizações de massa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Maranhão, que foi a Jornada de Luta. A Caminhada da Esperança, como ficou conhecida, juntou milhares de trabalhadores rurais vindos de todo o estado do Maranhão, com encontro marcado no município de Vitória do Mearim para seguir juntos até a capital, São Luís. A Jornada de luta aconteceu sem pretensões de continuidade, portanto, essa foi a única.

A “Caminhada Contra a Fome, Por Terra, Trabalho, Justiça e Produção”, foi organizada pelos trabalhadores rurais para denunciar os conflitos no campo, a fome e tantas privações vividas por essa população. Juntaram-se as reivindicações dos assentamentos, áreas de conflitos, mulheres, índios e pescadores. Da negociação com as autoridades do Governo Estadual, do Governo Federal, Assembléia Legislativa e Poder Judiciário. Na ocasião foi assinado o Termo de Compromisso que serviu como instrumento de mobilização naquele momento e para se cobrar os resultados. Antes de retornarem aos seus locais de origem, os trabalhadores foram ao Tribunal de Justiça e ao Banco do Nordeste.

Para a mobilização que reuniu milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de todos os cantos do Estado, a FETAEMA e várias entidades do movimento social se uniram para organizar a Caminhada:

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA

Central Única dos Trabalhadores – CUT
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Cáritas Brasileira – Regional Maranhão

Articulação Nossa Luta Sindical

Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH

Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR

Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – MNDDH

Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE

Movimento dos Pescadores do Maranhão - MOPEMA

Associação de Saúde da Periferia - ASP.

Fonte: GONÇALVES, Francisco. Jornada de lutas 1993. Diário da caminhada. CESE. São Luís, 1993.



GRITO DA TERRA MARANHÃO

O Grito da Terra Maranhão completou 17 anos em 2012 e a FETAEMA, em todas as suas edições, entregou ao governo do Maranhão suas pautas de reivindicações, com propostas de um desenvolvimento alternativo para o Estado. Tendo como uma das prioridades, a necessidade de investimentos na agricultura familiar como estratégia de erradicação da pobreza no meio rural e propondo a construção coletiva de políticas públicas para esse segmento.

Consta no documento “Pauta de Reivindicação Grito da Terra Maranhão 2009”, da FETAEMA, que no Maranhão, as conquistas alcançadas são resultado das reivindicações do Grito da Terra Brasil em âmbito do governo federal, pois na última década (2000), os governantes do Estado desse período, não atenderam as pautas de reivindicações do Grito da Terra Maranhão. Porém a cada ano, o MSTTR apresenta a sua pauta ao governo, acreditando na abertura de amplo processo de discussão, negociação e construção coletiva de políticas que venham impulsionar o setor agrícola do Maranhão, com propostas de desenvolvimento baseado na agricultura sustentável e inclusiva. (Pauta de Reivindicação Grito da Terra Maranhão 2009 - FETAEMA).



Na edição de 2011 do Grito da Terra Maranhão, uma das principais reivindicações apresentadas pelos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão, foi a solicitação da (re) inclusão de 46 municípios maranhenses situados em área de abrangência do semiárido, que com suas características de clima adverso, apresentando desertificação e falta de água, dificulta a vida de agricultores e agricultoras desses municípios. Atualmente, o Maranhão encontra-se fora da abrangência do semiárido e dessa forma, esses municípios ficaram à margem das políticas públicas, especificamente implementadas pelo Ministério da Integração Nacional e SUDENE, que ajudam a mitigar os efeitos da desertificação e seca.

GRITO DA TERRA BRASIL

A primeira edição do Grito da Terra Brasil foi realizada em 1995, completou 18 anos em 2012. É uma manifestação que acontece em todos os estados, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Federações Estaduais de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – FETAGs e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR's. Historicamente, se constituiu em uma importante mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, tornando-se instrumento de reivindicação e pressão junto aos governos em todas as suas esferas. Para Domingos Cantanhede, Assessor Político da FETAEMA, o Grito da Terra “Se constitui em uma mobilização de massa que exerce pressão sobre os governos nacional, estaduais e municipais, permitindo ao MSTTR negociar pautas de reivindicações que reforçam a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”. (Disponível em <http://domyngoscantanhede.blogspot.com.br> acesso em 20\junho\2012)

Cantanhede afirma que “infelizmente não podemos enumerar conquistas importantes oriundas do Grito da Terra Maranhão, apesar das diversas conquistas do Grito da Terra Brasil, que podem ser enumeradas nas áreas do crédito rural; comercialização; assistência técnica e extensão rural; capacitação e pesquisa agropecuária”.(Disponível em <http://domyngoscantanhede.blogspot.com.br> acesso em 20\junho\2012)

O Grito da Terra passou ser considerado como uma espécie de data-base dos agricultores e agricultoras familiares, dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra e dos assalariados e assalariadas rurais brasileiras, pois se constitui no momento das suas negociações com o poder público. Segundo a CONTAG “a pauta do Grito da Terra Brasil é ampla e reúne reivindicações relativas às políticas agrícolas (assistência técnica, crédito), à reforma agrária (desapropriação de terras e criação e manutenção de assentamentos), às questões salariais (cumprimento e ampliação das leis trabalhistas) e às políticas sociais (saúde, previdência, educação e assistência social). A mobilização também defende os interesses das mulheres trabalhadoras rurais e da juventude rural.” (www.contag.org.br).

O Grito da Terra Brasil acumula importantes conquistas como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF; a inserção das temáticas de gênero e geração nas políticas públicas; o Plano Nacional de Reforma Agrária; a criação de Diretrizes Básicas para a educação do campo; desapropriação de cerca de mil áreas que já beneficiaram mais de 80 mil famílias; da concessão de cerca de 500 mil benefícios previdenciários rurais represados no INSS; e da melhoria das condições de trabalho dos assalariados e das assalariadas rurais. O aumento sucessivo dos recursos do Pronaf é resultado direto das negociações da Contag com o governo federal durante as mobilizações do Grito da Terra Brasil. (Grito da Terra Brasil, 2004).

MARCHA DAS MARGARIDAS



A desigualdade de gênero no meio rural levou a mobilização e luta das trabalhadoras rurais por melhores condições de trabalho e efetiva participação no movimento sindical, rompendo com a dependência masculina no exercício da sua representação. No documento redigido para o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais ocorrido em 1985 as mulheres trabalhadoras rurais propõem uma “moção de apoio à sindicalização feminina”.

Em meio à redemocratização do Brasil, as organizações sindicais também discutem a democratização interna do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais e é nesse contexto que o movimento de mulheres trabalhadoras rurais desponta.

A Marcha das Margaridas é considerada um importante marco na trajetória de luta do Movimento Sindical e Movimento de Mulheres. Sua primeira edição foi realizada em 2000, mobilizando cerca de 20 mil mulheres, desde então passou a fazer parte da agenda sindical de todo o país. Em 2003, reuniu 40 mil mulheres trabalhadoras rurais e em 2007 atingiu cerca de 50 mil e em 2011 cerca de 100 mil mulheres. (JORNAL DA FETAEMA, ano VIII, nº20).

A Marcha das mulheres homenageia Margarida Maria Alves, líder sindical, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida Alves, como ficou conhecida, foi assassinada a mando de latifundiários na porta de sua casa.

A Marcha das Margaridas é um movimento nacional realizada de três em três anos. É organizada pela CONTAG, FETAGs, STTRs e CUT, em parceria com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR/NE, MI-QCB, CNS, MAMA), movimentos e redes de mulheres de âmbito internacional (Marcha Mundial das Mulheres, REDELAC, COOPROFAM) e outras organizações colaboradoras e apoiadoras.



No Maranhão, a FETAEMA tem coordenado o MST-TR para uma efetiva participação das trabalhadoras rurais do Estado, em 2011 garantiu a presença de cerca de duas mil mulheres em Brasília, incluindo as jovens trabalhadoras rurais. A coordenadora de Mulheres da FETAEMA, Maria Adriana, torce para que a Marcha das Margaridas de 2011 “possa trazer como resultado uma reforma agrária para que seja resolvida a situação da miséria no País”... Para isso articulamos as mulheres do campo, da floresta e das cidades para juntas marcharmos rumo ao tão sonhado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário”.(JORNAL DA FETAEMA, Ano VIII, nº20).

A visibilidade das trabalhadoras rurais é um dos resultados alcançados da Marcha das Margaridas, além de ter se tornado um espaço de construção política para negociações com os poderes públicos. Dentre os resultados concretos destacam-se:

Criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural – PNDMTR;

Titulação Conjunta Obrigatória - Edição da Portaria 981 de 02 de outubro de 2003;

Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres a terra;

Edição da IN 38 de 13 de março de 2007 - normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família;

Criação do crédito instalação para mulheres assentadas;

Declaração de Aptidão ao Pronaf em nome do casal;

Ações de Capacitação sobre Pronaf - Ciranda do Pronaf e Capacitação em Políticas Públicas;

Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Ater e da ATER para Mulheres;

Criação do Programa de Apoio a Organização Produtiva das Mulheres;

Manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos

Implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras (es) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convênio com o Ministério da Saúde;

Campanha Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta;

Elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais.



FRANCISCO AUGUSTO MARQUES GARCIA

1º Delegado Sindical da
CONTAG no Maranhão

A CONTAG no Maranhão

Eu vim pra São Luís e chegando aqui eu fui morar no Palácio do Bispo... Certo dia chegou o pessoal da CONTAG para instalar aqui no Maranhão a Delegacia da CONTAG e a CONTAG foi pedir informações sobre quem poderia ficar à frente desse trabalho para o Bispo e para o padre que era da paróquia da Igreja da Sé e me indicaram.

E aí nós montamos a Delegacia e começamos a trabalhar, começamos a fundar os sindicatos... Aí passamos a organizar os sindicatos de trabalhadores e mais tarde já com aproximadamente uns doze a quinze sindicatos fundados, nós tínhamos oito sindicatos mais ou menos em condição de fundar a Federação, aí reunimos os sindicatos e seus representantes e fomos criar a Federação dos Trabalhadores e da Agricultura que é a FETAEMA. A CONTAG deu todo o apoio durante todo esse tempo.

A participação da Igreja Católica

Durante esse tempo também tivemos o apoio da Igreja Católica através dos bispos, dos padres e de agentes comunitários.

...Falar em sindicalismo naquela época era como se fosse uma doença muito perigosa, todo mundo tinha medo. As autoridades tinham medo, os padres tinham medo, os agentes tinham medo, quer dizer, todo mundo tinha medo, a única pessoa que nos entendia era o próprio trabalhador que nós falávamos

de soluções das suas dificuldades que eles tinham até para viver na atividade.

A igreja em todos os momentos que a gente buscou apoio nós tivemos. A igreja Católica, nós não podemos deixar de registrar, a participação importante deles e alguns padres, inclusive, que começaram movimentos bem mais fortes, no sentido de libertar trabalhadores de questões complicadas como despejo e tudo mais. Gostaríamos de registrar a participação de D. Edimilson lá em Brejo e aqui, o Padre Mohana, que nos orientava, sentava com a gente e conversava.

Os diferentes momentos iniciais na luta dos trabalhadores

No primeiro momento a nossa bandeira era organizar os sindicatos. Depois tivemos um segundo momento: capacitar os trabalhadores, para que entendessem quais eram os seus direitos e aonde e quando eles deviam lutar. A capacitação que nós dávamos tava ligada à organização dos sindicatos como funcionar os sindicatos e o que era sindicato, quem é o dono dos sindicatos, quem manda nos sindicatos, era dentro desse aspecto. Mais tarde, no segundo momento, nós começamos a ter problemas, e aí passamos a abraçar também questões trabalhistas entre patrões e trabalhadores. Essas questões foram também juntas com despejos, que começou também no Maranhão, algumas fazendas se instalaram e por conta de projetos, que eram aprovados pela SUDAN e pelos bancos oficiais, expulsaram trabalhadores que viviam nas propriedades pra poder botar o gado e

isso nós tínhamos que estar discutindo sempre na justiça com muita dificuldade, que também nós tínhamos um problema de entendimento dessas questões de juízes e promotores. Aí tivemos que fazer um trabalho de divulgar e levar até juízes e promotores o Estatuto da Terra, o Estatuto do Trabalhador e o que era Sindicato.

(Entrevista concedida em 13/02/12).

JOÃO BATISTA ARAÚJO DA SILVA

1º Presidente da FETAEMA

“Enfrentei muita perseguição, polícia”

Eu, por felicidade ou não, fui o primeiro presidente. Enfrentei muita perseguição, polícia. Nós montamos um laboratório com uma enfermeira, prenderam nossa enfermeira, a polícia levou e os trabalhadores foram atrás e tomaram. Por causa disso nós ficamos perseguidos, partido políticos em cima da gente e logo depois com esse novo movimento, nós começamos combater a perseguição com a ajuda do padre Hélio Maranhão e do Garcia e fundamos o sindicato.

“Eu tive o prazer de ser o primeiro presidente”

Só tinha a delegacia da Contag, nós tínhamos que fundar no mínimo cinco sindicatos reconhecidos pelo Ministério do trabalho. Depois do sindicato nós corremos atrás pra reconhecer em Brasília. Eu fui várias vezes com o Garcia em Brasília e conseguimos reconhecer. Logo, o sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho, partimos pra fundação. Se não me engano, parece que fundamos cinco ou seis sindicatos e fundamos a Federação e

e eu tive o prazer de ser o primeiro presidente. Foi no dia 2 de abril que foi fundada a Federação. Eu fiquei até o dia 22 de outubro de 1973.

“Eu não quis concorrer, não agüentava, não tinha mais nervo”

Nesse período eu fui muito perseguido, fui muito massacrado, só não fiz apanhar, mas preso eu fui, não de ser trancado, mas de ficar na delegacia federal o dia todinho sentado sem saber por que era que eu estava lá.

A FETAEMA começou lá na Afonso Pena depois de uns anos a gente conseguiu comprar aquela sede onde até hoje funciona. Aqui, na minha administração, eu consegui junto com a Contag comprar e instalar a Federação ali e quando foi reconhecida tinha que haver eleição definitiva e eu não quis concorrer, não agüentava, não tinha mais nervo, estava em depressão de tanta pressão. Nós, nenhum dos diretores concorremos, nenhum quis, nós entregamos e hoje tá aqui a Federação. O Chico já passou cinco mandatos por lá, teve o Azevedo que já morreu, tem o Manoel do Nascimento que pegou ele na pressão. Depois de mim o Manoel foi o primeiro eleito e depois entrou o Chateobriam e hoje tá o Chico lá.

Perseguição dos agentes do regime militar

Eu me hospedei num hotel na Afonso Pena e foi na primeira copa, eu estava hospedado, quando eu saí do jogo eu não encontrei mais minha mala nem minha pasta, tinham desaparecido. Eu chamei a dona do hotel e perguntei o que tinha acontecido e ninguém disse nada e eu

fiquei sem roupa, sem documento, sem nada. Em dois dias, três dias depois, eles ligaram pra FETAEMA pra que eu fosse buscar meus documentos que estavam aqui na polícia federal, que era aqui no Canto da Fabril. O delegado me atendeu muito bem, devolveu meus documentos uma parte dizendo que tinham sido uns meninos que tinham encontrado, estavam brincando na Areinha e a polícia pegou e tomou, aí me devolveu uma parte dos documentos, eles achavam que eu era junto com o padre, o padre era apenas um defensor do trabalhador rural.

(Entrevista concedida em 14/03/2012)

MARIA ADRIANA OLIVEIRA

Coordenadora Estadual de Mulheres da FETAEMA

“A gente começou a participar das delegacias sindicais”

A partir de 1979, 80, foi uma decisão assim, que a gente enquanto mulher, enquanto trabalhadora rural, enquanto negra, enquanto mãe, principalmente as mães que não tinham marido, as mães solteiras, a gente precisava aparecer e existir para o mundo. As mulheres foram se reunindo através das associações das reuniões de igreja, da questão dos conselhos das escolas, pra gente poder ter uma força e dizer que a gente realmente existe para o mundo, a gente precisa caminhar, a gente precisa dizer o que a gente queria, principalmente ter uma fonte de renda que era uma questão assim que a gente tinha mas não aparecia, assim como se a gente não existisse.

“A gente começou a sair da cozinha e começamos a chegar “um pé” na sala”

A gente começou a participar das delegacias sindicais, que antigamente a gente só era como dependente, então muitas mulheres já passaram a ser delegadas sindical, outras já vêm participar diretamente da associação como sócia, se filiar ao sindicato, dizer “eu tenho uma carteira do sindicato”. Eu gosto de dizer que a gente começou a sair da cozinha e começamos a chegar “um pé” na sala. Antigamente a gente só tinha direito de tá na cozinha e não a partir da cozinha pra sala. A partir daí a gente começou a aparecer, a existir, foi quando a gente vem mais diretamente pra direção do sindicato. A partir daí, não só dentro do sindicato, mas dentro da própria Igreja, a gente já começou a ter direito de dizer que a gente era gente e que a Igreja tinha que aceitar a gente como mulher, como mãe, como trabalhadora, como pensadora, que bem antes a gente não era pensadora, a gente não existia. A partir daí a gente começou a ocupar a secretaria de política agrária, secretaria de política social, que ainda hoje é uma das secretarias que as mulheres mais ocupam dentro do movimento social.

“A gente precisava sair da panela”

A partir da década de 1989, 90, quando começamos a discutir a questão das comissões que até então era comissão de mulheres, e não secretaria, foi criada na CONTAG, nas federações e muitos sindicatos e muitos sindicatos. Ainda hoje a gente tem sindicato que ainda não conseguimos ter secretaria de mulheres, nem comissão de mulher, mas aí então, com isso como foi

colocado um ponto dentro dos estatutos que você tinha que discutir, você tinha que ter aquilo dali, começou a melhorar, depois de uma luta, de grande discussão. Enquanto a gente não entendeu, e compreendeu que a gente precisava sair da panela daqui pra frente pra elaborar as nossas próprias propostas e ser mãe, de querer trabalhar fora, de querer ter um salário, de querer dizer assim: eu tenho minha produção, eu posso botar no mercado pra vender, eu posso botar bem ali e vender o que é meu, isso aqui é meu, aquela galinha foi eu quem criei com o dinheiro que eu quero, pra usar para o meu bem, comprar aquilo que eu quero, a gente não conseguia fazer com que os companheiros entendesse que a gente tinha aquele poder, aquele patamar.

“Eu sou quilombola”

Eu sou quilombola e venho duma comunidade quilombola, só que nós enquanto mulher e negra, principalmente pra dentro do movimento sindical, ainda é uma questão que eu acho que o movimento sindical ainda não pegou ela pra ver. Dentro do movimento sindical hoje eu acho que ainda não abarcou essa questão quilombola, que é isso que a gente vem dizendo no documento, que falta o movimento sindical pegar isso. Nós enquanto negras, nós estamos na frente do sindicato, as mulheres estão na direção do sindicato, mas não tem essa disseminação como quilombola, tá como se fosse natural, comum e não é, a gente como quilombola tem uma particularidade e essa particularidade também precisa ser trabalhada dentro dos movimentos.

(Entrevista concedida em 02/032012)

FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA
Presidente da FETAEMA

“Era muito difícil na época criar os sindicatos”

Durante essa trajetória da luta dos trabalhadores daqui do Maranhão, que eu pude participar, sobretudo com a minha vinda para a Federação nos anos 80, as maiores dificuldades sentidas que eu pude destacar, a primeira delas era o momento da Ditadura Militar que a gente não tinha liberdade de expressão. Era muito difícil na época criar os sindicatos, não era fácil, tinha muitos obstáculos: pessoal muito pobre dependia muito da Igreja Católica que ajudou a gente bastante, a maioria dos sindicatos tinha a participação da Igreja e outros lugares até participação de prefeitos.

“A Ditadura e o poder do latifúndio”

Então a Ditadura e o poder do latifúndio, pra nós foi o principal obstáculo nessa trajetória da criação dos nossos sindicatos e pra chegar até aqui com essa Federação, mas mesmo assim com essas dificuldades todas, nós temos consciência que contribuimos bastante na luta pela democratização do Brasil também, por que com todas essas dificuldades, nós com as nossas pautas, por onde a gente passava, chegamos inclusive a fazer um ato em conjunto com todas as entidades democráticas que lutaram contra a ditadura.

“Período de muita violência no campo”

É importante a gente esclarecer que essa trajetória não foi uma coisa muito fácil, e da luta na época, so-

bretudo a partir dos anos 80 e 90, foi um período de muita violência no campo. Uma barreira muito grande que nós atravessamos foi o latifúndio, foi no período inclusive da Nova República que foi anunciado um plano de Reforma Agrária, foi naquele momento em que a classe rural latifundiária criou a UDR (União Democrática Ruralista) com milícias privadas, foi um grande confronto dos trabalhadores com latifúndio...

“O renascimento da organização sindical no período pós ditadura”

É importante a gente destacar que nesse momento que a gente viu o renascimento da organização sindical no período pós ditadura a gente percebe que havia fundações de sindicatos com o mesmo objetivo da continuação da luta, mas houve também sindicatos que foram fundados por intermédio, por incentivo do próprio Estado, com a presença de prefeituras.

A gente encontra na história quem fale de um sindicalismo, de um lado acomodado, mas têm outros que falam que era em função do medo, era por que era uma estratégia, era um momento em que a gente vivia a ditadura militar. Não era fácil, por que os trabalhadores eram facilmente presos, facilmente eram assassinados, portanto era uma luta completamente diferente daquela que vinha antes, a história mostra esta situação...

“O papel hoje é lutar por outras questões mais essenciais para os trabalhadores”

Evidentemente que tinha muita diferença de dirigentes pra dirigente, tinha dirigentes mais afoitos

com a questão da Reforma Agrária, a questão da terra e tinham outros que procuravam outras situações. Reconhecemos que o assistencialismo atendeu algumas reivindicações, mas era um papel de responsabilidade do Estado, não era um papel dos sindicatos, e tanto é que com a consciência dos trabalhadores essa situação mudou, hoje não existe mais isso e mesmo que ainda tivesse essa tentativa e parece que os sindicatos já têm essa compreensão que o papel não é assistencialismo, o papel hoje é lutar por outras questões mais essenciais para os trabalhadores. Nós, fazendo uma comparação daquele período, comparação da FETAEMA, da história da criação dela, chegando aqui, nós podemos dizer que as pautas apresentadas naquele período da década de 1980, muita coisa foi conquistada, é claro que nós não vivemos assim uma democracia plena...”

(Entrevista em 08\02\2012).

DOMINGOS PAZ

Ex - presidente da FETAEMA

A reforma agrária como bandeira de luta na década de 90

A década de 1990, pra mim, foi uma década muito importante em minha vida. Assumi a Federação no dia 29 de julho daquele ano, num cenário em que existia uma crise no movimento sindical, mas existiam também, luzes que apontavam para um grande avanço, mas existiam, sobretudo, muitas bandeiras de luta a serem trabalhadas e a reforma agrária era naquela época uma bandeira de luta imprescindível. Existia uma efervescência muito grande dos movimentos sociais, ca-

bia então ao movimento sindical a responder para a sociedade e para os trabalhadores esse pré-requisito e foi neste momento em que assumimos a direção da Federação.

“Aproximação do movimento sindical com os movimentos sociais que atuavam no campo”

Outra questão que eu diria muito importante na década de 1990 foi a aproximação do movimento sindical à grande aliança que era necessária ser feita com os movimentos sociais que atuavam no campo, e aí eu me reporto ao fato de que naquela época todas as forças vivas existentes nos movimentos e nos partidos políticos, forças essas que atuavam na compatibilidade da mudança, na reforma agrária, da política pública, da política da agricultura familiar, todas essas forças se sentiram representadas dentro da Federação. Isso a meu ver foi uma das formas de credenciá-la como um ator importante no processo de discussão do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável solidário.

Democratização interna no movimento sindical

Então, nós podemos considerar que nesta década, década de 90 pra cá, nós consideramos bastante avanço na democratização interna e se consolida a Coordenação de Mulheres, nós tivemos em 1994, 1996 a primeira coordenação de mulheres, nós tivemos logo depois a política dos assalariados que era exercida pela vice-presidência. Mas também um processo de depuração de aperfeiçoamento da postura política do movimento sindical

Nós consolidamos a coordena-

ção de mulheres, a coordenação da juventude, a política salarial, em fim, mas também nós trabalhamos muito forte sobre algumas políticas específicas da agricultura familiar, por exemplo, iniciamos um grande debate que eu acho fundamental para a agricultura familiar, que é o processo da cadeia produtiva, é você ter crédito, a comercialização, a capacitação dos agricultores e a assistência técnica.

“A FETAEMA e os debates nacionais”

Eu acho que o movimento sindical, a FETAEMA teve um papel muito importante no Maranhão no grande debate nacional sobre a agricultura familiar, no grande debate nacional sobre a previdência social, no grande debate nacional sobre a democratização interna, sobre a questão dos assalariados. A FETAEMA teve um papel fundamental nesse processo de organização.

(Entrevista concedida em 27\02\2012).

CONSTÂNCIA CLEMENTINA SOUSA BARROS

Primeira Diretora Mulher da FETAEMA

“As mulheres era quem enfrentava os grandes conflitos”

A região do Mearim naquela época, nos anos 1980, era a região que tinha mais conflitos de terra e poucas mulheres participavam de reuniões, por que na verdade as mulheres era quem enfrentava os grandes conflitos. Os homens tinha hora que precisavam fugir, sair e quem enfrentava, na verdade era as mulheres, mas isso não era

visto como uma coisa importante pelas mulheres. Acho que até hoje algumas mulheres pensam que isso não tem importância, mas pra mim era uma coisa muito importante. A gente começou a discutir isso, se a gente enfrenta os grileiros, enfrenta todo mundo, por que não participar das reuniões?

“Aí começou a participação das mulheres, embora timidamente”

Houve esse processo de reflexão e da importância da participação das mulheres. Isso sem pensar ainda, em participar das direções e aí num outro momento a gente começou a ver a importância da participação dos espaços de poder e essa já foi uma discussão mais política e que eu diria que até hoje a gente tem muitas mulheres que não discute isso politicamente, às vezes vai para as direções por indicações e às vezes até forçada, por que tem essa obrigação de ter as mulheres. Tem muitas mulheres aí já com consciência da importância que tem de participar dos espaços e poder mesmo.

“as mulheres começaram a fazer essa discussão, o movimento sindical com algumas dificuldades, mas começou a assumir isso também”

Então eu acho que a participação das mulheres foi muito importante, por ter uma mulher na direção da Federação, foi importante pra que as mulheres comessem essa discussão e comessem a assumir o seu papel. Foi assim que aconteceu, as mulheres começaram a fazer essa discussão, o movimento sindical com algumas dificuldades, mas começou a assumir

isso também. A gente não fazia discussão isolada, a gente fazia discussão com o movimento. mas ela não tinha tom político, no sentido de trabalhar a questão de dividir o poder com as mulheres.

A primeira diretora na FETAEMA

Mesmo eu sendo a primeira diretora e assumindo uma outra pasta que não era específica da mulher, mas continuou essa discussão da importância da participação das mulheres. A gente criou alguns núcleos, algumas pessoas, mulheres da liderança dos municípios pra fazer essas discussões. Nessa direção não tinha outra diretora, mas tinha uma pessoa que era Graça de Alcântara, que estava lá como liderança pra fazer essa discussão. Ela ficava na pasta da Formação sindical, nesse primeiro mandato, tinha essa pessoa que era responsável por essa discussão. E aí quando eu fui para um outro mandato, a gente já começou a discutir oficialmente a coordenação de mulheres e tinha duas diretoras nesse segundo mandato. Eu fui pra coordenação de mulheres e a Graça, que já vinha fazendo essa discussão, ela ficou na pasta de Formação Sindical onde ela já estava fazendo essa discussão de mulheres. E aí a gente começou a discutir nos sindicatos a participação de mulheres.

(Entrevista concedida em 24\03\2012)

ANGELA MARIA DE SOUSA SILVA

Secretária de Jovens da FETAEMA

A inserção dos jovens no movimento sindical

A luta do movimento sindical começou há muito tempo e somente a partir do ano 2000, sentiu a necessidade de trabalhar e ampliar

a discussão trazendo a juventude, assim como já tinha trazido a discussão e participação das mulheres. Com essa discussão do movimento sindical nacional em 2000, o Maranhão começou a puxar também com os pólos regionais através da comissão constituída pela secretaria de Organização e Formação Sindical, que era coordenada na época por Zé Foba. A partir de 2003, com a criação da comissão estadual, se deu essa visibilidade para a juventude dentro do movimento sindical.

A Coordenação de jovens na FETAEMA

Em 2004, no “V Congresso dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão”, foi constituída a primeira coordenação de jovens da FETAEMA que eu tive o privilégio de ser a primeira coordenadora de jovens, que foi um desafio. A gente sabe que o movimento sindical é diversificado, a categoria é muito ampla, as políticas públicas são diversas e com esse novo momento, o movimento sindical deu essa visibilidade a juventude. Hoje tem jovens em diversos espaços da direção, desde a coordenação de jovens à presidência... A gente conseguiu se sobressair a partir da coordenação estadual, ampliou a participação, hoje todo sindicato tem uma coordenação ou secretaria de juventude, remunerada como qualquer outro diretor, não tendo diferença entre coordenação e presidência, todos trabalham pra fortalecer o movimento sindical e a Federação. As políticas que vêm fortalecer esse movimento são fundamentais para que a juventude assuma a luta enquanto dirigente, enquanto sindicalista, compreendendo que precisa dar continuidade a essa história que a gente tem hoje nesses 40 anos.

O tema juventude - sucessão rural

Quando a gente vem discutir o tema juventude, traz um debate que a gente não se cansa: o debate da sucessão rural, que tem como principal ponto de discussão e reivindicação da juventude a educação do e no campo; a reforma agrária - acesso a terra. Se eu tenho terra, eu tenho condições de continuar na minha comunidade, no meu município. Essa discussão vem fortalecendo e se inserindo cada vez mais nas diversas secretarias que existem na FETAEMA.

Festival da juventude Rural

Nesse espaço de tempo a gente conseguiu ter várias ações e conquistas, uma delas é que a FETAEMA e a CONTAG realizam o festival da juventude rural, o movimento abraçou essa bandeira, essa ação de massa.

A participação da juventude no Maranhão

Aqui no Maranhão a gente consegue envolver uma amplitude de juventude, que se integra no espaço pra debater sua história e discutir os problemas, dali tira proposta de reivindicação e mostra o quanto a agricultura, o quanto o campo tem riquezas, partindo de sua cultura, da sua diversidade, identidade e de como a gente vive no campo. Conseguimos no final de cada atividade mostrar que a agricultura familiar é muito mais do que produção, ela tem um ser humano, alegria, cultura e que a gente tem muito mais a fazer pela nossa história, e não somente registros de mortes pela luta de terra.

(Entrevista concedida em 13/04/2012)

COSMO RODRIGUES DE ARAÚJO
Ex-presidente da FETAEMA

Eu sou Cosmo Rodrigues de Araújo, maranhense

Atualmente eu sou vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa, mas já fui presidente. Assumi pela primeira vez a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no ano de 1978, outubro de 78, eu era delegado sindical e houve um massacre de trabalhadores rurais na Fazenda Alvorada. Eu me senti impotente como delegado sindical e dirigente de comunidades das CEBs na época, e eu me senti angustiado com aquilo e lutei pra ser diretor do sindicato e conseguimos na época ser presidente.

Terminei sendo preso

No ano de 1987, na nossa região tinha muita terra da União e muito ocupada por fazendeiro, por que a nossa região é muito complicada por que tem uma área chamada Área de Segurança Nacional, por isso era o exército que mandava lá e nós na época ocupamos a terra lá e era coordenado pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, no Amazonas era o GEBAM - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas.

Nós ocupamos essas áreas lá e o GETAT dentro de uma organização muito ruim que a gente achou na época e terminei sendo preso lá. Foi marcada uma reunião na área pra discutir o seguinte: os trabalhadores lá tão certo ou tão errado? E aí nós íamos pra fazer essa reunião, prasaber, aí chegou a polícia e me prendeu. O delegado regional andava com um papel e meu nome

no papel e chegou muita gente e eles começaram prender os trabalhadores e eu vi o papel assim na mão dele. Eu disse assim: Você tá caçando esse camarada aí que tá no papel na sua mão? Ele disse: É. Pois o senhor achou ele. Aí ele agarrou no meu braço e agarrou com raiva, me levou pra o meio dos outros e perguntou “você conhecem esse camarada aqui?” “conhece”.

Eu apanhava por dois motivos

Aí nesse momento eu apanhava por dois motivos: eu apanhava por que eu não queria falar e eu apanhava por que quando eu falava não agradava eles, mas eles foram muito burros por que eles não me mataram, me levaram pra Imperatriz e quando foi no outro dia tava já a revolução. Os companheiros foram pra Imperatriz pra quebrar a cadeia e me tirar, agora ninguém sabia qual era o lugar que eu tava, era arriscado quebrar tudo pra me achar. Manoel da Conceição e o Pedro, que era advogado da CPT de Goiás, naquele tempo era Goiás, agora é Tocantins, rastrearam certo que me acharam. Nessa revolução toda, nós fomos pra o sindicato de Imperatriz e daí me levaram pra casa.

Na época eu virei um personagem na região do Tocantins

Daí surgiu o motivo de dizer que eu tinha que vim pra FETAEMA, na época eu virei um personagem na região do Tocantins, uma região muito problemática. Então na época a discussão esquentou pelo seguinte, um Bispo que apoiou muito nós. Dom Alcimar Caldas

Magalhães, ele disse o seguinte: nós vamos ter duas lutas pesadas que na época era CELMAR hoje é Suzano, negócio do eucalipto, na época era CELMAR que era a derrubada desse projeto, foi um projeto de celulose e a outra é essa questão do latifúndio em si. Eu tinha noção do tamanho da responsabilidade que naquela hora eu tava assumindo, eu disse “eu posso ir, mas não levo minha família. Eu vou pra uma guerra” e ele disse “não tem problema deixe a família aqui”.

Toda essa discussão foi no decorrer de 87 e em 88 aqui eu ia ser vice-presidente da Federação, Chico presidente. Uma discussão muito boa e aí nós na época da discussão que eu vinha pra ser vice do Chico, surgiu a eleição da Contag, aí do Maranhão tinha que ir uma pessoa e a pessoa indicada era o Chico pra ser tesoureiro da Contag.

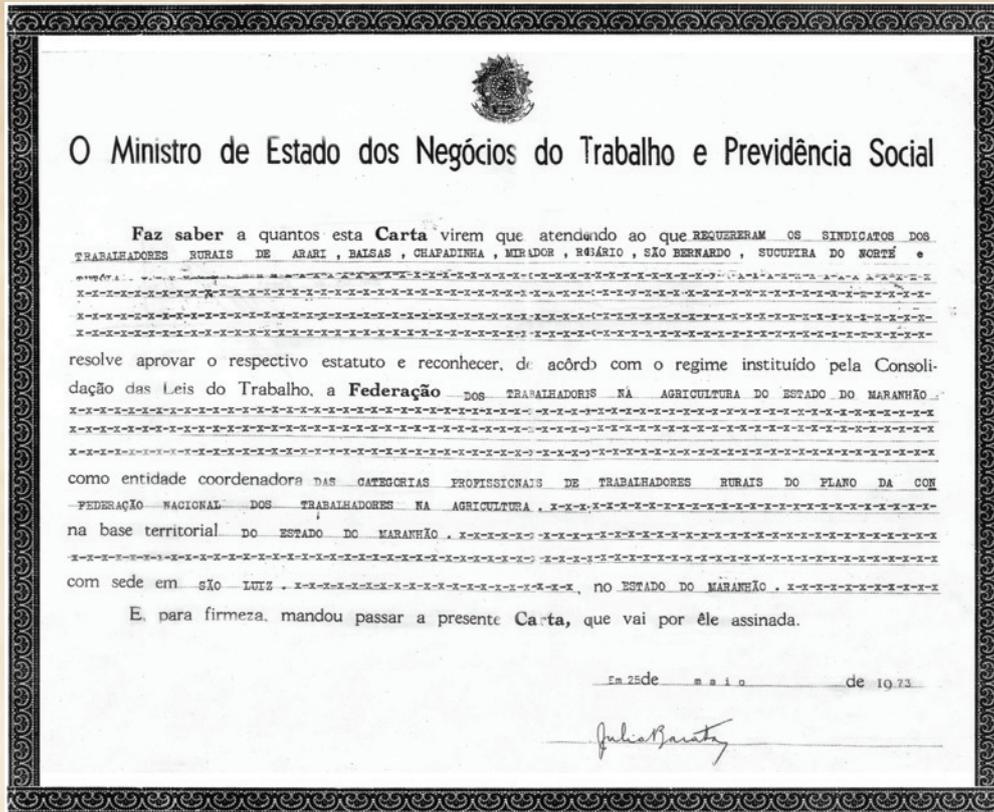
Chico Sales foi lá pra Contag aí automaticamente assumi a presidência da Federação.

Sangue suor e lágrima

Minha paixão é essa, não dá pra fazer um trabalho como a gente fez ...nós ficamos aqui segurando as pontas esse período aí não pode ficar no sombrio. Esse período aí não pode ficar escondido, por que nele houve “sangue suor e lágrima”. Não se discutiu naquele tempo brincadeira.

(Entrevista concedida em 06/06/2012)

MEMÓRIAS E IMAGENS



Carta Sindical - FETAEMA



Manifestação dos Trabalhadores Rurais - STTR de Parnarama - MA
(Sede fundada 20 de fevereiro de 1972)



Entrega da Carta Sindical - STTR de Cajapió - MA (1972)



Assembleia Geral Ordinária - STTR de Chapadinha
(11 de julho de 1972)



Comemoração do dia da Independência do Brasil - STTR de Pedreira - MA (07 de setembro de 1975)



Aniversário de 1º ano de fundação - STTR de Porto Franco - MA (08 de setembro de 1975)



Posse da Diretoria da FETAEMA - São Luís - MA
(29 de outubro de 1979)

O IMPARCIAL

A edição de hoje é dedicada a Pe. Antonio Vieira

São Luís, (MA), 07 de julho de 1984 - sábado

Hoje - 2 Cadernos - 12 Páginas

Lavrador pede terra

Foto/R.Pinheiro

Milhares de pessoas participaram, ontem, no Centro de São Luís, de uma das maiores manifestações populares dos últimos tempos no lançamento, a nível estadual, da Campanha Pela Reforma Agrária organizada pela FETAEMA, CUT, CONCLAT, CPT, CEB's e CIMI. Integrando dezenas de delegações interiores, chegaram em São Luís utilizando os mais diversos meios de transporte, até cavalos.

Após uma concentração na Praça Deodoro, os trabalhadores saíram em passeata através da rua do Sol, Praça João Lisboa, rua Grande retornando à Deodoro, recebendo por onde passavam o apoio da população. No início do ato público, foram chamados os nomes dos trabalhadores assassinados, este ano, na violenta luta pela posse da terra. Ao fim de cada nome os manifestantes respondiam: presente!

O Maranhão é o décimo quinto Estado a organizar o lançamento da campanha, segundo o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva. Os lavradores, presentes em São Luís, participaram da manifestação para manifestar as autoridades, segundo afirmaram, a necessidade que sentem pela terra — seu sustento, sua vida. Seu sangue e sua morte. (Página 3)

Milhares de lavradores e ativistas políticos na Praça Deodoro exigiram mais terra para o trabalhador

Campanha pela Reforma Agrária - São Luís - MA (1984)



Ato público pela Reforma Agrária - Povoados Clemente e Cajazeira
Barra do Corda - MA (julho 1985)



Abertura do 1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Maranhão
São Luís - MA (junho 1991)



Jornada de Lutas - Maranhão (1993)



"Por que tem tanta gente passando fome no nosso Brasil? É preciso que a gente pense nisso. Terra é que não falta. Tem tanto chão pra plantar... O problema é o latifúndio e a violência do governo que não olha pros pobres".
Alderina Farias Santos, São Luís Gonzaga

Jornada de Lutas - Maranhão (1993)



Grito da Terra - Pressão dos Trabalhadores pela criação do PRONAF
São Luís - MA (1996)



VI Congresso dos Trabalhadores Rurais do Baixo Parnaíba
Tutóia - MA (2003)



Manifestação pela aprovação do PRODIM - Programa de Combate a Pobreza no Maranhão - São Luís - MA (2005)



Inauguração do Auditório Manoel Nascimento no CESIR
São Luís - MA (2010)



Delegação da FETAEMA no Festival Nacional da Juventude Rural
Brasília - DF (2010)



Grito da Terra Maranhão
São Luís - MA (2010)



Grito da Terra Maranhão
São Luís - MA (2009)



Repressão policial no Grito da
Terra Maranhão
São Luís - MA (2010)



Formandos da Escola de Formação do Maranhão - EMAFOR
São Luís - MA (2010)



Delegação do Maranhão na Marcha das Margaridas
Brasília - DF (2011)

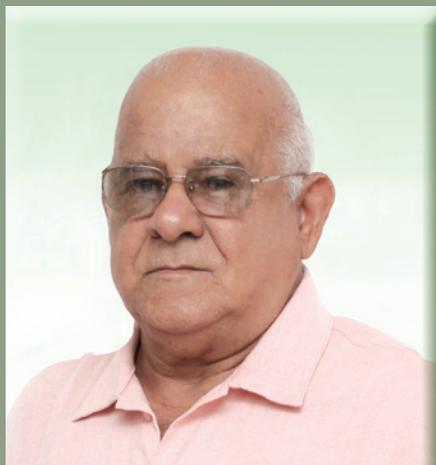


Mutirão Previdenciário - São Luís - MA (2011)



Plano de Ação Anual da FETAEMA - São Luís - MA (2011)

GALERIA DOS PRESIDENTES



João Batista Araújo Silva
PRESIDENTE
1972 a 1973



Antonio Jose de Azevedo
PRESIDENTE
1973 a 1976



Manoel Nascimento de Jesus
PRESIDENTE
1976 a 1979



Francisco Sales de Oliveira
PRESIDENTE
1979 a 1982



Francisco Sales de Oliveira
PRESIDENTE
1982 a 1985



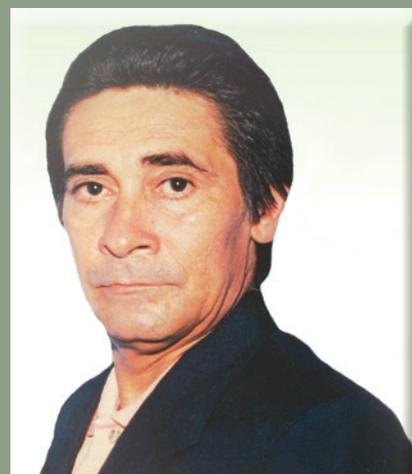
Francisco Sales de Oliveira
PRESIDENTE
1985 a 1988



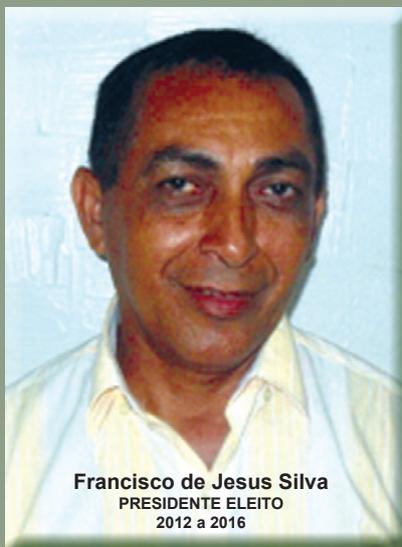
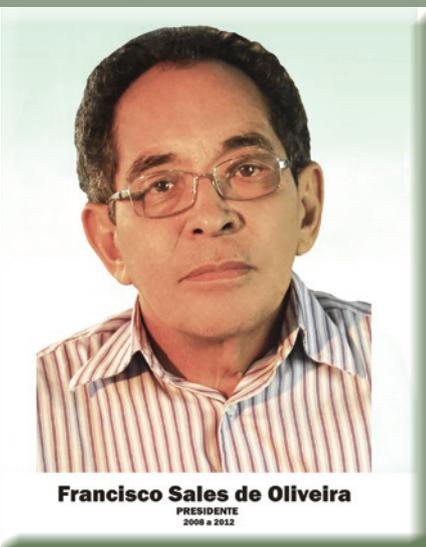
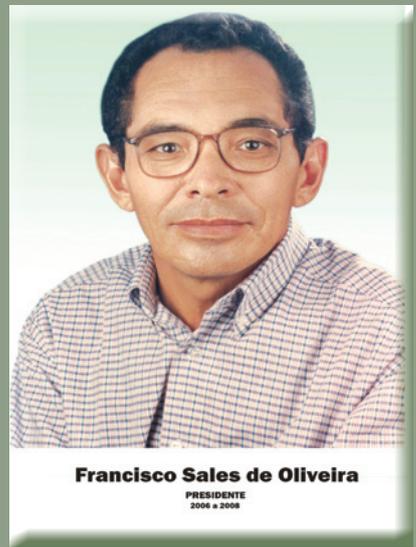
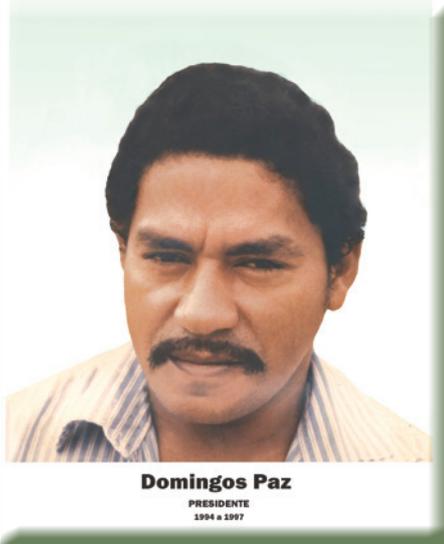
Cosmo Araújo
PRESIDENTE
Interino
1989 a 1990



Ivan Cabral
PRESIDENTE
1990 a 1991



José Chateo Brian Costa Rêgo
PRESIDENTE
1991 a 1994



DIRETORIAS EXECUTIVAS

Primeira Diretoria eleita na fundação em 1972

Presidente: *João Batista Araújo da Silva*
Secretário: *Domingos Cunha Araújo*
Tesoureiro: *Geraldo Gonçalves Costa*

Primeira Diretoria efetiva - 1973-1976

Presidente: *Antonio José de Azevedo*
Secretário Geral: *Manoel Nascimento de Jesus*
Tesoureiro: *Edgar Ribeiro*

Diretoria Executiva 1976 - 1979

Presidente: *Manoel Nascimento de Jesus*
Vice-Presidência: *Francisco Sales de Oliveira*
Secretário Geral: *Edgar Ribeiro*
Vice Secretário: *Pedro Silva*
Tesoureiro: *Antonio José de Azevedo*
Vice Tesoureiro: *José Araújo Sousa*

Agosto a dezembro de 1978

Presidente interino: *Francisco Sales de Oliveira*

Diretoria Executiva 1979 - 1982

Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Vice Presidente: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretário Geral: *José Araújo Sousa*
2º Secretário: *David da Silva Feitosa*
Tesoureiro: *Pedro Silva*
2º Tesoureiro: *Miguel Alves Dias*

Diretoria Executiva 1982 - 1985

Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Vice Presidente: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretário Geral: *José Araújo Sousa*
2º Secretário: *Raimundo Nazaré Costa*
Tesoureiro: *Pedro Silva*
2º Tesoureiro: *Miguel Alves Dias*

Diretoria Executiva 1985 - 1988

Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Vice Presidente: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretário Geral: *José Araújo Sousa*
2º Secretário: *Raimundo Nazaré Costa*
Tesoureiro: *Pedro Silva*
2º Tesoureiro: *Clidenor Rodrigues Guimarães*

Diretoria Executiva 1989 – 1990

Presidente: *Cosmo Rodrigues de Araújo*
Secretário: *Ivan Cabral de Sousa*
2º Secretário: *Eliseu Alves da Costa*
Tesoureiro: *Antonio Rodrigues de Lima*
2º Tesoureiro: *Valdemar Ferreira Silva*

Diretoria Executiva 1990 – 1991

Presidente Interino: *Ivan Cabral de Sousa*
2º Secretário: *Eliseu Alves da Costa*
Tesoureiro: *Antonio Rodrigues de Lima*
2º Tesoureiro: *Valdemar Ferreira Silva*

Diretoria Executiva 1991- 1994

Presidente: *José Chateo Brian Costa Rego*
1º Vice Presidente: *Raimundo Nazaré Costa*
2º Vice Presidente: *José Luiz da Silva*
Secretário Geral: *Sebastião do Carmo Lisboa*
1º Secretário: *José Raimundo Mendonça*
2º Secretário: *José Vaz Ferreira*
Tesoureiro Geral: *Ivan Cabral de Sousa*
1º Tesoureiro: *Valdemar Ferreira Silva*
2º Tesoureiro: *José Mota Amaral*

Diretoria Executiva 1994 - 1997

Presidente: *Domingos de Albuquerque Paz*
Vice presidente: *José Raimundo Mendonça*
Secretário Geral: *Raimundo Nonato Rodrigues da Silva*
Tesoureiro Geral: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente: *Constância Clementina de Sousa Barros*
Secretário de Política e Formação Sindical: *José Salvador Costa*
Secretário de Política Salarial, Saúde e Previdência Social: *Sebastião do Carmo Lisboa*
1º Secretário: *Valdemiro Alves*
1º Tesoureiro: *José Francisco dos Santos*

Diretoria Executiva 1997- 2000

Presidente: *Domingos de Albuquerque Paz*
Vice presidente: *José Raimundo Mendonça*
Secretário Geral: *Antonio Leonel da Silva*
Tesoureiro Geral: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretário de Política Agrária: *Raimundo Nonato Rodrigues da Silva*
Secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente: *José Salvador Costa*
Secretária de Política e Formação Sindical: *Maria da Graça Amorim*
Secretário de Políticas Sociais: *Sebastião do Carmo Lisboa*
Coordenadora Estadual de Mulheres: *Constância Clementina de Sousa Barros*

Diretoria Executiva 2000 - 2004

Presidente: *Domingos de Albuquerque Paz*
Vice Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Secretária Geral: *Maria do Socorro Nascimento Barbosa*

Secretário de Finanças: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretário de Política Agrária: *Raimundo Nonato Rodrigues da Silva*
Secretária de Política Agrícola: *Sufia Rodrigues Mendonça*

Secretária de Política e Formação e Organização

Sindical: *José Salvador Costa*
Secretário de Políticas Sociais: *Sebastião do Carmo Lisboa*
Coordenadora Estadual de Mulheres: *Mariana Rodrigues dos Santos*

Diretoria Executiva 2004 - 2006

Presidente: *Domingos de Albuquerque Paz*
Vice Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Secretário Geral: *Henrique Mendes*
Secretário de Finanças e Administração: *Ivan Cabral de Sousa*
Secretária de Política Agrária: *Maria Adriana Oliveira*
Secretária de Política Agrícola e Meio Ambiente: *Maria do Socorro Nascimento Barbosa*
Secretário de Política e Formação e Organização Sindical: *José Chateo Brian Costa Rêgo*
Secretário de Políticas Sociais: *Sebastião do Carmo Lisboa*
Coordenadora Estadual de Mulheres: *Rosmarí Barbosa Malheiros*
Coordenadora Estadual da Juventude: *Ângela Maria de Sousa Silva*

Junho a novembro de 2004

Presidente Interina: *Maria do Socorro Nascimento Barbosa*

Diretoria Executiva 2006 – 2008

Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Secretário Geral: *Henrique Mendes*
Secretário de Finanças e Administração: *José Chateo Brian Costa Rêgo*
Secretária de Política Agrária: *Maria Adriana Oliveira*
Secretária de Política Agrícola e Meio Ambiente: *Maria do Socorro Nascimento Barbosa*

Secretário de Política e Formação e Organização Sindical: *Ivaí ?*

Secretário de Políticas Sociais: *Sebastião do Carmo Lisboa*

Coordenadora Estadual de Mulheres: *Rosmarí Barbosa Malheiros*

Coordenadora Estadual da Juventude: *Ângela Maria de Sousa Silva*

Diretoria Executiva em 2008– 2012

Presidente: *Francisco Sales de Oliveira*
Vice Presidente: *Francisco de Jesus Silva*
Secretária Geral: *Ana Maria de Oliveira Freitas*
Secretário de Finanças e Administração: *José Chatéo Brian Costa Rego*
Secretário de Política Agrária: *Raimundo Machado de Araújo*
Secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente: *Joaquim Alves de Sousa*
Secretário de Formação e Organização Sindical: *Francisco Ivaí da Silva Santos*
Secretária de Políticas Sociais: *Rosmarí Barbosa Malheiros*
Secretaria Estadual de Mulheres: *Maria Adriana Oliveira*
Secretaria Estadual de Jovens: *Ângela Maria de Sousa Silva*

Diretoria Executiva em 2012 - 2016

Presidente: *Francisco de Jesus Silva*
Secretária Geral: *Ângela Maria de Sousa Silva*
Secretário de Finanças e Administração: *José Chatéo Brian Costa Rego*
Secretária de Política Agrária: *Maria Lúcia Vieira dos Santos*
Secretário de Política Agrícola e Meio Ambiente: *Joaquim Alves de Sousa*
Secretário de Formação e Organização Sindical: *Francisco Ivaí da Silva Santos*
Secretária de Políticas Sociais, Terceira Idade e Idosos: *Rosmarí Barbosa Malheiros*
Secretaria Estadual de Mulheres: *Bertolina Célia Ferraz Martins*
Secretaria Estadual de Jovens: *Simone Sousa de Almeida*
Secretaria de Assalariados Rurais: *Ana Maria de Oliveira Freitas*

HOMENAGENS RECEBIDAS



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO MARANHÃO**

No dia 03 de maio de 2012, a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, atendendo a proposta do Deputado Estadual Bira do Pindaré, homenageou a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão – FETAEMA, reconhecendo-lhe em seus 40 anos, um importante trabalho realizado em prol dos direitos e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado.

O deputado Bira do Pindaré destacou importantes ações da entidade e da união de forças que proporcionaram o seu crescimento e conquistas no meio rural, principalmente na defesa da reforma agrária, da educação e inúmeros direitos constitucionais e a determinação em não recuar com os conflitos causados pelos avanços do agronegócio e declarou:

“Assim como lutou Manoel da Conceição, a FETAEMA segue nas trincheiras da luta contra a escravidão no campo, por uma melhor capacitação, por segurança e na luta contra a pistolagem. Queremos uma vida digna e não há como falar em democracia e parlamento livre sem a luta da FETAEMA”.

No ato solene foi apresentado o documentário “FETAEMA 40 Anos – a sua luta faz a nossa história” dirigido por Suely Dias, que trata da luta da entidade para

se manter viva, do enfrentamento às forças militares no período da repressão; da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por posse de terra e os conflitos causados pelos grandes latifundiários em vários períodos históricos até os dias atuais.

Disponível em: <http://biradopindare.blogspot.com.br/2012/05/fetaema-e-homenageada-em-sessao-solene.html> e <http://www.fetaema.org.br/noticias>
Acesso em 15\05\2012

A MEDALHA MANOEL BECKMAN

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou o senhor Francisco Sales de Oliveira, presidente da FETAEMA, com a medalha Manoel Beckman* em sessão especial no dia 16 de dezembro de 2011. A medalha representa a maior honraria oferecida a pessoas consideradas importantes para o Estado do Maranhão.

O então Deputado Estadual Valdinar Barros (PT) foi o promotor da proposta, definindo assim as razões para o ato:

“Este é um reconhecimento por todos os anos de luta do companheiro Chico Sales, na Consolidação do nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-PADRSS, que tem como principais bandeiras de luta: a ampla e massiva reforma agrária; fortalecimento da agricultura familiar; políticas sociais que considere os sujeitos do campo e suas especificidades; equidade de gênero, geração e etnia; respeito ao meio ambiente; erradicação do trabalho escravo e infantil; e a formação e fortalecimento da estrutura e organização sindical”.

Disponível em: <http://www.fetaema.org.br/noticias> Acesso em 04\03\2012.



PRÊMIO JOSÉ AUGUSTO MOCHEL

Em novembro de 2010 a FETAEMA foi a entidade escolhida para receber o Prêmio José Augusto Mochel, que tem como objetivo homenagear entidades da sociedade civil, políticos e lideranças da esquerda e que tenham se destacado no campo da luta democrática e popular.

José Augusto Mochel foi um líder comunista que faleceu em 25 de março de 88. Foi militante do movimento estudantil secundarista e universitário, marcando sua atuação no combate à ditadura militar. Participou ativamente da luta pela redemocratização, apoiou as lutas de resistência camponesa num momento de graves conflitos pela posse da terra. Participou da luta pela anistia e ajudou a fundar a Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos. Foi um dos reorganizadores do PCdoB no Maranhão, tendo sido candidato a deputado federal nas eleições de 1982 pelo PMDB, à época o espaço de atuação do PCdoB, que estava na ilegalidade imposta pela ditadura.

Disponível em: <http://www.jornalpequeno.com.br/2010/11/30> Acesso em 20\03\2012

FESTA DE COMEMORAÇÃO DOS 40 ANOS DA FETAEMA

A festa em comemoração aos 40 anos de fundação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão –FETAEMA, foi realizada no auditório Manoel Nascimento, do Centro de Estudo Sindical Rural- CESIR em São Luís, dia 29 de abril, em meio à realização das atividades do Conselho Deliberativo da entidade.

A solenidade contou com a presença de dirigentes sindicais de todo o Estado do Maranhão e personalidades que fizeram parte da história de quatro décadas da Federação, autoridades e políticos.



Na cerimônia foram homenageados com a entrega de placas, os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais fundadores; o primeiro Presidente da FETAEMA, o Sr. João Batista Araújo; a Igreja Católica, por sua significativa contribuição ao movimento sindical rural, representada pelo Arcebispo de São São Luís, Dom José Belisário da Silva e o líder camponês Manoel da Conceição, pela sua significativa importância na luta e resistência dos trabalhadores rurais.

No seu pronunciamento, o presidente da FETAEMA, Sr. Chico Sales, relembrou a história do MSTTR no Maranhão e citou nomes e histórias de vários trabalhadores rurais que foram mortos em nome da organização sindical no Estado.

Agradeceu aos familiares de todos que integram o MSTTR, pela compreensão da ausência dos companheiros e companheiras que passam a maior parte das suas vidas na luta pela defesa dos homens e mulheres do campo.

Como parte das comemorações aconteceu uma exposição fotográfica intitulada a “Memória do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Maranhão”, com imagens dos acervos da CPT e da própria FETAEMA.

Disponível em: <<http://www.fetaema.org.br/noticias>> Acesso em 15\05\2012



CONQUISTAS E PERSPECTIVAS

No decorrer dos quarenta anos de existência da FETAEMA é fácil afirmar que foram alcançados muitos dos objetivos da luta do movimento sindical rural. A própria história mostra essas conquistas, senão vejamos nas palavras de alguns dos seus representantes:

“Os Trabalhadores rurais Brasileiros e Maranhenses, com todas as suas formas de lutas, foram protagonistas de muitas conquistas, a exemplo do direito de aposentadorias, pensões, auxílio doença, salário materno, a lei de reconhecimento da agricultura familiar - a Lei de ATER; o Pronaf com várias linhas de crédito, diferenciado para agricultura familiar; a habitação rural; o “Programa Luz para Todos”, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; o Programa de Aquisição de alimentos – PAA; a desapropriação e regularização de milhares de hectares de terras, só no Maranhão foram desapropriados e regularizados cerca 4, 5 milhões de hectares, contemplando aproximadamente 130 mil famílias. Não obstante, a existência de grandes e graves problemas, que atormentam milhares de companheiros e companheiras, podemos dizer neste momento, que nossa luta do passado e do presente, valeu e vale apenas, chegamos aos 40 anos de história, contabilizando vitórias, somos campeões SIM, somos vencedores.”

(Trecho do discurso de Francisco Sales na solenidade em comemoração dos 40 anos, em 29\04\2012).

Contudo, pode-se afirmar que nem tudo que foi alcançado ao longo desse tempo seja condizente com a luta travada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais maranhenses, conforme afirmativa:

“Nós temos hoje muitas conquistas, é verdade, mas não poderia deixar de registrar, nos Anais desta Casa, presidente, também a nossa indignação. Nós vivemos no Maranhão, um estado tão importante, e conquistamos quatro milhões e meio de hectares de terra para reforma agrária, mas eu quero registrar aqui a nossa indignação pela baixa qualidade desses assentamentos. Também a nossa indignação pela falta de assistência técnica para a grande maioria dos que fazem agricultura. Nossa indignação pela falta de acesso ao crédito agrícola para pesquisa. Portanto, nós entendemos nesses quarenta anos da nossa federação que os desafios daqui para frente ainda serão

maiores. Nós saímos da época que a gente queria ter liberdade de se organizar, liberdade de falar, ter livre expressão, mas nesse momento nós queremos desenvolvimento rural sustentável, nós não podemos mais admitir que esse preço ao desenvolvimento do Maranhão, ao desenvolvimento rural seja pautado na grande monocultura da soja, da cana-de-açúcar, do eucalipto, enquanto que os trabalhadores e as trabalhadoras que produzem alimento que dá exatamente a sustentabilidade da nossa segurança alimentar ainda são tratados, ainda trabalham como antigamente, como se nada tivesse mudado. A maioria do nosso povo trabalha com enxada, isso é inadmissível.”

(trecho do discurso do presidente da FETAEMA na solenidade em que a Instituição foi homenageada, em 03\05\2012).

Sobre a importância do que já foi conquistado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, Ana Maria Oliveira, secretária geral da FETAEMA, no seu pronunciamento na assembleia Legislativa afirma:

“Eu lembro a história de Manoel da Conceição, eu vendo a história do próprio Chico Sales, da Constância, da companheira Adriana e a gente fica emocionada, porque são pessoas que enfrentaram polícia, teve companheiros torturados, então é uma história triste, hoje é alegre, porque hoje a gente pode sentar, na década de 64 qual trabalhador rural poderia entrar aqui? A gente não tinha o direito de se expressar e de dizer o que pensa. Hoje nós temos de direito, e temos coragem de dizer que queremos saúde de qualidade, que queremos educação de qualidade e isso é grande e gratificante para nós. E quero homenagear em especial todas as mulheres que estão aqui presentes, porque sem as mulheres presentes, na vida daqueles e desses homens de hoje, na luta do movimento sindical pelos seus direitos, seria impossível. Então, nós trabalhadoras rurais contribuímos e com certeza iremos contribuir cada vez mais para as nossas conquistas.”

(trecho do discurso de Ana Maria, em 03\05\2012).

Referência:

Diário da Assembleia, ano XXXIX, N°062, 22 mai 2012. Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Disponível em: <al.ma.gov.br/download.php?file.../diario/22052012-1952002878diar.> Acesso em 30\05\2012

Eleito novo Presidente

Em junho de 2012, a FETAEMA realizou o 7º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e elegeu a Direção da instituição para o mandato de 2012 a 2016, tendo como presidente, o sindicalista Francisco de Jesus Silva. É conhecido como Chico Miguel e tem atuado na Direção da Federação desde 2004. Sobre as perspectivas da gestão que se inicia em agosto de 2012, para o MSTTR, o presidente eleito declara:

“Novo modelo de movimento sindical”

“Olha, nós sabemos que já tivemos muitas conquistas, mas hoje nós estamos vivenciando um novo modelo de movimento sindical, em que o Brasil passa por transformações. Nós temos um país que saiu de uma posição muito ruim e hoje o Brasil ocupa, a sexta economia do mundo, ainda com os problemas sociais que tem, mas é isso. E agente hoje vive num mundo no qual nós vamos ter muitos desafios, inclusive hoje o país tá passando por um momento em que o cenário é o grande negócio. E que na verdade, nesse momento agente precisa trabalhar muito a questão da agricultura familiar, sabemos que temos muitas áreas de assentamento nesse Estado e por isso nós precisamos implementar uma campanha e uma política no sentido que agente possa juntos com todas as organizações sociais e os trabalhadores, trabalhar no sentido de que nós possamos fazer essa terra produzir...”

“A reforma agrária tá totalmente esquecida tanto pelo movimento como pelo governo federal, pelo governo estadual”

Vamos trabalhar no sentido de que possamos fazer os grandes atos públicos, as grandes manifestações, no sentido de que agente possa estar alavancando de novo para dentro do movimento sindical a questão da reforma agrária. Isso é uma bandeira que o movimento sindical precisa nesse momento, pois isso é uma coisa que hoje agente vê, a reforma agrária tá totalmente esquecida tanto pelo movimento como pelo governo federal, pelo governo estadual e nós nos elegemos nesse novo mandato com incumbência de que agente possa trazer para dentro do movimento de novo a questão da reforma agrária, que é uma política muito importante.

Políticas importantes para o MSTTR

“Um desafio novo que nós temos e que nós precisamos trabalhar muito é a questão dos assalariados rurais... com o avanço das grandes empresas que se instalaram no Maranhão, hoje

nós estamos aí desafiados a trabalhar, a capacitar os nossos dirigentes, realizaros grandes seminários no sentido de que agente possa capacitar os nossos dirigentes para que possa atuar nesse campo”

“A questão da juventude rural...nós temos hoje no meio rural um grande contingente de jovens que na verdade esses jovens, muitas vezes estão deixando suas terras, seu Estado pra ir trabalhar em outros Estados como boia fria, como assalariado rural e às vezes, quando tem as fiscalizações nas empresas, são resgatados como trabalho escravos”

“A questão da educação no campo...hoje é outro grande desafio, nós sabemos que o governo federal, lançou aí o PRONACAMPO que é possível ter uma grande inclusão dos trabalhadores, principalmente a juventude...Isso é uma política sindical, da CONTAG, da FETAEMA e enfim, de todas as organizações sociais.”

“Outra política muito importante que é preciso trabalhar é política para as mulheres... nós temos aí um grande avanço, mas é preciso cuidar muito mais no sentido de organizar as companheiras mulheres para fazer parte do cenário político desse Estado, desse país.”

E também uma coisa que nós precisamos incluir dentro do nosso mandato, dentro do nosso plano de gestão, é a questão dos quilombolas, na verdade, os quilombolas são trabalhadores rurais, são associados nos sindicatos e muitas vezes agente não tem acompanhado, não tem dado a importância que eles merecem.

(Entrevista concedida em 16/07/2012)

Destaque para algumas conquistas do MSTTR

No decorrer dos seus 40 anos, a FETAEMA junto ao MSTTR acumulou muitas conquistas dentre as quais:

- A Previdência Social para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, além das aposentadorias do homem aos 60 anos e mulheres aos 55 anos;
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com linhas de créditos diferenciadas;
- A desapropriação de mais de cinco milhões de hectares de terra no Maranhão e o assentamento de mais de 100 mil famílias
- A inclusão de jovens agricultores e das mulheres trabalhadoras rurais nas lutas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e nas políticas públicas;
- Fortalecimento da luta dos assalariados rurais e o combate ao analfabetismo e ao trabalho escravo e infantil;
- O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e a criação da Lei de ATER;
- Programa de Habitação Rural.

A atuação do movimento sindical na transversalidade de gênero, raça/etnia e geração no contexto rural do Maranhão

Silvane Magali Vale Nascimento¹

1- Introdução

As lutas dos movimentos sociais que antecederam a década de 1980 foram fundamentalmente responsáveis pelas conquistas e surgimentos das experiências ditas de redemocratização que se constituíram no Brasil nos últimos trinta anos. Embora considere o cunho burguês e, portanto, os aspectos contraditórios presentes em tais conquistas assinalados por Oliveira (2000), não há como negar que a questão social amplia-se na concepção dos movimentos sociais na perspectiva democrática e popular. Tais movimentos passaram a incorporar novas expressões da relação capital/trabalho, onde se destacam as relações anteriormente mencionadas, pois conforme Iamamoto (2007),

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causas amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (2007, p.160).

Para Iamamoto (2007), é importante reconhecer que as lutas sociais romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, e extrapolaram a questão social

para a esfera pública. Os conflitos daí decorrentes passaram a exigir a atuação do Estado no sentido da garantia de direitos. Dessa forma, a Constituição de 1988, em que pese as suas limitações, apresenta consideráveis conquistas decorrentes das lutas sociais. Nessas conquistas, a transversalidade relações de gênero, raça/etnia e geração, na formulação e implementação das políticas públicas, precedidas, portanto do seu aparecimento nas agendas das lutas sociais e dos movimentos sociais configura-se como referência do que se convencionou chamar da construção da esfera pública com a participação de novos sujeitos políticos.

As lutas no campo e na cidade durante a década de 1990 buscavam publicizar as questões que não estavam “visíveis” na relação capital/trabalho, porém, acentuavam as desigualdades sociais que recaem sobremaneira nos segmentos como mulheres, crianças, idosos(as), população negra, indígena e outros.

No campo, o movimento sindical passa a vivenciar as suas próprias contradições. Assim, embora rearticulando a luta em defesa da democratização da terra, tendo como maior expressão, a reforma agrária, lutando contra a exploração e apropriação de vários segmentos de trabalhadores(as) rurais no Brasil, e para isso, reconstruindo oposições em várias partes do país, o movimento sindical mantinha uma estrutura interna fundamentada na

ideologia patriarcal e dessa forma, as suas lutas secundarizavam e/ou mesmo ignoravam as desigualdades entre os sexos na sociedade e internamente no movimento sindical. A mesma interpretação vale para as demais relações mencionadas.

Sem compreender tais desigualdades como parte das desigualdades sociais e, portanto, como parte oriunda da relação capital/trabalho embora não se reduzindo a ela, o movimento sindical não incorporava tais relações no contexto das desigualdades na economia e na política. Logo, as políticas agrária e agrícola não eram articuladas às relações de gênero, raça/etnia e geração. Assim, as lutas das trabalhadoras rurais que foram se delineando na década de 1970 no Brasil, apareciam na interpretação do movimento sindical como lutas paralelas ou complementares ao movimento. Somavam à causa, mas não eram parte do todo.

Mas mulheres no campo desde o início das suas lutas, tiveram como principal reivindicação a identidade de trabalhadoras rurais, o reconhecimento do seu trabalho tanto em casa quanto na roça, na coleta e beneficiamento do extrativismo, na pesca e em outras atividades produtivas, daí a luta pelo direito à sua sindicalização ter como prioridade a reafirmação do seu trabalho produtivo e a sua autonomia como sindicalista, retirando-a, portanto, da condição de dependente do companheiro no sindicato. Dessa forma, as mulheres articulavam as esferas da produção e da reprodução, a exemplo também da luta pelo salário maternidade, dentre outras (NASCIMENTO, 2011).

No Maranhão, a exemplo dos demais estados, a década de 1990 marca o fortalecimento das trabalhadoras rurais em suas variadas identidades. A organização das

¹ Doutora em Políticas Públicas, Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA, Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão – GERAMUS (relações de gênero, étnico/raciais e geracional) do DESES/PPGPP-UFMA.

quebradeiras de coco babaçu é um exemplo disso (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998). Em vários depoimentos registrados pelas referidas autoras em pesquisa sobre as organizações de base das trabalhadoras rurais, as trabalhadoras rurais do Maranhão, descrevem as dificuldades na visibilidade interna das mulheres nos sindicatos, fato que se soma à situação vivida por outras trabalhadoras no âmbito do movimento sindical nos demais estados.

Em relação à juventude, até a década de 1990, a maioria do movimento sindical de trabalhadores rurais no Brasil, não contava com a participação da juventude. O futuro do jovem era quase sempre a migração sazonal ou definitiva. No último caso, quase sempre em busca de políticas como educação e emprego. Para as mulheres, a migração era um caminho “natural” em busca do trabalho doméstico. A falta de perspectiva para o campo, não estimulava os jovens à inserção no movimento sindical. E esse movimento por sua vez, não incorporava as aspirações dos jovens, uma vez que a categoria juventude não era interpretada como na contemporaneidade. Os jovens, sobretudo do sexo masculino eram apenas força de trabalho na unidade de produção familiar.

A dimensão de raça/etnia, também não aparecia como parte das “questões do campo”. A concentração fundiária, as explorações da mão-de-obra, a expropriação e outras configurações das desigualdades sociais, econômicas e políticas não eram vinculadas à questão de raça/etnia.

Mas nos últimos trinta anos, muitas transformações ocorridas no campo, colocaram para o movimento sindical de trabalhadores(as) rurais demandas que colocam as relações mencionadas como centrais para uma nova ordem social.

2- Relações de Gênero, Raça/Etnia e Geração: fios invisíveis na análise da agricultura familiar

O projeto de desenvolvimento para o campo no Brasil desde a adoção da revolução verde como protagonista da modernização fundamenta-se na industrialização da agricultura com forte inclinação à incorporação tecnológica. Porém, essa dinâmica do suposto desenvolvimento no campo, não se deu (e não se dá) de forma igual no país. Ao contrário, as relações políticas foram configurando diferentes cenários do “desenvolvimento” no campo. Em alguns casos, e especialmente no Norte e Nordeste, a economia orientou-se pela exploração dos recursos naturais como fornecedora de matéria-prima para empresas e grupos capitalistas nacionais e internacionais. Essa dinâmica conferiu a essas regiões a incidência de inúmeros conflitos fundiários devido à concentração de terras por capitalistas.

No movimento de concentração, centralização e acumulação realizado pelo capital desde a década de década de 1970, a redução de postos de trabalho era um sinal da desorganização parcial ou total das unidades de agricultura familiar. Mulheres e jovens permaneciam em vários povoados de várias regiões do Brasil, enquanto os homens considerados em idade adulta migravam geralmente para o Sul e Sudeste do país, em muitos casos, os jovens também realizavam esse movimento.

A reprodução das condições de vida das famílias agricultoras familiares contava com a participação das mulheres na esfera produtiva (roça, extrativismo, pesca etc.) e reprodutiva (cuidado com filhos, idosos, casa, trabalhos comunitários e atividades religiosas) tal

como continua a ocorrer, embora com alterações (NASCIMENTO, 2011). Os jovens por sua vez, embora vivenciando conflitos e situações específicas dessa fase de vida, não contavam com a proximidade do mundo urbano facilitada pela penetração da televisão nos domicílios rurais, pela elevação da escolaridade e pela proximidade física com as sedes municipais, quer pelas vias de acesso (estradas, uso frequente de motocicletas), quer pela maior frequência às escolas. Essa distância se tornava em um elemento pouco mobilizador das lutas juvenis no campo.

Na sociedade brasileira atual, o rural e o urbano se complexificam e se aproximam. A lógica da globalização que direciona o capital em tempos neoliberais, ancora-se em qualquer parte do planeta em que seja possível acumular capital. Dessa forma, alguns espaços são realmente transformados em centros competidores, em outros se desenvolve a economia de enclave, ou seja, o espaço se torna ancoradouro para a retirada de matérias prima, algo semelhante ao que ocorria no período colonial. Os investimentos que se instalam em uma ou em outra perspectiva, provocam impactos diversos nesses espaços.

Desde a década de 1970, as mulheres começaram a questionar a lógica de desenvolvimento para o Brasil e a forma da incorporação feminina nessa lógica. As trabalhadoras rurais continuam nas décadas seguintes junto às outras mulheres brasileiras e até em articulações internacionais, a questionar a concepção de desenvolvimento em curso. A crítica voltava-se para o Estado e também para as organizações de base, especialmente para as organizações sindicais.

A tecnologia no campo alterava fundamentalmente o trabalho das

mulheres em casa e fora de casa. O desmatamento das florestas, a poluição dos recursos hídricos, a mecanização da agricultura, o uso de agrotóxicos e outras práticas, prejudicavam a saúde das mulheres e familiares, aumentando o seu trabalho com os cuidados domésticos, e deparando-se com a ausência de política pública de saúde, aumentava o risco da fome, uma vez que alimentos naturais eram devastados, o cuidado com a família aumentava também à medida que se tornava sozinhas chefes de famílias devido a migração de seus companheiros para outros lugares em busca de emprego, os riscos eram constantes ao participarem de conflitos fundiários, embora as estatísticas oficiais quase nunca registram tais participações.

Simoniam (2001) ao abordar sobre o desenvolvimento na Amazônia brasileira, afirma que

Os recentes planos de desenvolvimento para esta região demonstram uma total desconsideração quanto à importância da mulher frente ao desenvolvimento, apesar de serem parte considerável da população (SIMONIAM apud SIMONIAM 2001, p. 33-34).

Seguindo o pensamento de Simoniam, podemos estendê-lo às demais regiões do país. E no caso do Maranhão, a reflexão da autora se torna exemplar, não somente à Amazônia Legal na qual parte do Maranhão se insere, mas a todo o estado.

As modificações no campo passam fundamentalmente pelos novos modelos de acumulação. E nesse contexto, algumas relações de produção não especificamente capitalistas como é o caso da agricultura familiar aos moldes camponês, cuja preponderância é a produção para autoconsumo, continuaram sendo recriadas pelo capital tal qual

nos expôs Martins (2010) em períodos anteriores. As unidades familiares de produção continuavam a reproduzirem-se em condições adversas diante da expansão capitalista e com fortes impactos sobre a vida das mulheres. Porém, o discurso e a intervenção do movimento sindical eram sempre de “uma voz masculina para um masculino adultocêntrico”. E embora, algumas experiências sindicais fossem voltadas para a desconstrução desse paradigma masculino, a hegemonia mantinha-se na contramão dessa transformação.

Mas as organizações e lutas sociais feministas e juvenis colocaram para o movimento sindical, a necessidade de redimensionar a luta, afinal novos sujeitos políticos se faziam presentes. A categoria desenvolvimento rural sustentável e solidário assumiu centralidade para o movimento sindical, se constituindo em um projeto alternativo de desenvolvimento PADRSS, a partir da década de 1990 para a Confederação dos Agricultores Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. A sustentabilidade consistia na incorporação da diversidade que compõe o campo, pois a ideia de garantia de condições para gerações futuras implicava o diálogo plural. O PADRSS considera que

[...] a abordagem da agricultura familiar revela a diversidade de integrantes em uma dinâmica de relações, contradições e conflitos. Integram essa dinâmica, mulheres e homens em diferentes fases da vida (adultos, jovens, crianças e pessoas da terceira idade) (ENFOC, caderno de texto, s.l; s.n).

Dessa forma, a CONTAG assumiu essa demanda como uma das mais significativas bandeiras de lutas. Porém, tal decisão revelou-se contraditória e conflituosa no in-

terior do movimento, uma vez que o debate interno sobre as relações de gênero e sobre as relações geracionais revelavam a forte presença do patriarcado e da supremacia do adulto diante do jovem, enfim, reproduções do exercício autoritário do poder. Os conflitos se revelavam nas instâncias sindicais e também nas famílias (CASTRO et al, 2009).

3 - A Recente dinâmica do campo no Maranhão: ligando os fios para compor o todo e operando com a transversalidade para não ficar no aparente

O propalado desenvolvimento no campo maranhense assemelha-se a um grande espetáculo, sendo que alguns pagam caro sem ao menos participar efetivamente da festa.

Conforme Mesquita (2011), o estágio atual da agricultura no estado é determinado tanto por fatores estruturais, quanto conjunturais, aliado à ausência de políticas públicas e ao modelo neoliberal que “exclui e/ou reduz” a intervenção do Estado na agricultura, deixando prevalecer as ações do mercado.

Vale ressaltar que as opções de desenvolvimento e as características patrimonialista e clientelística que o Estado imprime à governança no Maranhão ao longo dos anos, desvincula a agricultura familiar da perspectiva efetiva de desenvolvimento rural, e, por conseguinte, da mínima autonomia aos agricultores (as) familiares; bem como reduz as oposições no estado. Os denominados grandes projetos que configuraram em sua maioria o agronegócio no Maranhão com seus lastros de destruição ambiental e social são anunciados pelo governo do Estado como as únicas alternativas possíveis de desenvolvimento para o campo. Tais projetos a exemplo da soja tem apresentado crescimento

na economia do estado nos últimos três anos (5% a.a, devido à produção e exportação de soja e carvão vegetal, superou-se 1% de participação no PIB nacional, além de o estado ter alcançado 80% da renda per capita do Nordeste, representada há mais de trinta anos em torno de 55%) (MESQUITA, 2011).

Mas cabe a pergunta: a quem efetivamente são direcionados os produtos desse desenvolvimento? Como agricultores (as), jovens e diversas etnias no campo se beneficiam? A resposta confirma a grande desigualdade que o modelo de desenvolvimento em curso concretiza no estado e revela as contradições desse processo. Decresce a produção de alimentos no Maranhão como a mandioca e feijão, 30%, 25% respectivamente no período de 1990 a 2005 e a produtividade do arroz e da mandioca apresentam ínfimos avanços durante 15 anos, sendo respectivamente, (3%) e (+1%). Por outro lado, a soja, milho e feijão crescem respectivamente 46%, 90% e 21% no mesmo período de 15 anos de acordo com dados IBGE apud MESQUITA (2011).

Essa situação põe em risco a segurança alimentar e nutricional e mais ainda, a autonomia alimentar. Nas áreas de assentamentos rurais no Maranhão, cresce o número de famílias cuja maior ou senão única renda substancial ao atendimento das necessidades familiares é o Programa Bolsa-Família, situação que nega a sustentabilidade da política de assentamentos rurais, se levarmos em conta o objetivo do referido programa (combater a pobreza rural) bem como o objetivo da política de assentamento rural (gerar renda e viabilizar econômica e socialmente a vida dos(as) assentados(as)).

Em outras, situações é a aposentadoria rural sozinha ou jun-

tamente com o bolsa-família que representam a renda monetária familiar. Daí, o protagonismo que também as pessoas idosas passam a ter para os movimentos sociais no campo, porém, sem muitos estudos na área, inclusive no Maranhão. O movimento sindical no estado não apresenta ainda uma atuação mais sistemática nessa questão como parte das relações geracionais.

Os conflitos fundiários crescem no estado e com fortes características étnico-raciais: assassinatos e ameaças de mortes de lideranças quilombolas no ano de 2011, com manifestações que repercutiram na imprensa nacional; as mortes de lideranças indígenas até o mês de abril de 2012 nos mostram que os conflitos fundiários no estado reatualizam-se com novos componentes. A expropriação dos recursos naturais, a inadequação na composição do quantitativo do assentamento rural que não leva em conta a reprodução biológica das famílias, e os critérios exigidos no sistema de cadastro do assentamento, evidenciam contradições, a exemplo da elevação do nível de escolaridade dos(as) jovens, da pluralidade das atividades que por ventura venha a ter, e dos critérios de classificação e conceituação do sujeito social assentado rural, categoria atribuída pelos órgãos fundiários aos beneficiários de uma das modalidades da atual reforma agrária sem concretez na vida real de um Brasil tão diverso.

A ocupação da força de trabalho no campo maranhense continua sendo predominantemente oriunda da agricultura familiar; logo, mulheres e jovens estão presentes nas diversas ocupações, mesmo se considerarmos a migração já abordada. A afirmação de que as mulheres beneficiárias do programa bolsa-família não trabalham mais

em atividades produtivas na roça, extrativismo etc. não parece condizer com a realidade do estado. O trabalho de pesquisa desenvolvido por Nascimento (2011) contribui para repensar as configurações das mulheres beneficiárias do referido programa nas zonas rurais do Maranhão.

Tais afirmações mostram a complexidade que envolvem as relações sociais no campo na atualidade. A Federação dos trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão – FETAEMA vem empreendendo esforços significativos no sentido de efetivar o PADRSS na perspectiva da transversalidade das relações de gênero, raça/etnia e geração. As comissões de mulheres criadas nos sindicatos, os programas voltados para mulheres e juventude, as atividades dirigidas às pessoas idosas, demonstram o compromisso nessa preceptiva.

As relações de produção, a situação agrária e agrícola do Maranhão, não se constituem relações de um tipo e as relações de gênero, raça/etnia e geração, outras relações. A formação social, econômica e política do país e do estado trazem as marcas dessas relações como totalidade. Mulheres, negros, etnicidade, geração, não são conceitos genéricos, pois, se materializam nos contextos históricos, logo estão articulados às relações de classe, às relações de produção, embora, não se reduzam às classes e ao modo de produção. Esse exercício exige esforço político, ruptura com posições confortáveis dentro da estrutura do movimento sindical, especialmente para os homens. Exige um esforço de exercitar o pensamento mediador que possibilita articular o que na aparência aparecem apenas como “partes que podem se juntar”, e vejamos, é mais que isso. É articular o todo. E a transversa-

lidade se constitui um instrumento importante nesse processo. A FETAEMA em meio às suas conflitualidades e limites tem demonstrado a disposição para tal.

4 – Conclusão

A participação das mulheres nos movimentos sociais possibilita-lhes o exercício da política no sentido aristotélico. As mulheres tornam-se seres políticos no sentido pleno da palavra à medida que se tornam públicas, podendo ser vistas e ouvidas conforme o pensamento de Arendt.

As organizações de mulheres no Brasil, particularmente aquelas ligadas ao movimento feminista, ao lutarem pela efetiva participação sindical das trabalhadoras rurais, contribuíram decisivamente para que mulheres de todo o país, refletissem a dominação e a exploração masculina como parte estruturante das sociedades capitalistas e como um processo que se reproduz nas esferas privada e pública, logo, na casa, mas também nos sindicatos, no trabalho, nas organizações políticas etc.

A CONTAG foi incorporando paulatinamente o debate sobre as relações desiguais de gênero e colocando a temática na sua agenda política, assim como o fez posteriormente com as discussões sobre juventude, terceira idade e mais posteriormente ainda, sobre relações étnico-raciais como comprovam os conteúdos ministrados nos cursos da Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC. A FETAEMA por sua vez, tem contribuído com cursos e capacitações modulares que reafirmam a perspectiva de incorporar à “luta mais geral”, as lutas que se constituem expressões significativas da relação capital/trabalho. Esse é um processo. Logo, algo em construção. As

contradições ainda persistem quando se constata o número e o lugar das mulheres nas direções sindicais, seus “cargos preferenciais” (?!), nas direções de base e na federação, a ausência de debates mais políticos na composição das cotas em alguns municípios, a compreensão política débil de muitas trabalhadoras rurais sobre a sindicalização para além dos benefícios previdenciários e a própria internalização da importância de tais questões por parte de alguns dirigentes.

A questão da juventude rural no Maranhão nos impõe um debate urgente dada às condições em que essa juventude se encontra: cresce o uso de substâncias psicoativas no campo, cresce a falta de oportunidades de trabalho agrícolas e não-agrícolas, em algumas áreas de fronteira e nas denominadas sedes municipais dormitórios, assim como em municípios onde instalam-se os denominados grandes projetos, surge e/ou expande-se o fenômeno da prostituição juvenil feminina.

Os conflitos étnicos crescem no país, e no Maranhão. O racismo institucional mostra que patriarcalismo e racismo formam uma simbiose juntamente com o capitalismo, reforçando-se mutuamente, conforme nos explica Saffioti.

A dinâmica da agricultura, a concentração fundiária e a intervenção do governo estadual reafirmam uma lógica de desenvolvimento excludente e desigual que não se inicia hoje e que se reafirma na desigualdade de alguns segmentos, mais do que de outros, exclusão essa que pode por vezes ser camuflada sob a aparência de uma inclusão para mais explorar. Se a agricultura familiar no Brasil tem sido preterida em comparação à agricultura empresarial, no Maranhão a ação governamental tem reafirmado essa

relação de forma deixando o estado figurar entre os piores indicadores sociais do país.

Nesse sentido, o avanço da luta sindical com a transversalidade de todas as relações sociais, que discriminam, exploram e dominam, no sentido de combatê-las, se faz fundamental.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base. Brasília, UNESCO, 1998. 244p.
- CASTRO, Elisa Guaraná de et al. Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, RJ, EDUR, 2009, 223p.
- CONTAG/ ENFOC. Curso Regional de Formação de Educadores e Educadoras em Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Caderno de Textos do 1º módulo. [s.l.:s.n].
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Cortez, 2007, 495p.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. Nova edição revista e ampliada. São Paulo, contexto, 2010, 270p.
- MESQUITA, Benjamim Alvino de. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís, EDUFMA, 2011, 114p.
- NASCIMENTO, Silvana Magali vale Nascimento. A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento. 2011. 303f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ, Vozes, Brasília, NEDIC, 1999. p.55-81.
- SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres da floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura. Belém, UFPA/NAEA, 2001. 270p.

Quarenta anos de lutas sociais no campo maranhense: principais tendências e desafios colocados para o movimento sindical dos trabalhadores (as) rurais

Marcelo Sampaio Carneiro¹

Introdução

Este artigo apresenta uma visão sobre o desenvolvimento recente da agricultura maranhense, considerando a disputa pela posse e propriedade da terra e dos conflitos entre capital e trabalho. Proponho essa interpretação a partir da análise do processo de expansão do capitalismo no campo maranhense e da atuação dos movimentos sociais no campo.

O argumento desenvolvido está organizado em três seções. Na primeira parte, descrevo as principais características da economia maranhense, apontando as conexões entre o modelo de desenvolvimento estabelecido no estado e suas repercussões para a estrutura fundiária e o mercado de trabalho agrícola. Na segunda parte, abordo as principais características que a luta pela terra assumiu ao longo das quatro últimas décadas, passando de uma situação (anos 1970) em que a mobilização sindical possuía um caráter mais defensivo, caracterizada pela defesa contra a expropriação, para uma que podemos caracterizar como ofensiva (anos 1985-1995) quando a tônica da mobilização camponesa foi a da ocupação de terras e a luta pela constituição de assentamentos de reforma agrária. No último período (a partir da segunda metade dos anos 1990), com a expansão do agronegócio, observa-se o revigoramento das ações da indústria da grilagem e o aumento violência no campo.

Na terceira parte, destaco a situação das relações de trabalho no campo maranhense, cuja principal característica é o número relativamente pequeno de empregos formais e a predominância de formas precárias de contratação, que, em muitas situações, podem ser associadas às formas contemporâneas de escravidão

(MOURA, 2008; FILHO et al., 2011). Na última seção, apresento uma síntese sobre a situação atual da disputa pela terra e pelo trabalho decente no campo maranhense e indico alguns elementos que procuram identificar os principais desafios colocados para o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais e seus aliados na atual conjuntura.

1 - A dinâmica da economia maranhense seus efeitos sobre a questão agrária

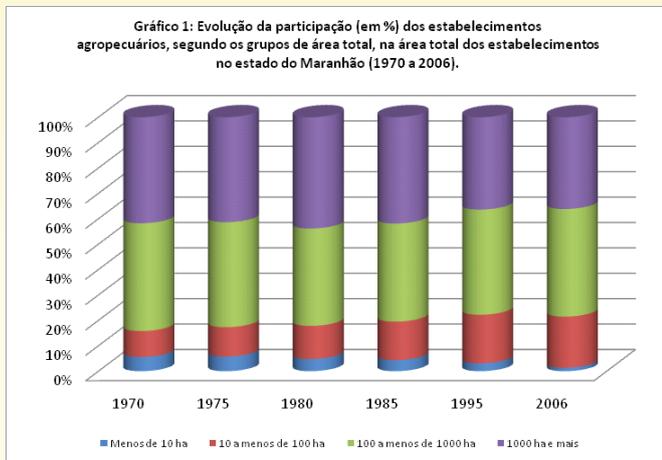
A evolução recente da economia maranhense, considerando o período posterior ao apogeu da economia do babaçu, ou seja, a partir dos anos 1980, não pode ser compreendida sem o estudo dos efeitos da implantação de atividades associadas à intervenção (políticas públicas) do governo federal. Essa atuação ocorre, através de alguns mecanismos: a) através da implantação de empreendimentos diretos (obras de infraestrutura e projetos/programas econômicos) e, b) de mecanismos indiretos de incentivo à implantação de atividades econômicas, caso das políticas de incentivos fiscais e de redução dos tributos incidentes sobre a exportação (Lei Kandir).

Os efeitos dessa dinâmica econômica sobre a estrutura agrária podem ser visualizados no gráfico 1, no qual apresentamos a evolução da estrutura da propriedade e posse da terra no estado do Maranhão, entre 1970 e 2006, de acordo com a evolução da participação de minifúndios, da pequena, média e grande propriedade na área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Maranhão.

Como pode ser observado nesse gráfico, os estabelecimentos que representam a agricultura familiar, definidos como aqueles que ocupam menos de dez hectares (minifúndios) e os que possuem acima de dez e menos de cem hectares (pequena propriedade), possuem comportamentos divergentes ao longo do tempo. Enquanto os minifúndios perdem importância ao longo de todo o período analisado, passando de 5,59% da área total em 1970 para 1,37% em 2006; a pequena propriedade praticamente duplica sua participação na área total dos estabelecimentos agropecuários, saindo de 10,24% em 1970 para alcançar 20,13% em 2006. Considerando esses dois grupos de área total em conjunto, verifica-se que a agricultura familiar obteve um incremento relativo de área de cerca de 5,6% ao longo dessas quatro décadas, passando de 15,83% da área ocupada em 1970 para 21,5% em 2006.

No que concerne a grande propriedade, representada pelos estabelecimentos médios (cem a menos de

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.



Fonte: CENSO AGROPECUÁRIO/SIDRA/IBGE

mil hectares) e grandes (acima de mil hectares), pode-se verificar a diminuição relativa dos estabelecimentos definidos como grandes, que passam de 41,73% em 1970 para 36,12% em 2006, e a manutenção da participação dos estabelecimentos médios, que ocupavam 42,44% da área total em 1970 e que em 2006 representam 42,38%. Observados de forma conjunta esses dois grupos de área total, que representam a grande propriedade, perdem participação relativa no conjunto da área dos estabelecimentos agropecuários ao longo do período estudado, principalmente entre os recenseamentos de 1985 e 1995, período em que os processos de desapropriação para fins de reforma agrária efetivados pelo INCRA teve seu melhor desempenho.

Essa dinâmica da evolução dos estabelecimentos que representam a agricultura familiar e a grande propriedade pode ser explicada a partir de três eventos principais, que marcam a configuração da dinâmica da luta pela posse e propriedade da terra durante o período visualizado. O primeiro momento (1970 a 1985) pode ser caracterizado pela importância e posterior declínio da política de incentivos fiscais (FINAM, FINOR) e pela política de crédito agrícola farto e barato. Ou seja, trata-se de um momento de valorização da grande propriedade fundiária, através das políticas de modernização conservadora da agricultura (SILVA, 1980). No caso maranhense, essa política significou, como destacou Manuel Correia de Andrade (1986), uma expansão rentista da grande empresa agropecuária no Maranhão, isto é, o objetivo dos seus proprietários não foi a implantação de atividades agropecuárias sustentáveis economicamente, mas, sim, a obtenção de recursos através da capitalização da propriedade da terra.

No segundo momento, compreendido entre os anos 1980 e 1995, temos a diminuição do financiamento estatal para a grande propriedade e a redução

do crescimento econômico, o que favoreceu a política de reforma agrária através da combinação de fortes lutas camponesas (CARNEIRO, 1996) e do interesse de parcela dos proprietários fundiários nos elevados valores que a desapropriação, para fins de reforma agrária assumiu em várias situações. (CARNEIRO et al., 1998). Nesse período, teremos o melhor desempenho das propriedades de dez a menos de cem hectares, que consideramos representarem as terras sob o domínio de camponeses (ou agricultores familiares).

No terceiro e último período, que se inicia a partir de 1995, teremos um cenário completamente diferente do momento anterior, com o crescimento da demanda global por commodities agrícolas e a consequente expansão dos interesses empresariais e do mercado de terras. Esse novo contexto será marcado pelas transformações operadas na divisão internacional do trabalho, destacando-se, aí, o papel desempenhado pela economia chinesa, que funcionará como o principal indutor externo da expansão da produção agropecuária (ACIOLY et al., 2011) e pela política decisiva de apoio à exportação de commodities agrícolas e da pecuária (soja, algodão, carne etc.), levada a cabo pelo governo brasileiro.

Nesse novo cenário, o Maranhão ganha destaque, enquanto “plataforma de exportação” de commodities agrícolas e florestais, com a ampliação da área plantada com a soja, que, inicialmente concentrada no sul, expande-se para as regiões central e leste do estado; o crescimento dos plantios de cana de açúcar e o incremento dos plantios de eucalipto para o abastecimento da produção de ferro gusa e, mais recentemente, para o suprimento de duas unidades industriais de produção de celulose e de uma unidade de produção de pellets de madeira anunciadas pelo grupo Suzano de Papel e Celulose.

Quando analisamos a repercussão desse conjunto de atividades, associadas a outras que começam a ter um impulso importante (silvicultura empresarial e produção sucroalcooleira), verificamos que elas apresentam repercussões semelhantes para a estrutura fundiária e o mercado de trabalho agrícola: i) fazem uso predatório dos recursos naturais; ii) promovem a concentração fundiária; e iii) produzem empregos de baixa qualidade.

O uso predatório dos recursos naturais pode ser exemplificado no triste destino da chamada pré-amazônia maranhense, que, através do desmatamento – realizado nos anos 1970/1980 – para a implantação da atividade agropecuária incentivada, teve sua cobertura florestal praticamente eliminada. Em período mais re-

cente, levantamentos do Ministério Público Estadual (CARNEIRO et al., 2008) e do IBAMA mostram que a expansão da sojicultura nas regiões de cerrado, localizadas no sul e leste maranhenses, vem sendo feita à revelia da legislação ambiental, com o descumprimento das obrigações referentes ao averbamento da área de reserva legal, da manutenção das áreas de proteção permanente (APP) e das espécies florestais protegidas por lei.

A concentração fundiária é outro aspecto importante desse modelo de desenvolvimento, pois o tipo de atividade incentivada (pecuária, soja, cana-de-açúcar, plantações florestais) é fortemente exigente em recursos fundiários, impactando negativamente a estrutura da distribuição da posse e da propriedade da terra. O resultado dessa situação é o fato de o Maranhão possuir um elevado índice de Gini - 0,866 no censo agropecuário de 2006 - de concentração fundiária, superior ao da região Nordeste e do conjunto da federação (HOFFMANN; NEY, 2010).

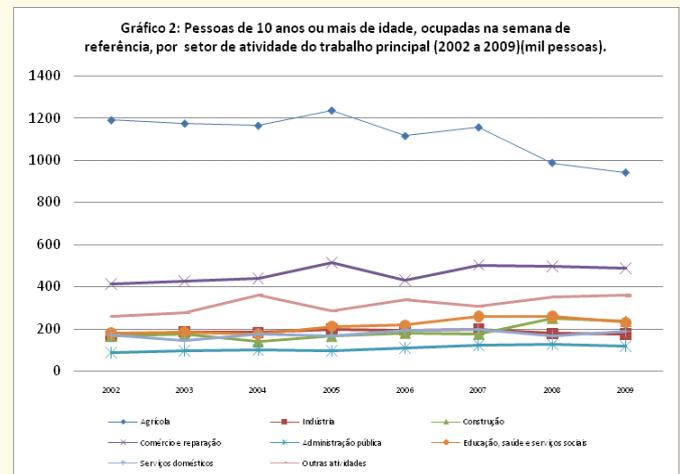
O último quesito desse desempenho negativo refere-se à qualidade da ocupação e do emprego gerado. Uma das características do agronegócio maranhense é a geração de um número relativamente pequeno de empregos permanentes e de um grande número de assalariados temporários (carvoeiros, catadores de raízes, trabalhadores da juquirá etc.). Por conta desse elevado nível de informalidade, é justamente na atividade pecuária que se concentra o maior número de denúncias e do resgate - realizado por equipes do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho - de pessoas em situações tipificadas como de trabalho escravo. (MOURA, 2008)

Contudo, apesar desse cenário adverso para a agricultura familiar, um dado que se destaca, quando analisamos a estrutura do emprego e da ocupação na economia maranhense, é o da importância do trabalho agrícola não assalariado, que caracteriza a chamada agricultura camponesa ou familiar. Apesar de essa importância estar diminuindo ao longo nos últimos anos (Gráfico 2), os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) de 2009 mostram que o trabalho agrícola ainda é o principal responsável pela ocupação das pessoas de dez anos ou mais de idade, no estado do Maranhão.

As estatísticas da PNAD permitem a diferenciação dos trabalhadores segundo a posição por eles ocupada na atividade econômica. No caso da atividade agrícola, isso significa que é possível diferenciar aqueles que são empregados, empregadores e um conjunto de outros trabalhadores que podemos classificar como campo-

neses ou agricultores familiares. Quando fazemos essa diferenciação nos dados da PNAD sobre a ocupação, para o estado do Maranhão, verificamos que nada menos que 83% dos ocupados nas atividades agrícolas são agricultores familiares, 15% são empregados (ou assalariados agrícolas) e 2% empregadores.

Essa importância numérica só pode ser devidamente-



Fonte: PNAD/SIDRA/IBGE. Com modificações no original.

te apreendida quando levamos em consideração que, para além do emprego e da renda gerada, esse tipo de agricultura possui forte vinculação com a possibilidade de uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e com a construção de vínculos culturais que ajudam a manter e dinamizar o tecido social nas várias regiões do estado do Maranhão; enfim, com o conjunto de funções identificadas na literatura sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar (CARNEIRO, MALUF, 2003).

Todavia, como mostram os dados da PNAD e dos últimos recenseamentos agropecuários, existe uma situação preocupante quanto à geração e manutenção de postos de trabalho no campo maranhense, o que está relacionado com a retomada dos processos de concentração fundiária e pelas dificuldades de reprodução da agricultura familiar em diversas regiões do estado (CARNEIRO, 2009), o que pode ser relacionado com o esgotamento do sistema de plantio de corte e queima (GUSMÃO, 2009) e com a inexistência de políticas para o desenvolvimento de tecnologias agropecuárias adaptadas às necessidades desse grupo social.

2 – A dinâmica da luta pela terra: conflitos, derrotas e conquistas.

Nesta seção discuto três formas de mobilização que marcaram a ação dos movimentos sociais no campo maranhense nas últimas três décadas, as lutas contra a expropriação e pelo direito a terra. O relato dessa tra-

jetória possui uma perspectiva panorâmica, não detalhando os diferentes tipos de mobilizações sociais, em curso no campo maranhense, como o movimento contra a expansão dos monocultivos no leste maranhense (CARNEIRO et al., 2008), a luta contra a expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006) ou a mobilização do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (ALMEIDA et al., 2005).

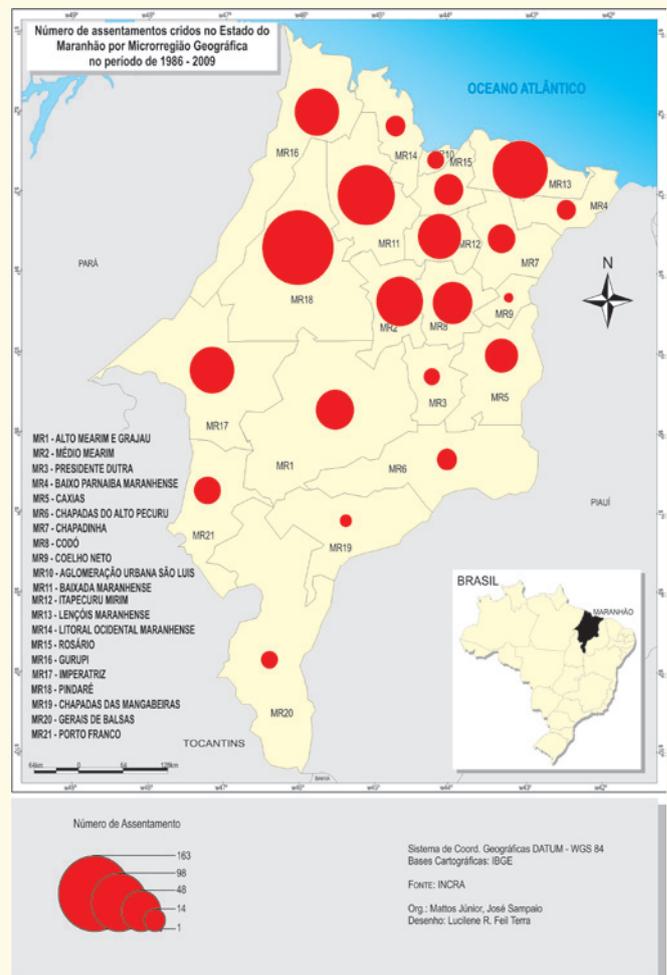
O gráfico 1, apresentado na seção anterior, indica o período compreendido entre os anos 1970/1980 como o momento de maior expansão da grande propriedade no Maranhão, impulsionada pela política de incentivos fiscais e de modernização conservadora da agricultura brasileira. Esse financiamento público da grande propriedade desencadeou dois processos sociais diferentes, nas regiões de fronteira favoreceu o desenvolvimento da indústria da grilagem, como bem mostrou Vitor Asselim (1985) no livro em que descreve o funcionamento da “indústria” da grilagem no oeste maranhense; enquanto nas regiões de colonização antiga, provocou a expulsão dos chamados agregados, camponeses que trabalhavam de forma subordinada no interior da propriedade latifundiária, como descrito no livro de memória do líder camponês Manoel da Conceição (SANTOS, 1980) e estudo de Murilo Santos sobre as Bandeiras Verdes, que narra a expulsão de camponeses do município de Vargem Grande para posterior instalação nas florestas no Vale do Rio Caru (SANTOS, 2009).

Para os camponeses esses foram anos de expropriação e violência, como mostram os dados coligidos por equipe coordenada pela Profa. Maristela de Paula Andrade, que identificou, entre os anos de 1990 e 1991, “17 situações de conflito, decorrentes de confronto entre pequenos produtores de alimentos e grandes proprietários de terra” (SMDDH, 1993, p.7). Somente nesses dois anos foram assassinados: vinte trabalhadores rurais, dos quais três eram lideranças sindicais, cinco gerentes e capatazes de fazendas, dois policiais militares, um pequeno proprietário e sete índios (op. cit., p.23).

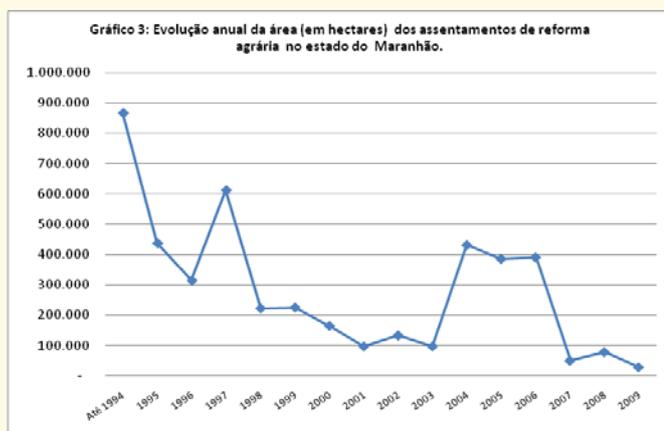
O papel desempenhado pelos Sindicatos e entidades de assessoria das mobilizações camponesas nesse período (CPT, FASE, SMDDH) foi o de fornecer apoio aos trabalhadores que estavam sendo expulsos de suas posses ou do interior da grande propriedade latifundiária. Em algumas situações, essa resistência foi exitosa, como no caso dos camponeses que se mobilizaram com o apoio da Fetaema e da Igreja Católica no povoado Leite, localizado nos municípios de Itapecuru-Mirim, Vargem Grande e Presidente Vargas, e conseguiram depois a desapropriação dos latifundiários (CARNEIRO, 2004).

A partir da segunda metade dos anos 1980 a mobilização camponesa ganhou novos contornos, pois, aproveitando a conjuntura do lançamento do I Plano Nacional da Reforma Agrária (1985), diferentes movimentos de trabalhadores rurais passaram a organizar processos de ocupação de terras em todo o Maranhão, com maior destaque para os movimentos organizados no vale do Rio Pindaré, na região do Médio Mearim e da rodovia Pará-Maranhão. Somente nas ocupações realizadas no então município de Santa Luzia do Tide identifiquei, entre os anos 1985-1993, 24 ocupações de fazendas, que mobilizaram cerca de 7.500 famílias, numa área de aproximadamente 466 mil hectares e que, na sua maior parte, posteriormente, tornaram-se assentamentos de reforma agrária (CARNEIRO, 1996).

Essa dinâmica das ocupações de terra e de criação de assentamentos como parte de processos de defesa da posse camponesa da terra continuou na primeira metade dos anos 1990, agora de forma menos concentrada, atingindo quase todas as MRHs do Maranhão, como mostra o mapa abaixo, que apresenta a distribuição do número de assentamentos criados por Microrregião Homogênea, de acordo com informações do INCRA para o período compreendido entre 1986 e 2009.



Se o período compreendido entre os anos 1985-1995, revelou um crescimento importante da área de assentamentos rurais, que, no final de 2009, ocupavam cerca de 4,5 milhões de hectares, ou seja, 34,96% da área total dos estabelecimentos agropecuários registrados no último censo agropecuário (12,99 milhões de hectares), nos anos subsequentes assistimos uma drástica redução das ações de desapropriação de terras por parte dos órgãos fundiários. O gráfico (Gráfico 3), que apresenta a área de assentamentos de reforma agrária criados pelo INCRA, entre 1995 e 2009, confirma essa constatação. Vale registrar que esses dados incluem terras que foram obtidas por outros instrumentos que não o instituto da desapropriação para fins de reforma agrária, esse foi o caso, por exemplo, das áreas que pertenciam ao projeto de colonização desenvolvido pela SUDENE nos anos 1970 e que no início desse século foram incorporadas como assentamentos de reforma agrária pelo INCRA.



Fonte: INCRA.

A retomada da expansão do agronegócio, destacada na primeira seção desse artigo, colocou para os movimentos sociais no campo a necessidade da retomada de ações defensivas que marcaram as lutas sociais nos anos 1970/1980, com a constituição de movimentos específicos de defesa da terra, caso, por exemplo, da mobilização realizada pelo Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba, e do Movimento Quilombola Maranhense, além da continuação das ações lideradas por Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Nessa nova conjuntura, observa-se o incremento da indústria da grilagem e o aumento da violência no campo, provocando insegurança mesmo nas situações em que os camponeses pareciam já ter conquistado o direito a terra, ao passo que em outras regiões do estado, a estrutura fundiária concentrada, coloca para milhares de

trabalhadores a necessidade do pagamento da renda da terra – o chamado “fôro” – para terem acesso à área agrícola que lhes permitirá obter os recursos para a garantia da reprodução de suas famílias (CARNEIRO et al., 2007; MOURA, 2008).

3. Os assalariados rurais e a mobilização contra o trabalho escravo

À primeira vista, a expansão do agronegócio no Maranhão poderia indicar uma tendência de crescimento do trabalho assalariado e dos conflitos trabalhistas no campo. Entretanto, não é esse o quadro identificado, haja vista o número limitado de empregos (permanentes e temporários) gerados pela grande propriedade, bem como as dificuldades para o registro das diferentes formas de manifestação dos conflitos entre capital e trabalho nas atividades agrícolas.

De acordo com os dados do censo agropecuário de 2006, existiam, naquele ano, 192.155 pessoas ocupadas (sem laço de parentesco com o produtor) no campo maranhense. Delas, somente 22.272 pessoas, cerca de 12% do total, eram empregados permanentes, o que indica que a grande maioria dessa força de trabalho (88%) é constituída de trabalhadores temporários. De forma semelhante, os dados da PNAD, para 2009, indicam que somente 15% dos trabalhadores ocupados (acima de dez anos) em atividades agrícolas são empregados.

Outra característica do trabalho agrícola assalariado é seu elevado nível de informalidade. De acordo com as informações sobre ocupação da PNAD, temos condições de mensurar, de forma aproximada, o nível de informalidade do trabalho agrícola no Maranhão. Segundo os dados da RAIS, para o ano de 2009, tivemos 17.495 empregos formais na atividade agropecuária; ao passo que, nesse mesmo ano, a PNAD indica a existência de 145 mil empregados. Considerando esses dois dados, temos que apenas 12% do total de pessoas ocupadas como empregados teriam um emprego formal.

O fato de a pecuária ser a atividade responsável pelo principal número de ocupações geradas pelo agronegócio no Maranhão, e, ao mesmo tempo, o setor que apresenta a grande maioria de casos identificados como de trabalho escravo (Tabela 1), mostra que o conflito entre capital e trabalho no campo maranhense desenrola-se, atualmente, mais no plano da luta pela conquista de condições mínimas de dignidade e de respeito pelos direitos desses trabalhadores do que no campo da luta por direitos trabalhistas e de reivindicações por aumentos salariais.

Tabela 1: Evolução do número de denúncias de trabalho escravo no estado do Maranhão segundo o tipo de atividade econômica (2001 a 2009)

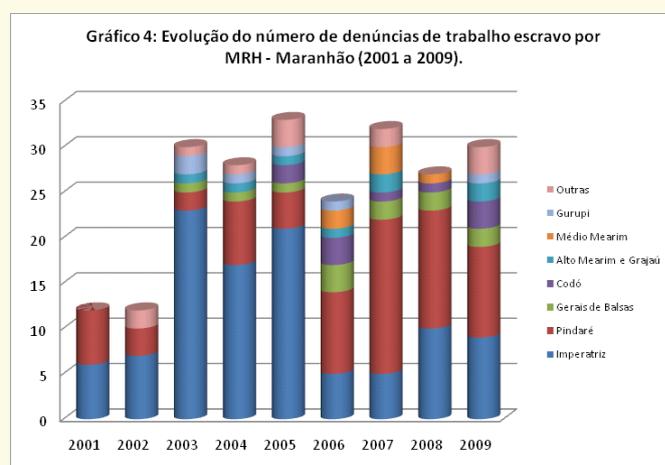
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Fazendas	9	11	27	25	27	24	31	24	27
Carvoarias	1	1	3	3	5	0	1	3	3
Outros	2	0	0	0	1	0	0	0	0
Total	12	12	30	28	33	24	32	27	30

Fonte: <http://www.cptnacional.org.br/>

A luta contra o trabalho escravo tem mobilizado diversas entidades, dentre as quais, destacam-se o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia e a Comissão Pastoral da Terra, mas ganhou mais amplitude com a criação, em 2004, do Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão (FOREM)(MOURA, 2008). A partir da atuação do FOREM, foram realizadas atividades de sensibilização e mobilização de sindicatos de trabalhadores rurais e entidades de representação de movimentos populares, em diversas regiões do estado do Maranhão, acerca da questão do trabalho escravo (MOURA, 2008), o que levou à diversificação das denúncias de situações de trabalho escravo no estado.

Apresentamos o gráfico (Gráfico 4) com informações sobre a localização (por MRH) das denúncias de trabalho escravo no Maranhão, recolhidas do Caderno de Conflitos no Campo da CPT entre os anos 2001 e 2009. Nele podemos ver o crescimento das denúncias e sua diversificação. Nos dois primeiros anos do levantamento, as denúncias indicavam situações de trabalho escravo basicamente em duas microrregiões: Imperatriz e Pindaré; com destaque para os municípios de Açailândia, Santa Luzia, Bom Jardim, Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. O ano de 2003 marca o aparecimento de outras microrregiões nas estatísticas, mas, até 2005, a maior parte das denúncias continua concentrada nas MRHs de Imperatriz e Pindaré; situação que só modificar-se-á a partir de 2006, com o crescimento de denúncias em microrregiões como Codó, Gerais de Balsas e Alto Mearim e Grajaú.

Creio que o aspecto mais importante desse processo de diversificação das denúncias de trabalho escravo é o fato de que ele mostra que os casos que chegam até o conhecimento público é o resultado do investimento realizado pelos movimentos sociais em tornarem públicas as relações de trabalho presentes no campo (FILHO et al., 2011). Ou seja, podemos pensar que o aumento dessa mobilização terá por efeito uma ampliação considerável das denúncias de trabalho escravo,



Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo - Comissão Pastoral da Terra

vo, o que indica também que as denúncias que hoje chegam ao conhecimento público, e que são objeto de fiscalização, representam apenas uma pequena parcela das situações de trabalho realizadas em condições precárias no campo maranhense.

Conclusão

Tomando como base a evolução da disputa pela terra e a emergência de diferentes formas de manifestação dos conflitos sociais, podemos dizer que o desenvolvimento recente das lutas sociais no campo maranhense apresenta três períodos principais.

A referência inicial é o período compreendido entre as décadas de 1970/1980, identificado como o momento de apogeu da política de modernização da grande propriedade fundiária. O resultado desse processo foi o agravamento dos conflitos fundiários, que assumiu diferentes conotações, quando consideramos as regiões de fronteira ou de colonização antiga. Na segunda metade dos anos 1980, assistimos a emergência de um período em que as lutas camponesas assumem um caráter mais ofensivo, com movimentos de ocu-

pação de terra desenvolvendo-se em várias regiões do estado. O sucesso dessas lutas deu origem ao elevado número de assentamentos de reforma agrária existentes no Maranhão, que, de acordo com informações do INCRA e IBGE, representavam, no final de 2009, cerca de 1/3 da área total dos estabelecimentos agropecuários do estado.

A expansão do agronegócio da soja, da cana-de-açúcar e dos plantios florestais, ocorridas, a partir do final da década de 1990, marca a emergência do terceiro momento na periodização proposta. Essa retomada da expansão da grande propriedade aparece de forma matizada nas informações do censo agropecuário de 2006, com a queda na participação dos estabelecimentos de até cem hectares no conjunto da área total e o fim da queda da participação dos estabelecimentos de mil ou mais hectares. A expansão desses diferentes tipos de monocultivos agrícolas e florestais trouxe o recrudescimento de conflitos fundiários, ao mesmo tempo em que fez crescer a disputa entre o capital e o trabalho nas suas diferentes formas.

Além dessa periodização da luta pela terra, destaca-se como outro elemento relevante da conjuntura a elevada redução do número de postos de trabalho no campo maranhense. As informações do Censo Agropecuário (2006) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2009) apontam no mesmo sentido, uma redução de cerca de 249 mil postos de trabalho entre 2002 e 2009 somente na agricultura familiar (PNAD), e de aproximadamente 260 mil ocupações entre 1995 e 2006, quando consideramos os dados do Censo (CARNEIRO, 2009).

As lutas que possuem como eixo a relação direta entre o capital e o trabalho no campo tendem a se desenvolver em duas modalidades. Por um lado, a expansão das situações identificadas como de trabalho escravo, cuja ocorrência concentra-se nas fazendas que têm, na pecuária, sua atividade econômica principal. (MOURA, 2008) Como destacamos na terceira seção desse artigo, a mobilização das entidades que combatem o trabalho escravo teve o efeito de aumentar a dispersão das denúncias de escravidão no campo por quase todas as regiões do estado do Maranhão. A expansão do número de casos de escravidão dependerá da continuidade desse trabalho de mobilização, bem como da ampliação da capacidade do estado em responder a essas denúncias com a atividade de fiscalização.

A outra forma que o conflito entre capital e o trabalho assumiu no campo diz respeito à luta por melhores condições de trabalho e por uma melhor remuneração, isto é, a disputa pela participação dos trabalhadores nos resultados do seu trabalho e nas condições de realização desse trabalho (SHIRAHISHI NETO, 1998). Esse tipo de disputa deve mobilizar, principalmente, os assalariados empregados de forma permanente pelo agronegócio, caso, por exemplo, dos trabalhadores de plantações florestais voltadas à produção de carvão vegetal ou ao abastecimento das novas fábricas de papel e celulose.

Essa nova conjuntura coloca as condições para o crescimento de lutas sociais no campo maranhense, mobilizações que devem relacionar a disputa pela terra, a luta pela proteção do meio ambiente, a defesa de condições dignas de trabalho e, quem sabe, a luta pela ampliação da participação nos resultados do trabalho assalariado agrícola.

O desenlace dessas mobilizações vai depender de vários fatores. O principal é a necessidade do desenvolvimento de uma atuação conjunta das diferentes entidades que disputam o espaço da representação política dos camponeses (agricultores familiares) e assalariados agrícolas no estado. O apoio dessas entidades aos diferentes tipos de lutas sociais, o trabalho de fortalecimento da base (associações, sindicatos, grupos informais), através da capacitação de lideranças, bem como o fortalecimento da difusão de informações (através de publicações e vídeos pela internet) sobre as lutas desenvolvidas, passam a ser atividades centrais para o êxito das mobilizações.

Bibliografia Citada

ACIOLY, Luciana; PINTO, Eduardo C.; CINTRA, Marco A.M. China e Brasil: Oportunidades e desafios. In: LEÃO, Rodrigo P.F. et al. (org.) A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: IPEA, 2011, p.307-350.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Maristela de Paula (2007) Os Gaúchos Descubrem o Brasil - projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA.

ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito de (Org.) Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

- ALMEIDA, A. W. B.; SHIRAHISHI NETO, J.; MARTINS, Cynthia C. Guerra ecológica nos babaquais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf Editora, 2005.
- ASSELIM, Vitor. Grilagem e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Vozes/CPT, 1985.
- CARNEIRO, Marcelo D. S. Ocupações camponesas como reabertura da fronteira: uma leitura a partir do movimento para a área Pindaré. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, Belém, v. 12, n. 1, p. 55-111, 1996.
- _____. Da reforma agrária dos partidários à reforma agrária coletiva: luta pela terra e declínio de relações de patronagem no Maranhão recente. Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA), São Luís, v. 1, n. 2, p. 93-118, 2004.
- _____. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: Carneiro, M. D. S.; COSTA, W. C. (Org.). A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 21-35.
- CARNEIRO, Marcelo D. S., PAULA ANDRADE, Maristela, MESQUITA, Benjamin A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. In: ROSA, S. do C.; SCHMIDT, B. V.; NOLASCO, D. (Org.). I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: Editora da UNB, 1998, p. 47-96.
- CARNEIRO, M. D. S., MARINHO, K., SANTOS, A. J. (2007) Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Org) Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro. São Carlos: Editora da UFSCAR, p. 215-232.
- CARNEIRO, M. D. S.; VIEIRA, A. S.; BARROSO, A. S.; SILVA JUNIOR, A. A expansão e os impactos da soja no Maranhão In: SCHLESINGER, S. et al.. A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 77-147.
- CARNEIRO, Maria J.; MALUF, Renato S. Introdução. In: _____ (org.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p.17-27.
- FILHO, Antonio, MASSON, Nonato, COSTA, Reynaldo. Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Açailândia/Imperatriz: Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán/Ética Editora, 2011.
- GUSMÃO, Luis Antonio. Os desafios da introdução de uma inovação tecnológica no agroextrativismo tradicional: análise do caso das roças orgânicas no Médio Mearim/MA. Dissertação de Mestrado em Agroecologia/UEMA, 2009.
- HOFFMANN, R.; NEY, M.G. Evolução recente da estrutura fundiária e da propriedade rural no Brasil. In: GASQUES, J.G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs) A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010, p.45-66.
- IBGE. Censo Agropecuário 1985. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1991. (Número 9 – Maranhão)
- _____. Censo Agropecuário 1995/1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1998. (Número 9 – Maranhão).
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Síntese de Indicadores 2005. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 2006.
- _____. Censo Agropecuário 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 2009.
- MAY, Peter. H. Palmeiras em Chamas: Transformação agrária e justiça social na zona do Babaçu. São Luís: EMAPA/FINEP/FUNDACAO FORD, 1990.
- MOURA, Flávia de A. Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA. São Luís: EDUFMA, 2008.
- SANTOS, Manoel da Conceição. Essa terra é nossa (Depoimento sobre a vida e a luta dos camponeses no estado do Maranhão). Edição e entrevista de Ana Maria Galano. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Murilo. Fronteiras: a expansão camponesa no vale do rio Caru. In: SANTOS, M.; ANDRADE, M. P. Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009, p. 27-67.
- SHIRAHISHI NETO, Joaquim. A greve da CELMAR: conflito, direito, e mobilização camponesa. In: ALMEIDA, A. W. B.; PEREIRA, M. H. (Org.). O Maranhão em rota de colisão. São Luís: CPT, 1998. p. 133-146.
- SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- SOCIEDADE MARANHENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Conflitos de Terra. Registrados no Maranhão, de 01 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991. São Luís Lithograf, 1993.

Ruptura com a invisibilidade: a construção da participação das mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

José Domingos Cantanhede Silva¹

I. Introdução

Este ensaio foi elaborado na perspectiva de analisar a participação das mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, tendo como categoria de entendimento² as relações sociais de *gênero*.

SAFIOTTI, 1999, p. 187, ressalta que gênero é relacional, “(...) *quer enquanto categoria analítica quer enquanto processo social; o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como, as transformações históricas por elas sofridas através dos distintos processos sociais (...)*”.

Nesse sentido, optei pelo desenvolvimento deste estudo partindo da análise da participação política das mulheres nas organizações sindicais, mas levei em conta outros movimentos que serviram de base para a inserção delas no MSTTR. Tomo como pressuposto a compreensão de *gênero* como ferramenta de análise das relações que norteiam a ocupação dos espaços de poder no campo político sindical, na perspectiva de que, “*chegar ao significado histórico da participação feminina requer especial atenção quanto a sua singularidade.*” (SAMARA, 1997:16).

Portanto, essa singularidade foi analisada observando as diferenças que constituem o fazer político das mulheres trabalhadoras rurais dentro do MSTTR, bem como as formas engendradas de relações com o poder exercido no campo político sindical, haja vista que, as relações de *gênero* são nuclearmente focalizadas como relações de poder.

¹ Sociólogo, Mestre em Políticas Públicas, Assessor Político da FETAEMA.

² De acordo com Bourdieu (...) *são as formas de classificação com as quais construímos o mundo (mas que, originárias deste mundo, estão essencialmente de acordo com ele, mesmo que permaneçam desapercibidas), em uma espécie de experiência de laboratório: a que consistirá em tratar a análise etnográfica das estruturas objetivas e das formas cognitivas de uma sociedade histórica específica, ao mesmo tempo exótica e íntima, estranha e familiar, (...)*. (BOURDIEU, 1999:13)

II. Construção, desconstrução e reconstrução do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

A estrutura sindical que temos hoje ganha contornos legais a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, nos anos de 1963 e 1964. A partir desta data se formam os sindicatos dos trabalhadores rurais de base municipal e as Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura – FETAG.

Em 1963 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, tendo na sua base inicial, 475 sindicatos e 29 federações. O reconhecimento oficial ocorreu um ano após a sua fundação. Com golpe de militar de 1964, a recém-criada confederação sofre intervenção e suas lideranças são presas e perseguidas.

Chama atenção o fato de não se notar, nem nas estatísticas, nem nas descrições que tratam da gênese Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras, a participação das mulheres. Há na história deste movimento uma completa invisibilidade da figura feminina.

Todo esse processo tem configurações que variam de acordo com a época, a classe social, a etnia, em que mulher está/estava inserida. A atual aceitação da ação política feminina é muito diferente da época em que, o hoje chamado Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, começou a se organizar.

Este movimento começou a se formar numa conjuntura histórica, em que, a maior parte das mulheres estava confinada no espaço privado. O mundo doméstico³ era o centro de sua atuação como a responsável pela reprodução biológica e social da família, tais como: a educação dos filhos, cuidado com os idosos, organização e manutenção da casa, reprodução da força de trabalho e outras dimensões que compõem a

³ O termo mundo doméstico está associado a espaço constituído pelo grupo familiar, marido, esposa e filhos – o mundo do privado de acordo com o modelo da sociedade burguesa ocidental.

reprodução do cotidiano relativo ao espaço privado, ou seja, as atividades reprodutivas.

Não se pode esquecer que a história ficou muito tempo monopolizada pelos homens, que imprimiram sua ideologia⁴ como sendo eles seres dominantes, como se isto fosse algo construído por obra e graça da divina natureza. Pode-se aventar que a ausência das mulheres na história do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais deve-se a construções da historiografia como ciência. Esta apresenta um recorte de gênero, com fortes laços com a opressão da mulher, e é moldada por uma ideologia baseada na invisibilidade desta.

A mulher ganha visibilidade a partir do interesse de historiadoras feministas, as quais deram sua contribuição para a desconstrução⁵ da idéia de um sujeito universal, ou seja, a colocação da diferença como um problema a ser analisado.

Como trabalhadoras rurais, as mulheres se organizam de várias formas. Essas organizações, de início, não apresentavam um discurso marcadamente de oposição à subordinação a que estão sujeitas, na esfera privada ou comunitária. Começaram sua inserção no MSTTR a partir dos municípios e comunidades nas quais estão inseridas, e voltadas principalmente para a organização comunitária.

A inserção das mulheres, enquanto segmento que se fez ouvir dentro do movimento sindical, é percebida a partir da década de 1980. Se auto-organizaram por dentro do MSTTR e em outros movimentos, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, clubes de mães, além das várias formas de grupamentos voltados para a produção agropecuária e não agropecuária,

⁴ O termo ideologia, aqui colocado, é entendido como um conjunto de crenças, valores e atitudes que moldam a prática cotidiana dos seres humanos, imprimindo certa legitimidade a quem está dominando ou para os movimentos que buscam a mudança do *status quo*. Para o marxismo as ideologias refletem os interesses dos dominantes como forma de perpetuarem sua dominação. Segundo JOHNSON, "(...) a cultura de todos os sistemas sociais inclui uma ideologia que serve para explicar e justificar sua existência, como estilo de vida (...)"

⁵ Quando estamos nos referindo à desconstrução, é na perspectiva de compreender o significado das palavras entre si, e não diretamente com o que pensamos que elas representam. Do ponto de vista pós-estruturalista as palavras não representam uma realidade concreta, mas outras palavras que utilizamos para representar a realidade social. No entanto, acredita-se que essa realidade construída é algo vivo, que tem uma existência concreta, quando na verdade trata-se de palavras que usamos para construir idéias sobre o que achamos que é real. Portanto, o significado não pode ser buscado numa realidade concreta, mas apenas em relação à própria linguagem, que é socialmente construída, logo, fluído e instável, factível a mudanças. "(...) A palavra masculino, por exemplo, não nomeia alguma verdade concreta que possa ser observada em seres humanos. Ao invés disso, o significado da palavra só pode ser identificado através de um processo intelectual (desconstrução) que liga o masculino a outras palavras, tais como feminino ou *indrógino*. Incluído na desconstrução há o argumento de que algumas idéias (como o masculino) são culturalmente privilegiadas em comparação com outras(...) e contribuem para impor uma hierarquia social (...)" (JOHNSON, 1997-68).

que se constituíram espaços de aprendizagem para reivindicarem a ocupação de novos espaços, além do doméstico e da condução da celebração dos cultos. Estes espaços possibilitaram experiências para as mulheres discutirem a ocupação dos espaços dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Os anos de 1980 constituem num marco referencial para o MSTTR, quando, as mulheres trabalhadoras rurais buscam atingir "(...) seu principal objetivo (...), introduzir no MSTTR a luta específica das mulheres trabalhadoras rurais enquanto parte significativa da categoria. (CONTAG, 2000, p.15).

III. Rompendo a invisibilidade: Trajetória da organização das mulheres Trabalhadoras Rurais no MSTTR

O processo de segregação social e política a que as mulheres foram submetidas historicamente teve como conseqüência a sua ampla invisibilidade como agente de transformação, seja da própria história, da ciência, da política e também do meio sindical. A história oficial, numa perspectiva de ocultação da participação feminina na formação da sociedade brasileira, realizou uma filtragem dos acontecimentos históricos. Portanto,

Falar da história e das lutas das mulheres trabalhadoras rurais passa necessária e primeiramente por um "olhar feminino" sobre as lutas camponesas travadas pelo direito à liberdade, por melhores condições de trabalho e de vida, desde o período do Brasil Colônia (...) (CONTAG, 2002, p. 29).

Assim, a presença feminina nas lutas sociais do campo não se reverteu em ocupação de espaços nas estruturas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Na luta pela reforma agrária, considerado pela CONTAG "o mais apaixonante e explosivo tema," a efetiva participação das mulheres, apesar de não ser permanentemente ressaltada no âmbito da história, é concretizada com a sua presença ativa e constante.

Celecina Veras Sales no seu trabalho de pesquisa denominado *Conflitos no Feminino – Trajetórias Políticas de Mulheres no Campo*, faz uma abordagem sobre o conflito pela posse da terra no povoado São José dos Mouras, situado no município de Lima Campos, na Microrregião do Médio Mearim, na parte central do Estado do Maranhão. Nesta localidade, as mulheres assumiram a parte mais difícil no conflito,

o enfrentamento direto com os agentes executores da violência planejada pelos latifundiários, os pistoleiros e policiais. Além disso, ela afirma que, “*a presença das mulheres no conflito foi registrada de várias maneiras, vigiando durante o dia, enfrentando, cuidando das crianças, cozinhando, participando de reuniões com autoridades e entidades, ocupando, enfim, papéis fundamentais na luta (...)*” (SALES, 1995, p. 43).

A partir do momento em que as mulheres começaram a ocupar lugar de destaque nestes eventos, sobretudo quando se tornaram interlocutoras frente ao poder público, elas começaram a ser consideradas *perigosas*. As trabalhadoras rurais não são mais as mesmas na medida em que travam diálogos políticos com os agentes governamentais, assim como passam a constar nas listas dos pistoleiros. Aos poucos, elas vão deixando o espaço privado como ambiente exclusivo de sua atuação e passam a figurar, também, no espaço público. Concordo com Celecina, creio que essa nova posição vai repercutir na participação das mulheres no espaço sindical e nos partidos políticos.

Em outro trabalho de pesquisa sobre a participação das mulheres nas lutas pela Reforma Agrária, que deu nome ao livro “*Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais*”, no qual, as autoras analisam a participação feminina nas instâncias decisórias dos assentamentos tendo como ponto de partida a análise da participação das mulheres nos acampamentos⁶.

As autoras relatam que a dinâmica dos acampados e acampadas implica na divisão de tarefas, cabendo às mulheres trabalho reprodutivo e às vezes cargos de direção, e até a luta nos confrontos com seus agressores. “*Elas aparecem lutando de forma igualitária: estão nos saques, nas mobilizações, sofrem a repressão policial tanto quanto os homens (...)*” (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 258). Além destas modalidades de participação, encontraram ainda situações em que as mulheres se empregavam na cidade e sustentavam os seus filhos e marido no acampamento. Analisam que há diferenças na participação feminina na fase de assentamento, principalmente as mulheres casadas e mães,

“(…) têm mais dificuldade de participar devido às responsabilidades e ao peso da sua rotina de trabalho doméstico e extra doméstico (...). Além disso, o relato das assentadas deixa claro que a participação feminina é limitada por constrangimentos fundados nos papéis de gênero, que as impedem de livremente se ausentar do assentamento.”

Conforme afirmamos anteriormente, a participação das mulheres nos eventos mais importantes da luta de sua categoria profissional não lhes rende, necessariamente, a ocupação de espaços nas instâncias decisórias e de maior visibilidade pública, como as associações, assentamentos e sindicatos. Mas é primordial reafirmar a presença da mulher nos movimentos sociais camponeses, desde a sua gênese.

A participação organizada das mulheres no MSTTR toma maior visibilidade no final da década de 1970, e no início dos anos de 1980. Segundo a CONTAG, as manifestações pioneiras se deram no Rio Grande do Sul e Pernambuco, devido à discriminação que as mulheres sofriam para obter os benefícios da previdência social e para serem incluídas nas frentes de trabalho nas áreas de seca.

Em maio de 1979 o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, decidiu encampar a luta pelo reconhecimento da mulher trabalhadora rural de maneira autônoma, reafirmada no 4º Congresso, realizado em 1985. Este congresso contou com 4.100 delegados e trouxe um tema fundamental para o seu tempo: *Pela democracia sindical e um Estado de Direito* – naquele momento toma posse o primeiro governo civil pós-ditadura militar. Um momento de euforia diante da possibilidade de redemocratização política do país. Chama atenção o símbolo construído pelo MSTTR para divulgar o 4º CNTR, a figura feminina e masculina empunhando os braços para cima simbolizando a presença do homem e da mulher na luta sindical.

(...) Pela primeira vez, nas resoluções do congresso da categoria, as questões trazidas pelas mulheres trabalhadoras rurais ganham espaço de destaque, tanto em pontos específicos como nas questões gerais, apontando para o reconhecimento do potencial político e produtivo feminino na luta sindical e nas transformações sociais do País. (CONTAG, 2002, p.15).

⁶ Este termo acampamento é ressemantizado quando os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária começaram a ocupar terras com vista a beneficiar os agricultores e agricultoras sem este recurso. Tanto o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, quanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, usam este termo com a mesma finalidade, caracterizar o território de moradia dos ocupantes. Geralmente as moradias são improvisadas e as condições são muito precárias.

Em 1991 a CONTAG realizou o 5º CNTR. Dentre outras deliberações de suma importância, encontra-se a criação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e a adoção da identidade de agricultura familiar, ao invés de pequeno produtor rural, considerado pelas mulheres do MSTTR uma conquista interna, já que, o termo agricultura familiar, “dá visibilidade às mulheres, aos jovens e à terceira idade (...)” (CONTAG, 1999, p. 21). Esse termo, adotado pelo MSTTR foi reconhecido e usado pelo governo federal desde 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

O 5º CNTR foi também um espaço fundamental de discussão da democracia interna, a partir da organização de secretarias e comissões específicas de mulheres na CONTAG, nas Federações Estaduais e Sindicatos.

As resoluções do 5º CNTR, segundo a CONTAG (2002) demonstram que a especificidade das lutas das mulheres trabalhadoras rurais imprimiu no MSTTR um novo referencial da luta de classes e de discriminação racial e étnica. “(...) *As mulheres convocam o conjunto do MSTTR à responsabilidade de lutar contra a opressão de gênero como tarefa de toda a classe trabalhadora, evidenciando o caráter político, social e ideológico dessa luta.*” (CONTAG, 2002, p. 19).

A contestação do modelo de desenvolvimento baseado na ideologia neoliberal lançou as condições para o MSTTR, deliberar em seu 6º Congresso, realizado no período de 24 a 28 de abril de 1995, pela construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, baseado na Reforma Agrária e na expansão e fortalecimento da Agricultura Familiar.

Pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma categoria de trabalhadores ousa lançar uma proposta alternativa de desenvolvimento para o país. Até então, os trabalhadores e trabalhadoras rurais apenas criticavam os modelos que lhes impunham os impactos negativos, como o êxodo rural, os baixos salários, a violência, etc.

Após o 6º CNTR a ação sindical tomou um novo rumo. As pautas de reivindicação ganharam contornos com as teorias do desenvolvimento. Além dos direitos previdenciários, assistência técnica e extensão rural, saúde, educação rural e crédito rural, o MSTTR abraça os novos paradigmas do desenvolvimento, uma espécie de *tipo ideal*⁷. Todo esse arquétipo é reafirmado

⁷ “(...) o tipo ideal é um modelo abstrato que, quando usado como padrão de comparação, permite-nos observar aspectos do mundo real de uma forma mais clara e mais sistemática (...)” (JOHNSON, 1997:240).

e organizado no 7º CNTTR, realizado no período de 30 de março a 3 de abril de 1998 em Brasília, cujo evento obteve o tema: *Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável*.

O contexto de construção e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável foi fundamental para a expansão da participação feminina nas instâncias deliberativas do MSTTR, pois o sucesso do projeto está, segundo seus autores e autoras, “(...) *condicionado pela legitimação e valorização social dos diversos sujeitos envolvidos, ou seja, mulheres, jovens, crianças, idosos, deficientes e excepcionais. Para isso é preciso dar visibilidade a todos (...)*” (Idem: 17).

O 7º CNTTR ficou marcado, dentre todos os outros, como o de maior protagonismo feminino, inclusive o MSTTR abandona a sigla CNTR – Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais e adota a sigla CNTTR – Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, cujo procedimento permeia o nome das entidades que compõem o movimento sindical. Uma decisão aparentemente sem importância, mas de um valor simbólico fundamental, pois a linguagem escrita e falada nada tem de neutra ou assexuada, ela guarda construções sedimentadas nas diferenças de gênero. É nessa perspectiva que Bourdieu descreve:

(...) *A cultura, a linguagem, a vida afetiva, inculcam nas pessoas certas normas e valores profundamente tácitos, dados por “naturais” (...). O habitus reproduz estas disposições estruturadas de maneira consciente, regulando e harmonizando as ações (...).*

A aprovação da política de cotas, de no mínimo 30% de mulheres nas instâncias de representação e deliberação do MSTTR, inclusive na executiva da CONTAG permitiu a eleição de três mulheres na composição da diretoria executiva, e uma para o conselho fiscal. A política de cotas exigiu das mulheres trabalhadoras rurais um grande poder de articulação e competência nos debates, antes e durante o congresso. Adotar a política de cotas não se constitui desafio fácil para as mulheres e para o conjunto do movimento, haja vista que, as instituições sindicais são permeadas pela hegemonia cultural masculina, que se fundamenta nos discursos da competência natural do sexo masculino para o gerenciamento.

A cota mínima de mulheres tem sido objeto de grandes discussões dentro e fora do MSTTR. Dessas discussões, surgiu uma fórmula matemática construída

pelas mulheres e analisada por um matemático de renome nacional. A fórmula, aprovada no Conselho Deliberativo da CONTAG, foi amplamente divulgada entre os sindicatos e federações, de modo a coibir as tentativas do não cumprimento da cota a partir de justificativas baseadas em números.

As mulheres politizaram a matemática na medida em que quebraram o tradicional arredondamento para baixo quando as frações são menores do que cinco. Adotam a seguinte fórmula:

$$\underline{N^{\circ} \text{ de mulheres}} = \frac{(\underline{n^{\circ} \text{ total de delegados ou cargos}}) \times 30}{100}$$

O 8º CNTTR foi realizado no período de 14 a 17 de março de 2001, em Brasília, em consonância com o tema central: *Avançar na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável*. As deliberações deste congresso subsidiaram as ações do MSTTR no sentido de transformarem as entidades sindicais em espaços privilegiados de respeito à diversidade e contra qualquer forma de discriminação.

Nesse mesmo congresso há o reconhecimento de que “(...) há resistências nas instâncias do movimento sindical em fazer o debate crítico sobre a desigualdade entre mulheres e homens (...), dessa maneira estar-se-á emperrando a luta pelo fim da opressão de gênero (...)” (CONTAG, 2001, p. 168).

Esse reconhecimento é fundamental para a análise de gênero que estamos realizando, haja vista o entendimento de que este processo não ocorre de maneira linear, mas sim envolvido por uma série de contradições, operando ao mesmo tempo com procedimentos considerados avançados e conservadores.

Pode-se afirmar que esse processo de avanço das mulheres nas estruturas sindicais vem se dando dentro das tensões promovidas pela ocupação de parcelas cada vez maiores no espaço político, exercido, quase exclusivamente, pelo masculino, como maneiras “(...) que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina, e, assim, cavar – gerar espaços nos interstícios da falocracia (...)” (SAFFIOTI, 1992, p. 184).

Portanto, trata-se de um processo dialético, no qual o segmento detentor da maior parcela de poder luta para preservá-lo, e se possível, ampliá-lo, enquanto o segmento que detém a menor parcela move-se no sentido de “(...) tornar menos incompleta a sua cidadania.” (Idem, 1992, p. 184).

IV. Relações de Gênero no MSTTR versus Relações de Poder

A inserção das mulheres trabalhadoras rurais nas estruturas de *poder* no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais vem ocorrendo sob a égide da realização, por parte destas mulheres, de um conjunto de esforços com o objetivo de participarem do *poder* ou, influenciarem na sua divisão.

O MSTTR é essencialmente um campo político, sobre o qual são construídas as proposições de políticas de desenvolvimento setorial para o meio rural. Pressiona o poder institucional tendo em vista a implementação de suas propostas; mas é também um campo de disputa política entre os/as agentes que compõem este movimento. Esta noção de campo é corroborada por Pierre Bourdieu que o conceitua como:

(...) campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, (...) é lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos (...) (BOURDIEU, 1998, p. 163-164).

A participação das mulheres trabalhadoras rurais sofreu um significativo aumento, na medida em que, as ações afirmativas foram implantadas no MSTTR, sobretudo a cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias de decisão e representação política da categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais, embora essas políticas sejam implementadas sob a pressão das mulheres organizadas.

Dentre as alegações para a não implementação das cotas encontra-se o discurso do desinteresse das mulheres e a falta de experiência ou de competência. Às vezes as próprias mulheres alegam esse aspecto, num ato de contradição frente à luta que elas desencadearam. A esse respeito, uma trabalhadora rural que pretendia disputar no pleito sindical o cargo de presidente, quase desistindo do seu projeto afirma: “(...) de qualquer maneira ele se instruiu primeiro do que eu lá no sindicato, na presidência (...)” (Dona Maria, diretora de STTR).

Ainda sobre o discurso da competência, numa plenária de preparação do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, no final era preciso eleger os delegados e delegadas que iriam

representar os STTR's neste Congresso. Uma das regras estabelecidas é que toda delegação deveria ter no mínimo 30% de delegadas. No ato de apresentação das delegações um dirigente sindical proferiu a seguinte frase: “*Ela tem pouca experiência, mas agente vai mandar ela*”. Em oposição à inexperiência ou incompetência feminina, alguns homens sindicalistas apresentam-se como “naturalmente competentes”, ou seja, eles já nascem competentes. Há por assim dizer, um pacto para negar que o homem aprende. É, como se sua preparação para atuar no campo político sindical, seja produto de sua natureza masculina.

Diante dessas questões, faz sintonia analisarmos uma frase muito recorrente no MSTTR, sobretudo quando se trata de observações sobre a atuação das mulheres que ocupam cargos de Diretoras nas estruturas deste movimento, qual seja: “*fulana é fraca*”. Este é o sinônimo construído para medir a competência e experiência. Dizer que Maria, Joana, Tereza, Clarice, Benedita é *fraca* é o mesmo que dizer: é incompetente. A respeito dos homens, esse comentário quase não é feito.

Agente sabe que tem muito homem aí que não tem condição de intervenção nenhuma, vem pra reunião não faz intervenção nenhuma, lá não faz nada prá que aquele sindicato é zero, mas então, pergunta como está o sindicato, tá bom, tá indo. Agora se fosse mulher... ham, pelo amor de deus. Aí tem que tirar porque não dá prá ir, porque a mulher não tem competência (...) (Luz, dirigente sindical).

Em suas falas as mulheres dirigentes, deixam transparecer que elas são conscientes das dificuldades que são construídas a partir da diferença entre os sexos, com a qual, tenta-se operar com a divisão dos espaços políticos como se fossem obras da natureza. Essa percepção é fundamental para a desconstrução dos conceitos que moldam as assimetrias de *gênero*. Parece que as mulheres estão vigiadas o tempo todo, como se ali não fosse também o seu espaço.

Por isso, levantamos anteriormente, a análise de uma ocupação de espaço político sob a égide de uma relação conflituosa, promovida pela ideologia que coloca os homens como tecnicamente mais competentes do que as mulheres. Nesse sentido, as mulheres que conquistam espaços na esfera pública, e mais especificamente no MSTTR enfrentam desafios de toda ordem. Vejamos

o depoimento de Clara a respeito do seu mandato numa entidade do MSTTR:

Teve momento que (...) interferiu muito nessa coisa [na gestão da secretaria que ela coordenava] ai parecia assim, ela não tem capacidade. Se tivesse um homem na secretaria não teria essa intervenção (Clara, dirigente sindical)

Essa desconfiança com o trabalho das mulheres encontra-se incutida na cabeça de homens e mulheres; não por acaso, além de fazer parte do universo da disputa pela redistribuição do poder no campo político sindical, compõe o que Bourdieu chama de *hábitus*, “(...) *sistemas perduráveis e transferíveis de esquemas de percepção, apreciação e ação, resultantes da instituição do social nos corpos*” (BOURDIEU, 1998, p. 87), encontra-se arraigado na subjetividade de homens e mulheres. Esse processo é descrito pelas sindicalistas quando elas começam a ocupar os espaços tidos como de homens nas estruturas do MSTTR.

No exercício do mandato sindical, os/as dirigentes têm uma rotina de atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras rurais na sede do sindicato. Elas revelam que sentem uma espécie de rejeição, pois os sócios e sócias dos sindicatos dão sinais de não confiarem nos seus serviços, “(...) *quando eles chegam no sindicato, eles vão logo na mesa do presidente (...)*” (Alma, tesoureira). Essa atitude demonstra que, tanto os trabalhadores quanto as trabalhadoras rurais estão culturalmente moldados/moldadas a receberem as informações dos homens sindicalistas como a informação verdadeira e correta.

Nota-se que as mulheres trabalhadoras rurais que estão ocupando cargos de diretoras estão conseguindo perceber as armadilhas construídas ao longo da história, sobre os papéis masculinos e femininos, também no âmbito das instituições públicas, pondo em xeque os costumes que nutrem as assimetrias de gênero, cuja percepção é fundamental para a construção de processos transformadores da situação na qual estão inseridas. Portanto,

(...) a sociedade, a população só vê o homem no sindicato, na direção, eles perdem a confiança, até as próprias companheiras trabalhadoras perde a confiança das outras prá Ter confiança só naquele porque diz assim: não, fulano é o presidente, porque nunca viram uma mulher dirigir; então, de qualquer maneira só vê os homens (...) só aquele

que é o poderoso (...) (Dica, vice-presidente de STTR).

A atuação das mulheres trabalhadoras rurais como parte da direção do MSTTR, é uma primeira aproximação do espaço público. Elas a denominam, também, como um espaço de aprendizagem:

(...) é ali que a mulher vai começar a se desenvolver, a conhecer, que ela também tem o direito de participação na sociedade, porque a mulher ela não é só pra tomar conta da casa, dos filhos, da família. Não, ela também tem o direito de trabalhar fora, nos movimentos. (...), o problema de gênero é pra que? É pra chegar uma igualdade de homens e mulheres, que seja igual em todos os sentidos(...) (Alma, tesoureira).

A trajetória de vida das mulheres trabalhadoras rurais sindicalistas, mesmo em alguns momentos avaliadas como inexperientes, até chegarem a ocupar um lugar nas instâncias de maior visibilidade, seja municipal, regional, estadual ou nacional, trilha por caminho sempre ascendente. Quase sempre, elas passam pelas delegacias sindicais, associações, clube de mães, movimentos de saúde, Comunidades Eclesiais de Base, luta pela posse da terra, organizações de quebradeiras de coco babaçu.

Outro aspecto, levantado pelas mulheres trabalhadoras rurais durante a realização do trabalho de campo, foi a continuidade das suas atividades profissionais de agricultoras. Elas não aceitam e criticam a idéia da atividade sindical substituir sua profissão, afirmam que o cargo para os quais foram eleitas não é para sempre. "(...) *Elas não jogam todas as fichas para se apegarem ao poder (...)*" (Assessora do MSTTR).

As mulheres são incapazes de sair da sua atividade por um cargo, e os homens eles largam sua atividade por um cargo, é um vício. Você [cita nome de uma diretora] ela tá aqui, mas ela tá na base dela no assentamento. Quer dizer ela não deixou a atividade profissional dela (...) (Santa, dirigente sindical).

Essa idéia que está permeando o MSTTR a partir dos discursos das mulheres trabalhadoras rurais imprime um jeito novo de fazer política. Pode-se afirmar que é um tipo novo de relacionamento com as estruturas representativas do poder sindical.

Igualdade tem sido um termo muito utilizado em oposição às assimetrias que a sociedade constrói a

exemplo da discriminação étnica e de gênero. Às vezes as mulheres trabalhadoras rurais são submetidas a situações, nas quais, este termo é usado para desqualificar a participação feminina no MSTTR com alegações de que quase todas as sindicalistas geralmente se separam dos maridos, sendo esta prática prejudicial à família.

Contra essa postura, a mesma sindicalista afirma que esposas e maridos sempre se separaram na história da humanidade e que separação não começou com a participação delas nos movimentos, e, se assim fosse seria justo as mulheres se separarem por tomarem consciência dos seus direitos. E conclui afirmando: "(...) *o que nós chamamos de direitos iguais não é mesma coisa que eles acham, nós estamos no movimento para fazer isso e aquilo. Tem hora que os companheiros querem puxar o tapete da gente a qualquer custo, não perde tempo para dar uma derrubada (...)*" (Flôr, diretora de STTR).

Concordo com a depoente, que a questão da igualdade tem sentido diferente para cada grupo social e para as pessoas isoladamente. Em se tratando das relações de gênero no MSTTR, outras mulheres fizeram abordagem semelhante, inclusive informando que as mulheres não são obrigadas a "*se vestirem de homem para ser dirigente sindical*" numa alusão figurada às comparações que são feitas entre os discursos e as posturas que elas assumem no movimento. Esta é uma afirmação fundamental para a construção de novas relações constituídas entre os/as diferentes.

A tomada de decisões é um dos indicadores para se entender a divisão objetiva do poder no processo de gestão das entidades sindicais. Algumas dirigentes afirmam que há tentativas de subjugar a capacidade delas em tomar decisões importantes. Mas existem diretorias em que as mulheres são respeitadas nos atos de tomada de decisões coletivas. Estas atribuem esse respeito à força dos argumentos que conseguiram construir, graças à valorização que elas dão aos cursos e outros eventos voltados para a sua formação.

Ainda sobre o poder de tomar decisões, ficou evidente, na fala das mulheres, a formação de núcleos de tomadores de decisões, constituídos eminentemente por homens; "(...) *se tiver só as diretoras elas não tomam decisão. Quando um diretor não está na casa os que estão consultam os ausentes pelo telefone; como se a opinião das mulheres não valesse nada.*" (Ana, diretora de entidade sindical).

A invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais começou a ser quebrada a partir de meados da década de 1980, numa trajetória cumulativa de discussões e processos de luta, pelo direito à terra, direitos trabalhistas

e previdenciários. No Estado do Maranhão, a primeira mulher chegou a assumir um cargo de diretora da FETAEMA em 1994. Nessa época existia apenas uma mulher no cargo de presidente de STTR, no município de Godofredo Viana.

Em seguida, foi criada a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMA, com o objetivo de trabalhar a organização das mulheres no MSTTR, vinculada à Secretaria de Formação e Organização Sindical. Em 2000, foi criada na estrutura da Federação a Coordenação Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Atualmente todos os STTR's devem estruturar secretarias ou coordenações de mulheres dedicadas à ação política objetivando o alcance da equidade de gênero.

Com a implementação da cota mínima de 30% de mulheres trabalhadoras rurais em todas as instâncias do MSTTR, e a cota mínima de 50% nos eventos de formação, ambas aprovadas no 7º CNTTR, observa-se um crescimento da presença feminina nos espaços sindicais.

Em todo o Estado do Maranhão, existem atualmente, 204 STTR filiados à FETAEMA, o que faz desta Entidade o maior organismo sindical do Estado. Neste universo de sindicatos, analisamos a composição das diretorias de 92 Entidades, uma amostra que representa 45 % do total de sindicatos.

De acordo com o universo pesquisado em 2010, em 94,57% dos STTR's o cargo de Presidente é ocupado por pessoas do sexo masculino e, apenas 5,43% do sexo feminino. A feição da Vice-Presidência também é masculina, haja vista 82,61% dos sindicatos possuírem homens no exercício deste cargo, enquanto que em 17,39% dos STTR este é exercido por mulheres.

A tesouraria, segundo a cultura sindical rural é uma das mais importantes pastas das entidades sindicais, sobretudo pela simbologia da representação do poder econômico. É comum se ouvir falar que *“quem manda é quem tem a chave do cofre”*. Não é por acaso que 69,56% das tesourarias dos STTR investigados estejam sob o controle masculino, contra 30,44% sob o controle das mulheres. Ressalte-se, este percentual elevado de mulheres nas tesourarias, mais de 30%, inscreve-se na qualidade de *“(…) espaços cavados – gerados através da introdução de cunhas no poder do macho (…)”* (SAFFIOTI, 1988).

Chama atenção a quantidade de mulheres trabalhadoras rurais ocupando o cargo de Secretária Geral. De acordo com os depoimentos das sindicalistas este cargo carrega representações construídas sob a ótica

de gênero. As mulheres, por serem mais alfabetizadas do que homens são designadas a ocuparem este cargo por que precisam de alguém para fazer a ata das assembleias, além de organizar a sede do sindicato, responder as correspondências, dentre outras funções nomeadas como as mais propícias para as mulheres, dissimulada por trás do discurso de que estas são “mais organizadas”.

Essa prática está cristalizando o cargo de Secretárias, como o que é mais apropriado para as mulheres. Parece que uma ideologia organiza a *divisão sexual do trabalho sindical*, a partir da qual as mulheres cuidam das atividades internas do MSTTR enquanto os homens cuidam das atividades externas, numa analogia à divisão espaço público *versus* privado.

Como a secretaria geral, pra muitos, é uma secretaria que trabalha a questão burocrática ela não se sai politicamente, pra quem não sabe, e aí a maioria são secretárias geral. Tesouraria nem se fala, temos pouca tesoureira; presidente nem se fala. (Maria, dirigente sindical)

Dentro do universo de sindicatos estudados, 45,9 % possuem diretores no cargo de secretário geral e 51% tem as mulheres ocupando o referido cargo. O único cargo que é ocupado pelas mulheres na maioria dos STTR investigados.

Embora admitindo o crescimento da participação das mulheres, *“(…) a cultura masculina, que na sociedade reserva ao homem os cargos de direção e o trânsito no espaço público, também está presente nas instituições e sindicato.”* (ABRAMOVAY & SILVA, 2000:356). Nesse sentido, há uma tendência de divisão sexual do trabalho sindical, através do qual, a invisibilidade pode se reconstituir.

Mencionamos, anteriormente que a implementação da cota mínima de mulheres nas instâncias do MSTTR, é um grande desafio para a consolidação da organização das mulheres. A quantidade de sindicatos que ainda mantém diretorias exclusivamente masculinas é bastante representativa, registramos 29,34 % de sindicatos nesta condição, e nenhum com diretoria formada exclusivamente de mulheres.

Apenas 2,17% dos STTR investigados têm diretorias constituídas em sua maioria por mulheres, ou seja, num total de 92 sindicatos apenas dois apresenta esse indicador. Por outro lado, observa-se um grupo representativo, da ordem de 30,43%, nos quais, as diretorias apresentam composição igualitária. Porém, essa igualdade deve ser relativizada, haja vista a concentração de mulheres na qualidade de suplentes, principalmente como vice-

presidente; chega a 35,75% dentre os sindicatos que possuem diretorias igualitárias.

O crescimento da participação das mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR está evidenciado. No entanto, é preciso não deixar de observar nos interstícios dos discursos, e na sutileza das práticas, que a cultura da exclusão das mulheres, arraigada nos indivíduos reconstrói no âmbito do cotidiano as possibilidades de perpetuação das assimetrias de *gênero*.

Cabe nesse sentido, uma reflexão sobre a questão da participação. Este termo tem sentido muito amplo e pode servir, às vezes de armadilha. Participar não pode ser considerado apenas estar presente, mas, sobretudo, decidir de forma autônoma, de maneira ilimitada.

A participação não pode ser uma dádiva, mas uma conquista da parte excluída dos espaços de poder por diversas razões: “(...) *é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo (...), é, em essência, autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação eficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisso mesmo começa a regredir.*” (DEMO, 1996, p.18).

As mulheres trabalhadoras rurais acertaram, ao encontrar o ponto de partida para a construção dos argumentos que subsidiaram a organização feminina dentro do MSTTR: a identificação dos elementos que impedem a participação efetiva deste segmento nas organizações sindicais, “(...) *Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade.*” (DEMO, 1996:19).

Os espaços de poder exercidos no campo político sindical, mesmo com a feição masculina, construída por anos a fio, detém muita força de domínio do campo em questão, mas não tem o monopólio absoluto do poder.

As mulheres trabalhadoras rurais estão conseguindo, num processo tenso e inteligente, exercerem o poder que detém, e através dele ocuparem os espaços desejados, haja vista que “(...) *A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no polo de dominada-explorada. (...)*” (SAFFIOTI, 1996:188).

V. Algumas considerações

O MSTTR apresenta para a sociedade brasileira um esboço de um projeto de desenvolvimento para o setor rural, sobre o qual fiz breves comentários, denominado de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural

Sustentável, o qual pressupõe a efetivação de políticas de mudança social e econômica, as quais devem ser transversalizadas pela ótica da equidade de *gênero*.

Neste projeto as mulheres devem configurar-se como sujeitos políticos, atuando dentro do MSTTR sem limites de participação, e, sobretudo, não permitindo que o espaço privado seja reproduzido no espaço sindical.

O MSTTR envolve uma gama de segmentos ligados ao chamado trabalho agrícola, quais sejam: agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, posseiros e posseiras, arrendatários e arrendatárias, assentados e assentadas da reforma agrária, além dos meeiros e meeiras. Aglutina uma heterogeneidade que nenhum outro movimento sindical conseguiu até agora reunir no Brasil.

Este é um movimento que vem rompendo com o tradicional sindicalismo voltado exclusivamente para o grupo social que representa. Apesar das contradições, mencionadas neste estudo, o MSTTR se configura como um grande movimento pelos direitos humanos, na medida em que reestrutura sua agenda política para defender um modelo de desenvolvimento, através do qual, as assimetrias de etnias, gênero e geração e a sustentabilidade ambiental, são colocadas na mesma altura que as questões relativas a salários, crédito, assistência técnica, direito à posse da terra, etc.

Por fim, acreditamos no surgimento de um homem novo, capaz de discernir que a superioridade masculina, nada tem de natural. Este homem novo, que ajuda na construção de um Projeto de Desenvolvimento, sob a ótica da equidade de gênero. Notamos que o MSTTR, vem conseguindo avanços significativos no que concerne à modificação da posição que os homens assumem em relação à participação das mulheres neste movimento. Assim como entendemos que, essa mudança é produto da ação organizada das mulheres trabalhadoras rurais, as quais optaram por uma atuação baseada na educação dos homens sindicalistas.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam & SILVA, Rocicleide da Silva. As Relações de Gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: Trabalho e Relações de Gênero Mudanças, Permanências e Desafios. ROCHA, Maria Isabel Baltazar da (org.). São Paulo: Editora 34, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico; tradução Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. A Dominação Masculina; tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CONTAG. A mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Trajetória de lutas. Brasília: CONTAG, 2002.

_____. Anais do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília: CONTAG, 2001.

_____. CONTAG Nossa Luta, Nossa História. Brasília: Vitória Multimeios, 2000.

_____. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: CONTAG, 1999.

DEMO, Pedro. Participação é Conquista – 3ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia; tradução, Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Rd., 1997.*

LAUFER, Jacqueline. Igualdade Profissional e Ações Afirmativas. In: Mulher e Trabalho – Experiências de Ação Afirmativa. Boitempo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RUA, Maria das Graças & ABRAMOVAY, Miriam. Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Panelas?” As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. “Rearticulando Gênero e Classe Social”, In: BRUSCHINE, Cristina e COSTA, Albertina de O. Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Discurso e a Construção da Identidade de Gênero na América Latina na América Latina. In: Gênero em debate: Trajetória e Perspectiva na Historiografia Contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SALES, Celecina de Maria Veras. Conflitos no Feminino Trajetórias Políticas de Mulheres no Campo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.

